

Claudio Vitor Mariano Vaz

IMAGENS DA LUSOFONIA

A representação fotojornalística dos cidadãos dos países de língua oficial portuguesa durante o primeiro ano pós 25 de Abril

«Estudo de caso *O Jornal*»



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

Universidade de Coimbra

2010

Claudio Vitor Mariano Vaz

IMAGENS DA LUSOFONIA

A representação fotojornalística dos cidadãos dos países de língua oficial portuguesa durante o primeiro ano pós 25 de Abril

«Estudo de caso *O Jornal*»

Dissertação de Mestrado em Comunicação e Jornalismo, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob orientação da Professora Doutora Isabel Ferin, da Universidade de Coimbra, Portugal, e a Co-Orientação do Professor Doutor Boris Kossoy, da Universidade de São Paulo, Brasil



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

Universidade de Coimbra

2010

Agradecimentos

à Andreia, à Ana Elisa, ao Felipe e ao José Camacho,
pelo companheirismo e a amizade de sempre,
ao Aldo e a Neide,
pelo amor que só pais de verdade podem ter por um filho,
ao Professor Boris Kossoy,
por guiar-me no labirinto dos mistérios das imagens,
à Professora Isabel Ferin Cunha,
por mostrar-me a grandeza do conhecimento adquirido com luta,
à Carla e a Maria Rita,
por fazerem parte da minha vida.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
SIGLAS	
PARTE I	
1. A LUSOFONIA	6
1.1. Definição do termo	6
1.2. A CPLP	8
2. O PANORAMA DO JORNALISMO PORTUGUÊS	10
2.1. A contextualização da imprensa escrita em 1975	10
2.2. O Jornal	12
2.3. O fotojornalismo português em 1975	15
3. OS PAISES DE LINGUA OFICIAL PORTUGUESA EM 1975	17
3.1. Angola.....	17
3.2. Brasil	21
3.3. Cabo Verde	25
3.4. Guiné-Bissau	27
3.5. Moçambique	30
3.6. São Tomé e Príncipe	34
3.7. Timor Leste	37
PARTE II	
1. A REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE NA IMPRENSA	41
1.2. A construção e a representação social da realidade	41
1.3. A construção da realidade no jornalismo	43
2. A IMAGEM FOTOGRAFICA	45
2.1. O advento da Fotografia	45
2.2. A Interpretação Fotográfica	47
3. ANÁLISE DAS IMAGENS	52
3.1. Apresentação e selecção do <i>Corpus</i>	52
3.2. Ficha técnica e análise preliminar das imagens	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
ANEXOS	
1. Entrevista com Joaquim Letria	I
2. Entrevista com José Carlos Vasconcelos	VI
3. Entrevista com Joaquim Lobo	X

INTRODUÇÃO

O presente trabalho “Imagens da Lusofonia – A representação fotojornalística dos cidadãos dos países de língua oficial portuguesa durante o primeiro ano pós 25 de Abril – visa perceber como eram representados, na sociedade portuguesa, os cidadãos dos países de língua oficial portuguesa através do semanário *O Jornal*.

Após as independências das ex-colónias potencializadas com o fim da ditadura em Portugal, surge o termo *Lusofonia*, apoiado na necessidade da criação de união de laços em comum entre os países *Lusófonos*. Dessa necessidade de união é criada a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), fundada a 17 de Julho de 1996. A *Lusofonia* passa então a ser “posta em prática” como plataforma a partir da qual procura-se a aproximação e a cooperação entre os países membros da comunidade.

A presente pesquisa tem como objectivo principal perceber como eram representados na sociedade portuguesa os cidadãos dos países da CPLP, e compreender, a partir dessa representação, quais eram as possíveis interpretações que a sociedade portuguesa interiorizou sobre esses cidadãos, num ano de significativas mudanças nas relações desses países com Portugal. Neste estudo trabalharemos com as fotografias jornalísticas dos cidadãos *Lusófonos* de que os portugueses se apropriaram através de *O Jornal* e com elas tentaremos perceber como os cidadãos da CPLP eram representados na sociedade portuguesa pós colonial.

Para analisarmos a imagem dos cidadãos dos países de língua portuguesa utilizaremos todas as fotografias jornalísticas referentes à Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, publicadas ao longo do primeiro ano de vida de *O Jornal*, um dos semanários portugueses de maior importância na comunidade jornalística portuguesa de 1975 e da história do jornalismo impresso em Portugal.

SIGLAS

AI	Ato Institucional
ALN	Aliança Libertadora Nacional
AP	Associated Press
APODETI	Associação Popular Democrática Timorense
BBC	British Broadcasting Corporation
CIA	Central Intelligence Agency
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
COLINA	Comando de Libertação Nacional
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DOI	Destacamento de Operações de Informações
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
ELNA	Exército de Libertação Nacional de Angola (FLNA)
ELP	Exército de Libertação de Portugal
EUA	Estados Unidos da América
FALANTIL	Forças Armadas para a Libertação Nacional do Timor Leste
FAPLA	Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (MPLA)
FLEC	Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FPL	Frente Popular de Libertação
FPLM	Forças Populares de Libertação de Moçambique
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FRETILIN	Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente
GRAE	Governo Revolucionário de Angola no Exílio
KOTA	Partidu Klibur Oan Timor Aswain
MANU	Mozambique African National Union
MFA	Movimento das Forças Armadas
MLSTP	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MRPP	Movimento Re-organizativo do Partido do Proletariado
OMA	Organização da Mulher Angolana
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Organização dos Pioneiros de Angola
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OUA	Organização da Unidade Africana
PAICV	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCP	Partido Comunista Português
PDA	Partido Democrático Angolano
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
RTP	Rádio e Televisão de Portugal
SADF	Forças de Defesa Sul Africanas
SNI (Brasil)	Serviço Nacional de Informações
SNI (Portugal)	Secretariado Nacional de Informação
UDC	União Democrática de Cabo Verde
UDENAMO	União Democrática Nacional de Moçambique
UDT	União Democrática Timorense
UNAMI	União Nacional Africana para Moçambique Independente
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA	União dos Povos de Angola
UPIC	União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

PARTE I

1. A LUSOFONIA

1.1. Definições do termo

O termo Lusofonia – que carrega a intenção de reunir, num conjunto, países ligados pelo passado, à cultura e à língua portuguesa – não tem sido consensual nos mais variados sectores das sociedades dos países que compõem tal conjunto, seja por ter origem num passado colonial, seja por derivar da língua que solidificou a colonização. Pretende-se aqui apresentar opiniões e teorias que tracem, de vários pontos de vista, a origem e a definição do termo Lusofonia. Para isto, serão utilizados neste capítulo extractos de obras relacionadas com o tema e com as opiniões de académicos que se debruçaram sobre o estudo da *Lusofonia* nos seus mais divergentes aspectos.

Paula Cristina Pacheco Medeiros (2005), no seu artigo *Lusofonia: discursos e representações*, apresenta a seguinte definição:

“A ideia de Lusofonia surge frequentemente associada a um conjunto plural de significados que combina ideologias políticas, relações inter-estatais, interesses económicos, questões linguísticas e identitárias, entre outras, resultando daí uma dificuldade em se delimitar conceptualmente o que se designa por Lusofonia e espaço lusófono” (MEDEIROS, 2005:1)

No campo linguístico, a língua portuguesa apresenta-se como elemento central para a formação do termo *Lusofonia*. Pires Laranjeira (2002), na sua obra *“Que Lusofonia?”*, apresenta este conceito integrado num contexto de “comunidade linguística”, porém, sem esquecer o peso diplomático e económico que tal comunidade pode significar, pois, para o autor, a *Lusofonia* constitui a *“prática e a teoria de se aceitar que os falantes e escreventes de língua portuguesa constituem uma comunidade linguística, nela reconhecendo, por via da língua, uma herança comum e um projecto cultural, político e económico que poderá também ser, cada vez mais, comum de oito*

países independentes, mais comunidades de emigrantes espalhadas pelo mundo” (LARANJEIRA, 2002 *apud* XAVIER, 2007:1).

No mesmo âmbito, Moisés de Lemos Martins (2004), no seu artigo *Lusofonia e Luso-tropicalismo*, relaciona a existência do termo Lusofonia com o tratamento dado ao *Outro* e explica que tal relação “...*integra o vasto conjunto de palavras com as quais encenamos a relação entre o mesmo e o outro, entre nós e os outros. Usamo-las para exprimir pertenças e identidades, e mesmo para delimitar territórios...*” (MARTINS, 1996 *apud* MARTINS, 2004:5). Opiniões fazem eco nos meios académicos, políticos e demais sectores sociais, dentro e fora de Portugal, e juntas desenham uma aspiração pouco positiva sobre a utilização do termo como agregador de culturas, tanto por ser encarada como uma *guerra político-cultural*.

“...identificada e antecipada, desde os anos trinta do século passado por Gilberto Freyre, «o primeiro pensador» a formular uma teoria geral do fenómeno do encontro de etnias e culturas, no quadro unificador do modelo político da Colonização europeia...” (MOREIRA, 2000:18).

Ou, por outro lado, pode ser encarada como uma materialização dos anseios frustrados de António Spínola (1974) que, na sua obra *Portugal e o Futuro*, delineou “*o que seria uma solução neocolonial para o problema do ultramar (pós 25 de Abril de 1974), a criação de uma «comunidade lusíada», uma federação de estados semi-autónomos unidos por uma língua comum e por interesses económicos «complementares».*” (SPÍNOLA *apud* WOOLLACOTT, 1983:1142).

A falta de consenso na utilização do termo *Lusofonia* carrega em si preocupações neocolonialistas que dividem académicos, como se pode verificar em opiniões como a de Lourenço Rosário (2007), no seu artigo *Lusofonia: cultura ou ideologia?*, onde lembra que as ex-colónias inglesas e francesas conseguiram as suas independências após os seus colonizadores terem traçado uma estratégia do modelo de continuação (leia-se modelo neocolonialista) “*e que uma das configurações que esse novo modelo tomou foi a comunidade linguística*” (ROSÁRIO, 2007:2).

“Não é o termo em si que transporta ambiguidades, pois desde a altura das independências que se busca uma expressão consensual que designe a realidade emergente (...) falta de consenso resulta do défice epistemológico que por consequência não cobre as zonas cinzentas que os espíritos inquietos querem ver esclarecidas” (ROSÁRIO, 2007:3).

Para Isabel Ferin Cunha (2007), o seu entendimento sobre *Lusofonia* encontra-se compreendido através de três significados mais ou menos centrados em Portugal: o primeiro é a noção de *Lusofonia* ligada a ideia de *local geográfico* de países que falam a língua portuguesa; o segundo seria a ideia de uma lusofonia como *identidade espiritual/cultural* numa comunidade dispersa pelo mundo e o terceiro seria a actualização da concepção de *Portugal como centro do Império*.

“Esta ultima concepção, que operacionaliza as ideias anteriores, reforça a vocação privilegiada de Portugal como elo entre um centro, agora União Europeia, e as periferias que falam português” (CUNHA, 2007:08)

De acordo com a perspectiva de Pires Laranjeira (2001), a língua portuguesa serviu *“...de língua de aculturação e de assimilação”* e que, *depois das independências, “passou a língua da unidade e coesão nacionais e da comunicação nacional (inter-regional) e internacional”* (LARANJEIRA, 2001:73).

Em suma, entende-se que a língua e a cultura portuguesa, elementos base da criação do termo Lusofonia, constituíram ferramentas do colonialismo português; do fortalecimento da unidade brasileira no continente sul-americano; dos movimentos nacionalistas africanos na luta contra a colonização portuguesa; da resistência timorense contra a ocupação indonésia (RUAK, 2001:1).

Depois de tantas finalidades, novas utilizações desses elementos constituintes da *Lusofonia* surgem no horizonte político e económico desses países que passaram a partilhar as mesmas ferramentas que o colonizador utilizou para dominar.

1.2. A CPLP

Foi criada, a 17 de Julho de 1996, em Lisboa, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, numa cerimónia que contou com a presença dos Chefes de Estado de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Em 2002, a CPLP recebeu o seu oitavo membro: a República de Timor-Leste. Na história da comunidade, apresentada no sítio na internet da organização, é relatado que as primeiras conversações tiveram início em Novembro de 1989, num encontro realizado na cidade de São Luís do Maranhão, a convite do presidente brasileiro José Sarney. *“A ideia da criação de uma Comunidade reunindo os países de língua portuguesa – nações irmanadas por uma herança histórica, pelo idioma comum e por uma visão partilhada do desenvolvimento e da democracia – já tinha sido suscitada por diversas personalidades.”*¹. Como salienta Isabel Ferin Cunha (2007), a criação da CPLP estava dentro dos desígnios da política portuguesa que objectivava uma via cultural a ser impulsionada pelos *media*. Assim, os governos portugueses que se seguiram desde finais dos anos oitenta apostaram em reformas que visavam a criação de uma cultura de “identidade lusófona” a ser disseminada pelo globo através dos *media*, em especial, os *media* que o aparelho do Estado português dispõe, (RTP África e Internacional), além da *“reforma de organismos públicos vocacionados para a cooperação (por exemplo, Instituto Camões e pela Secretaria de Estado da Cooperação) e pela constituição da CPLP, a 17 de Junho de 1996”*. (CUNHA, 2007:09). Como se observa na obra de Luís Fontoura (2002) o governo português não vem se utilizando apenas da sua própria máquina para fortalecer o seu ideal cultural e mediático de lusofonia. Levando em consideração o latente ressentimento existente entre os colonizadores e os colonizados, Portugal, com o passar dos tempos e das memórias, proporcionou às ex-colónias, *“acordos de cooperação que consignaram ajudas consistentes da antiga potência colonial em todos os domínios da vida dos novos Estados (...); fez deslocar centenas de cooperantes portugueses, sobretudo para sectores nevrálgicos como saúde e educação...”* (FONTOURA, 2002:04)

¹ www.cplp.org/id-45.aspx
Acesso dia 05/05/2010

Ainda assim, segundo o autor, Portugal mesmo consolidando as suas relações com as novas nações, não se via legitimado para mais, então parte para o apoio de um aliado que, além de ter construído uma imagem positiva entre as ex-colónias portuguesas em África, tinha também os seus próprios interesses no desenvolvimento das novas nações.

“Das nações que também partilharam, conosco, séculos de um passado feito História, só uma parecia reunir as condições ideais para desencadear o movimento que havia de levar à Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa): o Brasil” (FONTOURA, 2002:04)

Apesar dos sinais neocoloniais demonstrados pelas políticas portuguesas temos, no contexto da CPLP em 2010, outros actores da comunidade a apresentam-se como forças emergentes aptos a tirar “vantagens” das supostas oportunidades agregadas ao termo *Lusofonia*. Um desses actores é a República de Angola, que dentro da CPLP procura afirmar-se como “potência também regional”, como frisou o secretário daquela comunidade, Domingos Simões Pereira, “...uma vez que Luanda se prepara para ocupar a liderança da comunidade lusófona para o biénio 2010-2012, a partir de Julho”.² O crescimento económico do país e as perspectivas de aprofundamento democrático têm alterado as rotas tradicionais da mão-de-obra portuguesa, atraindo “muitos portugueses que têm vindo a deslocar-se para Angola à procura de trabalho e oportunidades” (CUNHA, 2007:02).

O outro actor é o Brasil, o país sul-americano que tem impressionado o mundo com a viragem histórica da sua economia e a sua crescente influência mundial³. Em menos de dez anos, o Brasil conseguiu reverter a sua dívida externa; tornar-se exportador de petróleo; ser escolhido para sediar dois eventos mundiais (Campeonato Mundial de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016)⁴, e trocar o papel de devedor para o de credor do FMI.⁵

² <http://www.opais.net/pt/opais/?id=1929&det=12603&mid=271>
Acesso dia 13/05/2010

³ <http://www.independent.co.uk/news/world/americas/the-rise-and-rise-of-brazil-faster-stronger-higher-1793848.html>
Acesso dia 27/09/2009

⁴ http://www.elpais.com/articulo/economia/Brasil/pais/cansado/ser/emergente/elpepieco/20091005elpepieco_4/Tes
Acesso dia 05-10-2009

Boaventura Sousa Santos (2005), no seu artigo *Oportunidades Lusófonas*, analisa o espaço *Lusófono* no contexto de “*uma globalização regional*”, integrada numa crescente globalização mundial, perante um confronto entre uma “*globalização neoliberal, dos capitais e das imposições do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio, por um lado, e a globalização da solidariedade, dos cidadãos em luta por um mundo mais justo e mais respeitoso das diferenças culturais, por outro*” (SANTOS, 2005:1).

Com base nestas duas formas de globalização mencionadas por Santos, e nas opiniões apresentadas, o termo *Lusofonia* apresenta-se como uma máscara neocolonial. No entanto, como o próprio sociólogo afirma, não se trata de uma oportunidade unilateral, mas sim de uma realidade que pode ser aproveitada no âmbito dos esforços individuais dos governos e sectores sociais dos países de língua oficial portuguesa.

2. O PANORAMA DO JORNALISMO PORTUGUÊS

2.1 A contextualização da imprensa escrita em 1975

Depois de quatro décadas sob o controle de um regime ditatorial, o jornalismo escrito em Portugal entrou numa fase de significativas mudanças em 1975. No dia 14 de Março de 1975 a banca e as companhias de seguros foram nacionalizadas (RELATÓRIO, 1979:42)⁶ na sequência da tentativa de golpe dos apoiantes do General Spínola no dia 11 de Março⁷. A estatização do sector bancário resultou numa nacionalização generalizada, onde foram também nacionalizadas empresas dependentes dos bancos e/ou ligadas a companhias de seguros. Entre as empresas dependentes da banca estavam muitos órgãos da comunicação social, que passaram então, indirectamente, ao controlo estatal.

⁵ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u548522.shtml>
Acesso dia 01/05/2009

⁶ A Imprensa Escrita em Portugal 1974/1976, Relatório do Conselho da Imprensa, Lisboa. – Levando em conta a riqueza da informação histórica deste relatório, é importante ressaltar que a confecção e publicação deste documento aconteceu durante o Governo Socialista, portanto, o seu conteúdo pode conter opiniões partidárias, convenientes na altura.

⁷ No dia 11 de Março de 1975, o General António Spínola põe em prática a tentativa de um contra-golpe revolucionário que visava o seu regresso ao poder. “Os militares apoiantes de António Spínola apoiaram uma insurreição na Base Aérea de Tancos e ataque aéreo ao Quartel do RAL1. O desfecho desta tentativa falhada de Spínola culminou com a sua fuga para Espanha (e depois do Brasil), e o fortalecimento da capacidade de intervenção do COPCON.

“A televisão, assim como todos os media da altura, eram controlados pelo Estado. Por uma razão muito simples: anteriormente todos os jornais da altura eram controlados por bancos; houve uma nacionalização na banca, e por arrasto, todos os jornais foram “nacionalizados”. (ANEXO 1)⁸.

Durante o período conhecido como “Verão Quente”⁹, o MFA escolheu cuidadosamente para a direcção dos jornais pessoas da sua confiança. Também nesse período *“se acentua a influência partidária na imprensa, designadamente por elementos afectos ao Partido Comunista Português e a organizações de extrema-esquerda”*. (RELATÓRIO, 1979:43). A imprensa escrita portuguesa era por um lado alvo de influências ou manipulações partidárias, e por outro, alvo da intervenção do Estado também influenciado por ideais comunistas, *“A informação estatizada (e alguma informação privada) caracterizou-se, nessa altura, por um tom monolítico e, em muitos casos, propagandístico...”* (RELATÓRIO, 1979:44).

“...por um lado era uma luta política onde cada partido queria dominar um jornal, por outro eram os militares que se punham por cima do poder político que estava a nascer e a repartir-se. Resultado, era um “frete” trabalhar na televisão ou em qualquer outro órgão” (ANEXO 1).

O monolitismo da imprensa portuguesa só não foi maior graças ao aparecimento de publicações financiadas pelo sector privado em 1975. No caso dos diários *“o Primeiro de Janeiro, e o Jornal Novo (cujo primeiro número foi publicado a 17 de Abril) e de, A Luta, que aparece mais tarde, em 25 de Agosto.”* (RELATÓRIO, 1979:44). No campo dos jornais semanários cresce a importância do jornal *Expresso* (fundado em 1973) com o aumento das suas tiragens, o surgimento dos jornais *Tempo*, fundado no dia 29 de Maio, e de *O Jornal*, inaugurado semanas antes, a 02 de Maio de 1975.

⁸ Entrevista com Joaquim Letria realizada em Março de 2010, Lisboa.

⁹ De 11 de Março, após a tentativa de golpe executado pelos apoiantes do General António Spínola até o dia 25 de Novembro de 1975, data da tentativa falhada de golpe de estado perpetrado por uma ala da esquerda radical do exército português.

2.2 O Jornal

O Jornal, publicado pela primeira vez no dia 2 de Maio de 1975, foi uma iniciativa de um grupo de 15 jornalistas amigos ou colegas de trabalho em outras publicações, que decidiu criar um novo título para fazer frente ao monolitismo existente na imprensa portuguesa. Inicialmente, *O Jornal* foi pensado pelos jornalistas Manuel Beça Múrias e José Silva Pinto, quando ainda trabalhavam no Diário de Notícias (ANEXO 2)¹⁰. O capital inicial de *O Jornal* era formado por duas partes: uma parte, com participação de 40%, do grupo editorial Casa Viva, e a outra parte detentora dos restantes 60%, constituída pelos 15 jornalistas/fundadores, pagos com três meses de trabalho não remunerado.

“Havia uma cláusula na qual dizia que tudo que era de matéria editorial dependia totalmente dos nossos 60%, assim como o conteúdo da publicidade” (ANEXO 2).

“Passamos então a pensar como essa gente ia ser paga (...) resolvemos o assunto de uma forma original que foi dividir o capital entre os 15 (sociedade) para garantir a independência de O Jornal. Dividimos os lucros a 4% para cada um, que dava 60% dos lucros” (ANEXO 1).

Dada a característica empreendedora, foi criada a ProJornal, empresa então fundada pelos 15 jornalistas, depois da aquisição dos 40% do outro accionista. Reunidas as condições necessárias para a sua existência, *O Jornal* conseguiu distinguir-se na uníssona imprensa escrita portuguesa e cativar o público. *“Tínhamos um jornal que correspondia a um velho sonho. O sonho de qualquer jornalista que era trabalhar num jornal que dependesse dos jornalistas, e que esses tivessem totalmente o controlo editorial.”* (ANEXO 2). Politicamente, *O Jornal* posicionava-se a esquerda, porém, sem compromentimentos com as predominantes correntes políticas nacionais, independente da orientação política que cada sócio fundador carregava. *“Éramos todos livres,*

¹⁰ Entrevista com José Carlos Vasconcelos realizada em Maio de 2010, Lisboa.

politicamente livres, e a nossa intenção era mesmo essa, pois todos os outros jornais na altura estavam subjugados e diziam quase todos a mesma coisa” (ANEXO 1). O grupo dos 15 jornalistas de *O Jornal* foi formado através de sistema de escolha mútua denominado «bola preta». *“Indicávamos um jornalista, se alguém não concordava (...) bastava uma bola preta no saco para que esse jornalista estar fora do projecto”* (ANEXO 1). Assim o grupo de jornalistas foi se alargando até o número de 15 e continuou a estender-se no decorrer dos anos, com a chegada de mais jornalistas, diagramadores, fotógrafos e pessoal administrativo.

Para chefiar a área da fotografia de *O Jornal*, a escolha do responsável foi unânime. O editor eleito foi Joaquim Lobo. Aceite o convite, o fotógrafo passa a integrar o grupo dos 15 jornalistas, e torna-se sócio e fundador do projecto. *“A escolha das imagens era com o Lobo, com quem fazia o trabalho redactorial, ou com quem estava a fazer o fecho do jornal. Se fosse a foto da capa era discutidíssima e a aprovação ia madrugada a dentro...”* (ANEXO 2). Quando não era o Joaquim Lobo o autor das imagens, *O Jornal* recorria a imagens de agências e de arquivos, como as fotografias do SNI, facto que não se alterou mesmo após a entrada dos repórteres fotográficos freelancers na equipa criada e chefiada por Joaquim Lobo, a partir de 1976. *“Depois do 25 de Abril era só pedir imagens para o SNI, Quando precisávamos de imagens era lá que íamos buscar. Apesar de ter sido o SNI um órgão do regime havia muita gente de esquerda por lá, e muitos bons artistas também.”* (ANEXO 1). A autoria das imagens fotográficas provenientes de agências ou de arquivos não era identificada, prática comum em muitos jornais da época. *“As imagens das agências não eram assinadas, e a maioria das restantes ou eram do Joaquim Lobo ou de arquivos, se as imagens sem identificação não eram de agências ou de arquivos, não podem ser de outra coisa”* (ANEXO 2). *O Jornal* era um semanário publicado todas as sextas-feiras (salvo raras excepções) e o seu formato original era o berlinense. A capa era constituída pelo número, pela data, (a semana posterior ao dia da publicação), o preço, o nome do director (Joaquim Letria durante todo o ano de 1975) e o dia da semana da publicação por extenso: *sai às Sextas-feiras*. No seu interior, além da página de editorial onde se encontrava a ficha técnica da publicação, o semanário apresentava as seguintes secções: actualidade, artes/espectáculos, assembleia constituinte, desporto, discurso directo, documento, economia, emigração, escreva connosco, especial, informação,

internacional, nacional, nacional/semana, nacional/perspectiva, negócios, o jornal do mundo, o mundo a correr, programa, relance, terceiro mundo e urbanismo. Geralmente eram publicadas nas capas fotografias, ou também, ilustrações do artista José Abel Manta, acompanhadas de manchetes sérias e imaginativas – como as manchetes em forma de pergunta/comentário – que se transformaram na marca registada de *O Jornal*.

2.3. O fotojornalismo português em 1975

“Em 1910, com o advento da República, na baixa lisboeta, perguntaram a um velho fotógrafo: "Oh velhinho és republicano ou monárquico?". Resposta: "Sou fotógrafo. Começou aqui o fotojornalismo português, mas já cá trabalhava um repórter-fotográfico estrangeiro”. (CORREIA, 1999:01)¹¹.

Depois de 9 dias da apresentação do daguerreótipo em Paris, dá-se o primeiro contacto de Portugal com a fotografia. Foi no dia 16 de Fevereiro de 1839, (SOUSA, 2004:185), no artigo publicado no *Panorama - Jornal Litterario e Instrutivo*, o mesmo periódico a publicar a primeira imagem num meio impresso em Portugal “uma gravura de madeira feita a partir de uma fotografia – mais precisamente de um daguerreótipo – publicada a 13 de Março de 1841.” (SOUSA 2004:186).

No início do século XX o retrato era a imagem fotográfica mais utilizada nas revistas e jornais portugueses e disputavam atenções com os desenhos feitos à mão que ilustravam reportagens. Entretanto, “no dia 2 de Fevereiro de 1907, é publicada a primeira fotografia na imprensa diária portuguesa, no jornal *Comércio do Porto*” (SOUSA, 2004:188).

Para Jorge Pedro Sousa (2004), em sua obra *Forças por detrás da câmara*, é na segunda década do século XX que o recurso à fotografia começa a generalizar-se e os repórteres fotográficos passam a ser contratados para os quadros dos jornais e revistas nacionais. Porém, para Sousa, apoiado na obra *Uma história da Fotografia*, de António Sena (1991), relata que com a instauração do Estado Novo a censura e a repressão agudizam-se em Portugal, e no que as foto-reportagens deixavam de ser subtis e

¹¹ <http://manuelcorreia.paginas.sapo.pt/nocoes.html>
Acesso dia 01/05/2010

passavam a apelar mais ao gráfico, “*um pouco à semelhança do que viria a acontecer nas restantes ditaduras de extrema-direita europeias*” (SENA 1991:89 *apud* SOUSA, 2004:190). Para Manuel Correia (1991) o fotojornalismo em Portugal nunca conheceu grande desenvolvimento, pelo facto do “*país ser pequeno e as tiragens dos jornais não serem muito elevadas*” (CORREIA, 1999:01). Na opinião de Jorge Pedro Sousa (2004), o atraso da imprensa escrita portuguesa face ao analfabetismo e a repressão ditatorial contribuíram para o débil desenvolvimento do fotojornalismo português durante a era do Estado Novo.

“O desenvolvimento do fotojornalismo português sofreu um atraso povoado, ao que cremos, pelas condições em que a imprensa se moveu e desenvolveu ao longo da ditadura, num País pobre, atrasado, analfabetizado, sujeito à “lei da rolha”, reprimido” (SOUSA 2004:194)

Com o fim da ditadura em 1974 também termina a censura imposta pelo Estado Novo, assim como o policiamento secreto e opressor da PIDE-DGS. Fotógrafos e agências de fotografia entram mais facilmente em Portugal e apresentam outros olhares sobre o mundo. Repórteres e fotógrafos portugueses passam a olhar e mostrar mais livremente o mundo com os seus próprios olhos e, pouco a pouco, se libertarem dos “vícios” e “conveniências” impostas – social e politicamente – durante os 40 anos do regime ditatorial português.

Manuel Correia (1991), no seu ensaio *Cronologia e Noções de Fotojornalismo*, salienta um dado importante sobre a profissão fotojornalística na década de 1970. A assinatura das imagens fotográficas veiculadas nos órgãos de comunicação desse período era inexistente, pelo facto da profissão não ser ainda reconhecida, dentro ou fora da classe jornalística.

“Os fotojornalistas, só há cerca de 20 ou 30 anos é que passaram a assinar os seus trabalhos. Até aí, as fotos eram apócrifas. Os fotógrafos eram os últimos jornalistas a serem reconhecidos pelos nomes” (CORREIA, 1999:01).

3. OS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA EM 1975

3.1. Angola

Na manhã de 11 de Novembro de 1975 Angola acorda livre de mais de 400 anos de domínio colonial português, porém a noite anterior marcou o início desta liberdade premeditada pelo fim da ditadura portuguesa em 1974. David Birmingham, na sua participação em *History of Postcolonial Lusophone Africa*, de Patrick Chabal, descreve o cenário da noite do dia 10 de Novembro daquele ano:

“A noite de 10 de Novembro de 1975 foi agitada na cidade de Luanda. O exército de Mobutu do Zaire, ajudado pelos quadros da FNLA, bateu os subúrbios das capitais do norte. Os cidadãos de Angola se preparavam para celebrar uma liberdade "incerta". Uma centena de quilómetros a sul o exército cubano, em parte, composto também por membros do MPLA, posicionava-se perante duas colunas blitzkriegs de uma força expedicionária Sul-africana. (BIRMINGHAM, 2002:137)¹²

Em 1975 o mundo estava bipolarizado entre EUA e a URSS que dividiam o mundo em áreas de influência, dentro da lógica da Guerra Fria. Com o fim da segunda guerra mundial, as duas potências vencedoras defendiam suas ideologias e repartiam o mundo em blocos: de um lado o bloco capitalista, liderado pelos norte-americanos, e do outro, o bloco comunista, liderado pela URSS. A China, também comunista, se opunha à liderança de Moscovo e por isso tentava aproximar-se aos EUA numa tentativa de se descolar da URSS. Esta postura chinesa deve-se a disputas dentro do bloco socialista iniciadas na década de 60, época na qual se deu início a uma nova divisão da ideologia comunista: o comunismo “Maoísta”, relacionado à China, e o comunismo Marxista-Leninista (ortodoxo), relacionado à URSS. Os blocos passaram então a apoiar movimentos contra o colonialismo ao redor do mundo, numa tentativa de estender as suas influências, apoiando financeiramente e militarmente, se assim fosse preciso. Os territórios que se encontravam sobre dominação portuguesa foram envolvidos na

¹² Tradução livre do autor.

disputa das grandes potências em busca de novas áreas de influência. Nessa perspectiva os movimentos de libertação dos territórios sobre dominação colonial portuguesa foram amplamente disputados e apoiados pela troca de futuras alianças expansionistas, em contrapartida. No dia da derrubada do regime ditatorial português, a 25 de Abril de 1974, o MFA apresentava um programa onde afirmava a sua vontade incondicional de proporcionar a independência imediata das colónias ultramarinas, porém, na prática, o processo de descolonização não era consensual no interior das forças armadas portuguesas. Por um lado estavam as intenções do programa inicial do MFA, e do outro, António Spínola (então Presidente da República) e seus apoiantes, que defendiam a negociação ao invés da descolonização passiva e imediata das colónias portuguesas.

Mesmo após a renúncia de Spínola, a 30 de Setembro de 1974, opiniões diferentes sobre a descolonização dividiam os dirigentes portugueses.

Entre 10 e 15 de Janeiro de 1975 os líderes dos três movimentos angolanos e o então Presidente da República Portuguesa, Costa Gomes, reúnem-se de na cidade algarvia de Alvor para discutir a independência de Angola. Nesta cimeira ficou acordado a *“constituição de um Governo Provisório, chefiado por um alto-comissário português, estabelecendo o dia 11 de Novembro para a proclamação da independência de Angola”*¹³. Mas este acordo não durou muito tempo e outro pacto precisou ser feito para evitar a escalada de violência provocada pelas lutas entre os três movimentos angolanos. No dia 16 de Junho de 1975 os três representantes dos movimentos de libertação de Angola encontram-se na capital queniana de Nakuru, para a assinatura do acordo que previa a renúncia ao uso da força para resolução dos conflitos entre os três movimentos, em Angola¹⁴. O resultado deste acordo não saiu do papel: no dia 15 de Julho de 1975, depois de várias semanas de combates entre os três movimentos presentes em Nakuru, Luanda é controlada pelas forças do MPLA depois de sair como vencedor do combate que ficou conhecido como a *Batalha por Luanda*. Em 1975 Angola encontrava-se fraccionada entre os três movimentos de libertação, a FNLA, a UNITA e o MPLA, os mesmos movimentos que lutaram contra o domínio colonial desde o início dos anos 60. A FNLA nasceu do primeiro movimento etno-nacionalista

¹³ <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=037386> – Fundação Mário Soares
Acesso dia 17-05-2010

¹⁴ <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=041031> – Fundação Mário Soares
Acesso dia 17-05-2010

angolano, a UPNA criada em 1954 por Holden Roberto, mais tarde, UPA, que iniciou suas actividades contra o colonialismo português no ano de 1961, como no conhecido ataque de 15 de Março, contra colonos portugueses residentes nos distritos de Luanda, Quanza Norte e no Congo Português (FURTADO, 2008:Episodio1). Em 1962 a FNLA, após a sua união com o PDA, cria o GRAE, tendo como primeiro-ministro e líder da UPA, Holden Roberto, e como ministro das relações exteriores, Jonas Savimbi. No final de 1963 o GRAE já tinha sido reconhecido pela OUA, e por outros países africanos, entretanto, a FNLA contava com o apoio do Zaire, inicialmente da CIA norte-americana, e posteriormente, de mercenários brancos (contratados e pagos pela CIA) e também da China e da África do Sul. Para Patrick Chabal, apesar de bem instalada, política e militarmente, no vizinho Zaire, a FNLA tornou-se um partido “*tradicionalista nacionalista*” (CHABAL, 2002:6).

Após a saída do GRAE, em 1964, do então Ministro das Relações Exteriores, Jonas Savimbi, por questões de rivalidade étnicas dentro da FNLA (Savimbi e outros membros do FLNA pertenciam à etnia *Ovibundu*, e a alta cúpula da FNLA pertencia à etnia *Bakondo*) surge, em 1966, a UNITA, fundada pelo próprio Savimbi, com o apoio de outros dissidentes da FNLA. A UNITA defendia uma posição *Maoísta*, mas a sua política era essencialmente anti-MPLA. Jonas Savimbi era conhecido por sua grande habilidade política e como um astuto estrategista militar e, oportunamente, dirigiu a sua acção estabilizando a sua legitimidade africana em Angola, opondo-se a Marxista e cosmopolita liderança do MPLA conseguindo assim todo o apoio possível no exterior, desde “*a China, da África do Sul, incluindo os EUA*”. (CHABAL, 2002:7). A parte das diferentes opiniões sobre a sua fundação (Dezembro de 1956, ou Janeiro de 1960), Julião Soares Sousa (2006), no seu artigo *MPLA: a Fundação ao Reconhecimento por parte da OUA*, descreve que “*o MPLA foi reconhecido como tal em Julho de 1968, na conferência do Comité de Libertação da OUA realizada em Argel*”. (SOUSA, 2006:16). Desde então, o movimento passou por várias reestruturações. Liderado por António Agostinho Neto – licenciado em Medicina pela Universidade de Lisboa, Portugal – o MPLA apresentava-se em 1975 como um movimento de tendência Marxista-Leninista, com o apoio da URSS e de Cuba.

É o MPLA que proclama a independência de Angola, mas os dias que anteviram a proclamação da independência angolana, proferida por Agostinho Neto no dia 11 de

Novembro, foram tensos: Holden Roberto prometera que os seus blindados entrariam em Luanda a qualquer momento. “ *E entraram mesmo, foi uma recepção fantástica (...) de mistura com alguns FAPLA ia todo torto, entortado, um blindado do Zaire, pneus cambaios arriados, verde oliva sapecado a fogo e amassado na passagem do furacão afro-cubano*”. (HARDY, 1979:21). O MPLA conseguiu travar a aproximação do FLNA em Quifangongo, ao norte de Luanda. Essa derrota custou muito caro a Roberto, pois depois do fracasso na batalha em Quifangongo demonstrou que “*tinha poucas possibilidades de tomar o poder pela força*” (CHABAL, 2002:7).

A vitória do MPLA deve-se também à ajuda do exército cubano. A pedido de Agostinho Neto, Cuba enviara um primeiro contingente com 400 instrutores militares para Luanda no dia 5 de Outubro. No dia 9 de Novembro outros milhares de soldados cubanos desembarcam em Angola para o auxílio ao MPLA¹⁵. Mas a vitória do MPLA não estava definida. A sul, no dia 1 de Outubro de 1975, chegavam na região de Silva Porto as primeiras unidades sul-africanas para apoiar a UNITA¹⁶. Porém, ao sul, à espera dos sul-africanos, estava uma coluna CUBA/MPLA para bloquear com sucesso a investida das SADF vindas do sul¹⁷.

O MPLA sai vitorioso e declara em Luanda a independência de Angola na noite do dia 10 para o dia 11 de Novembro de 1975, porém uma trégua entre Holden Roberto, Jonas Savimbi e Agostinho Neto, estava longe de acontecer. Após várias tentativas de estabelecer um diálogo entre os movimentos angolanos, Portugal tornou-se espectador de uma descolonização que lhe escapara e que atira Angola para uma guerra civil de mais de 20 anos.

3.2. Brasil

Desde a independência da coroa portuguesa proclamada no dia 7 de Setembro de 1822, passando pela proclamação da República, no dia 15 de Novembro 1889, o Brasil vinha buscando o seu desenvolvimento baseando-se nos princípios democráticos que

¹⁵ <http://www.youtube.com/watch?v=c35COXObeo8&feature=related> – Cia and Angola Revolution 1975- Parte I
Acesso dia 05/06/2010

¹⁶ <http://www.fimsoares.pt/aeb/crono/id?id=037535> – Fundação Mário Soares
Acesso dia 05/06/2010

¹⁷ http://www.youtube.com/watch?v=dW8_cXOG7wI&feature=related - Cia and Angola Revolution 1975- Parte II
Acesso dia 05/06/2010

dispunha até o freio do golpe militar perpetrado em Abril de 1964, o qual viria colocar o país nas sombras do autoritarismo durante os próximos 21 anos. Foi nesse período sombrio que o Brasil observa a sua antiga metrópole tornar-se livre de 40 anos ditadura salazarista-caetanista e se envolve directamente com a história das colonizações portuguesas em plena Guerra Fria.

O golpe militar no Brasil acontece no dia 2 de Abril de 1964, no mesmo dia em que o General Humberto Castelo Branco se auto nomeia comandante-chefe do exército nacional e assume a presidência da República. Em tempos de Guerra Fria, o motivo do golpe não podia ser outro senão a ameaça comunista, personificada pela pessoa do presidente deposto, João Goulart, e seus apoiantes. No dia 9 do mesmo mês, é decretado o AI Nº1, que conferia amplos poderes ao Presidente da República, desde então os ataques à democracia são sistematicamente cometidos ao longo dos primeiros anos da ditadura brasileira.

A partir de 1965 são emitidos mais actos. O mais rigoroso e sem data para expirar foi o AI Nº5, de Dezembro de 1968, que tinha como características o encerramento do congresso, a passagem dos julgamentos civis de crimes contra a *segurança nacional* para a alçada Militar e a introdução da censura na rádio, na televisão e nos meios impressos, transformando o Brasil numa autentica ditadura (SKIDMORE, 2000:232).

De 1964 a 1974 o Brasil conheceu mais três presidentes militares: em Março de 1967 é empossado o general Artur Costa e Silva, em Outubro de 1969 é a vez do General Emílio Garrastazu Médice, e em 1974 é homologado o nome do General Ernesto Geisel, que fica no poder até 1979.

Já na década de 1960 movimentos de luta armada começam a surgir no Brasil, tais como ALN, o COLINA, entre outros. Esses movimentos foram responsáveis por assaltos à bancos e por sequestros de autoridades diplomáticas estrangeiras com o propósito de “*demonstrar a fraqueza do governo (...) e usar os reféns diplomáticos (e) para negociar a libertação de guerrilheiros presos pelas forças de segurança*” (SKIDMORE, 2000:233). Os estudantes também foram às ruas, mas as principais manifestações eram sempre oprimidas pelas autoridades militares. Muitos foram presos ou simplesmente desapareceram. Uma onda de exilados, de vários sectores da vida cultural e política brasileira, começaram a deixar o país a partir de 1964. Nomes como

Leonel Brizola, Gilberto Gil, Caetano Veloso e Chico Buarque espalharam-se por diversos países das Américas e da Europa. Os insatisfeitos que insistiam em ficar no país eram alvos das diligências do SNI, executadas por órgãos como o DOPS e o DOI-CODI. Em 1974, a luta armada no Brasil já estava praticamente abafada, o que “...*não impediu que os militares da linha dura explorassem a alegação da permanência da ameaça da guerrilha para manter os militares moderados na defensiva e justificar o prosseguimento da repressão*” (SKIDMORE, 2000:235), facto que fez o Ministério da Justiça do Governo do General Geisel anunciar a continuação das actividades de repressão ao comunismo e à subversão em 30 de Janeiro de 1975.

Em Outubro de 1975, uma cisão entre as forças armadas brasileiras reforçou ainda mais as divisões existentes dentro do regime ditatorial brasileiro: de uma lado a ala «*castelista*», ou moderada, e de outro, a ala ultra-direita, ou *linha dura*. Um dos acontecimentos que marcaram esta cisão foi uma operação levada a cabo pelos militares da linha dura que “*pretendiam aprisionar cerca de 2 mil pessoas, dentre elas sindicalistas, políticos, agentes comunitários que tivessem contacto com D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, professores, estudantes universitários, militantes cadastrados do PCB e jornalistas*” (LEAL, 2005:1). Essas prisões “*representaram o desejo de um segmento militar de endurecer e fechar ainda mais o regime*” (MARKUN *apud* LEAL, 2005:2). Uma das prisões efectuadas pela operação dos militares da ultra-direita culminou na morte do jornalista Vladimir Herzog, “*assassinado sob tortura no dia 25 de Outubro de 1975, na esquadra do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo*”. (SANTOS, 2007:81) “*A morte de Vlado funcionou como um freio para a ultra-direita e, ao mesmo tempo, como causa social comum que convocou as várias fracções sociais a contestar o regime outra vez*” (MARKUN *apud* LEAL 2005:3). A questão da violência no Brasil também tinha outros vilões além dos aparelhos do Estado. Na década de 70 os *media* nacionais e internacionais passaram a estar atentos à violência urbana brasileira. O período ditatorial brasileiro foi o auge do *esquadrão da morte*, um movimento nascido no final da década de 1950 no Rio de Janeiro, e recriado na cidade de São Paulo na final da década de 1960. “*Seus integrantes eram policiais da Polícia Civil e, no início, tentaram justificar as suas acções homicidas como uma verdadeira missão de limpeza da sociedade*” (COSTA, 1999:12). Em São Paulo, o chefe do grupo desse extermínio era o delegado do DOPS,

Sérgio Paranhos Fleury, que além de chefiar o DOPS na capital paulista, esteve envolvido na caça, tortura e assassinato de desafectos do regime ditatorial brasileiro, entre os quais o de Carlos Marighella, líder da ALN, em 1969. Na década de 70 os crimes praticados tornavam-se tão assustadores como os cometidos pela ditadura, “*assaltos brutais, tráfico de drogas e de armas, extermínios, homicídios e chacinas, praticados por policiais, bandidos ou pessoas comuns, multiplicaram-se em uma proporção assustadora*” (COSTA, 1999:12). Uma situação social talvez explicada pela crescente sensação de impunidade face aos abusos do governo militar e pela crescente desigualdade entre classes.

No que toca a economia do Brasil, o país experimentou um rápido crescimento económico entre os anos de 1968 e 1974 conhecido como *o milagre económico*, muito devido a reorganização financeira e a baixa da inflação, “*frutos de um programa de estabilização iniciado logo após o golpe de 1964*” (SKIDMORE, 2000:248), e aos empréstimos e investimentos provenientes do exterior. A reforma agrária continuava a ser um problema para a economia brasileira, mas ainda assim o país conseguiu tornar-se num grande exportador, diversificando a produção (além do café, a laranja, o milho e a soja) com políticas de crédito rural e o fornecimento de subsídios para exportação. Bom para quem tinha terras e pode aproveitar os créditos. Ruim para quem não tinha nada. Para Thomas E. Skidmore, em sua obra *A History of Brazil*, o resultado desta política tinha um custo: “*o crescimento entre as diferenças de renda entre regiões e classes*” (SKIDMORE, 2000:251).

Além da sua reorganização económica, o Brasil reestruturou-se politicamente durante a ditadura. O governo militar iniciou *uma arrumação na casa*, e inaugurou em 1964 uma série de expurgos, que iam desde os ministérios, ao Itamaraty, sede da diplomacia brasileira. Uma das demissões no Itamaraty foi a de António Houaiss que participava da Comissão de Descolonização da ONU, cujas motivações político-ideológicas pouco agradavam aos militares, que procuravam *esquerdistas* por todos os ministérios. Houaiss “*buscava convencer o Itamaraty a modificar a sua posição de apoio ao colonialismo português – e tanto bastou para que fosse sumariamente expulso da carreira, incrivelmente considerado como «inimigo de Portugal»*” (MELO, 2000:76).

Devido ao notório apoio brasileiro aos EUA, o governo militar suprimiu todas as suas ligações com o bloco soviético e não permitiu ligações a nenhum movimento de

libertação, apoiados ou não pelos comunistas. “*Nesse contexto, o Brasil voltava a votar solidariamente ao lado de Portugal na ONU – ainda que Portugal estivesse a usar mão-de-obra escrava para ampliar as suas plantações de café em Angola e competir com o Brasil nos mercados internacionais*” (MELO, 2000:76).

Esse posicionamento não ajudava a economia brasileira que já estava a acumular uma grande dívida externa e era afectada pela crise mundial do petróleo de 1973. O Brasil precisava melhorar as suas relações no exterior, principalmente com o cartel da OPEP, composto também por países africanos, uma vez que o país importava 80% do petróleo que consumia. O Governo brasileiro então põe em prática uma mudança brusca nas suas relações internacionais. No que toca a sua aproximação aos países africanos de língua portuguesa esta mudança foi muito facilitada pela revolução portuguesa de Abril 1974 e com os primeiros sinais das intenções do MFA em querer iniciar o processo de descolonização em África.

Na sua primeira reunião ministerial, em 1974, o General Geisel declara “*estar preparado para fazer os necessários realinhamentos em direcção à satisfação dos interesses do país, o que, em se tratando da política para a África, significava a retirada do apoio ao colonialismo português*” (apud PINHEIRO, 2007:39). As intenções de Geisel percebiam-se no plano diplomático e económico, mas causavam um certo mal-estar na ala conservadora do governo militar brasileiro no plano ideológico, pois, uma vez que o Brasil não mais apoiasse a colonização portuguesa, estaria a apoiar os movimentos de libertação ligados à Rússia e a Cuba. Entretanto, as próprias futuras nações africanas viam com desconfiança um Brasil que durante tantos anos apoiou a colonização portuguesa. Para mostrar a sua clara tomada de posição, “*o Brasil reconhece a independência da Guiné-Bissau a 18 de Julho de 1974*” (SELCHER, 1976: 51; MANINIÈRE, 1976: 41, apud PINHEIRO 2007:93), 17 dias antes de Portugal anunciar que estava preparado para assinar com este país um acordo de transferência imediata de poder “*e dois meses antes que Portugal efectivamente o fizesse*” (PINHEIRO 2007:93). Mas o Brasil não estava só, outros países africanos também reconheceram a independência proclamada pelo PAIGC, incluindo a própria ONU.

Numa tentativa de ganhar a confiança dos futuros países independentes, e assim “*garantir que o Brasil pudesse exercer sobre eles alguma influência*” (PINHEIRO, 2007:95), o governo brasileiro, através dos seus diplomatas, promove contactos com

todos os dirigentes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas e, cuidadosamente, traça a sua estratégia em Moçambique e Angola (ainda sem saber quais dos três movimentos lideraria o país) que visava essencialmente os seus interesses económicos, como se percebe num dos relatório enviados ao Presidente Geisel:

“Nossa penetração nos futuros Estados de Moçambique e Angola, como no Estado de Guiné-Bissau, tem assim um aspecto de competição com a influência de terceiros Estados de ideologia adversa (...) é fundamental mesmo para os nossos interesses de planejamento estratégico, pois Angola e, sobretudo, Moçambique na rota do nosso abastecimento de petróleo e do comércio com o Japão se constituem nas únicas alternativas válidas para o que pode ser proporcionado pela África do Sul” (ZAPPA, apud PINHEIRO, 2007:95)

No dia 25 de Junho de 1975 Moçambique comemora a sua independência e, além de não convidar representantes brasileiros para a cerimónia, *“só estabelece relações diplomáticas com o Brasil no dia 6 de Novembro de 1975”* (PINHEIRO, 2007:95), cinco dias antes do governo brasileiro reconhecer a independência de Angola, declarada no dia 11 de Novembro de 1975, pelo MPLA¹⁸.

3.3. Cabo Verde

No mesmo documento assinado no acordo de Argel, no dia 26 de Agosto de 1974, que colocava termo à administração portuguesa na Guiné-Bissau e no qual declarava que Portugal reconhecia a existência daquela república a partir de 10 de Setembro de 1974, o texto também *“reafirmava e garantia o direito das ilhas de Cabo Verde à autodeterminação e à independência”* (WOOLLACOTT, 1983:1153).

Apesar das intenções do PAIGC de levar a luta armada para as ilhas (FURTADO, 2008:Episodio18), o combate nas ilhas entre o PAIGC e o Governo

¹⁸ Para uma leitura mais profunda sobre o reconhecimento da independência de Angola pelo Brasil consultar o estudo de Leticia Pinheiro *Ao vencedor, as batatas”: o reconhecimento da independência de Angola*, Estudos Históricos, Rio de Janeiro nº39, Janeiro Julho 2007, p. 83 a 120.

Colonial travou-se no plano político e não no militar. No artigo de Almeida Martins, publicado em *O Jornal* no dia 4 de Julho, manobras políticas foram encetadas pela ala neo-colonial de António Spínola no pós-25 de Abril, com o objectivo de criar partidos «fantoques» no arquipélago para enfrentarem o PAIGC a partir das ilhas. “*Nasceram e morreram partidos como UDC, aliado ao Partido do Progresso, organização de extrema-direita criada em Portugal e dissolvida em 28 de Setembro, e o UPIC, apresentado como pro-chinês*” (*O Jornal*, 04/07/1975:17). Entretanto tais manifestações partidárias no arquipélago foram abafadas. Cabo Verde foi celebrada a sua independência no dia 5 de Julho de 1975 e o país a associa-se à Guiné-Bissau sob a direcção marxista do PAIGC, o partido único de Cabo Verde e Guiné-Bissau, que lutou pela independência dos dois países durante 17 anos.

Com o cumprimento das últimas resoluções do acordo assinado entre o III Governo Provisório português e o PAIGC, no dia 18 de Dezembro de 1974, é constituído em Cabo Verde um Governo de transição. A 30 de Junho de 1975 é eleita uma Assembleia constituinte, composta por 56 deputados e 72 suplentes, com a participação de 84% dos eleitores. A lista do único partido presente, o PAIGC, foi aprovada. Esta assembleia seria dotada de poderes constituintes para a proclamação da independência das ilhas. A mesma Assembleia Constituinte viria a aprovar também a promulgação da lei de Organização Política do Estado que funcionou como uma Constituição até a aprovação desta em 5 de Setembro de 1980.

Aristides Pereira é escolhido pelo PAIGC e pela Assembleia Constituinte, eleita no dia 30 de Junho de 1975, para exercer as funções de Presidente da República de Cabo Verde, e Pedro Pires eleito para assumir o cargo de primeiro-ministro. Ambos os dirigentes do novo Estado assistiram no Estádio da Várzea (cidade da Praia) a festa da independência cabo-verdiana, acompanhados de cerca de 4 mil cabo-verdianos, autoridades diplomáticas presentes, entre elas Vasco Gonçalves, chefe do IV Governo Provisório português. (*O Jornal*, 04/07/1975:16). Desde o dia 30 de Dezembro de 1974, quando ainda era empossado um governo de transição para Cabo Verde, os seus dirigentes deparavam-se com os encargos de dirigir um país com 300 mil habitantes e com uma população de 400 mil cabo-verdianos imigrantes nos EUA, Brasil, Angola, São Tomé e Europa, que fugiram do flagelo da fome que durante muitos anos assolou o arquipélago. Cabo Verde encontrava-se abandonado há muito pelo poder colonial. No

ano da independência cabo-verdiana o país encontrava-se economicamente fraco e a sua população num nível de subsistência extremamente baixo. Na sua participação na obra de Patrick Chabal (2002), *History of Postcolonial Lusophone Africa*, Elisa Silva Andrade descreve a situação do arquipélago face ao descaso da metrópole.

“A conservação da terra tinha sido negligenciada [...] esquemas de retenção de água eram inexistentes [...] as taxas de iliteracia nas áreas rurais era superior a 90%, [...] o Estado Colonial omitiu esforços para assegurar ajuda profissional para melhorar a produtividade rural e a diversificação da produção agrícola” (ANDRADE, 2002:266).

Devido ao estado em que se encontrava o país recém independente, o governo do PAIGC, de ideologia socialista, tentou atacar os problemas do arquipélago com mais políticas de desenvolvimento social do que económicas (ANDRADE, 2002:268). Porém, as políticas iniciais do PAIGC de unidade em Cabo Verde e na Guiné-Bissau duraram pouco mais do que cinco anos. Com o golpe de estado desferido na Guiné-Bissau em 1980 é aprovada pela Assembleia Nacional em Setembro de 1980 a criação do PAICV, *“passando Cabo Verde a ser governado sem as obrigações de unidade com o governo guineense”* (ANDRADE, 2002:268). O PAICV mantém então o regime de partido único por mais dez anos, até o início da transição democrática a iniciar-se no ano de 1990.

3.4. Guiné-Bissau

A proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau pela Assembleia Constituinte do PAIGC a 24 de Setembro de 1973, em Madina do Boé, foi um acontecimento impar na história africana e mundial. Joshua Forrest (2002) assinala dois motivos para esse facto: *“o primeiro por ter culminado no sucesso militar de 11 anos de guerra anti-colonial levado a cabo pelo PAIGC, e segundo, por ter Almícar Cabral, que liderou e conduziu o movimento, colocado a Guiné-Bissau no mapa mundial*

através da sua expressa articulação de legitimação da luta nacionalista contra a exploração do regime colonial” (FORREST, 2002:236).

O PAIGC, movimento “*marcado por ter um socialismo menos ortodoxo entre os outros movimentos de libertação*” (CHABAL, 2002:52), foi criado em 1956 pelo então engenheiro agrónomo formado em Lisboa, Amílcar Cabral, e mais cinco nacionalistas: Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes e Elisée Turpin. “*Obviamente, um partido clandestino, que só deixará de o ser quatro anos mais tarde, quando instalar a sua delegação exterior em Conacri.*” (WOOLLACOTT, 1983:1134). A militância de Amílcar Cabral leva-o para o exterior e o faz manter contactos com outros movimentos de libertação das ex-colónias portuguesas. Nas suas várias diligências participa em Janeiro de 1960 na II Conferência dos povos africanos, em Tunis, e no mesmo ano, em Londres, “*denúncia pela primeira vez numa conferência internacional o colonialismo português*” (WOOLLACOTT, 1983:1134). A partir da década de 1960 o PAIGC passa a ter apoio internacional, como por exemplo da República Popular da China e do Reino de Marrocos.

A luta armada pela independência guineense e cabo-verdiana iniciou-se no ano de 1963 estendem-se até Abril de 1974, mesmo com a morte de Amílcar Cabral em Janeiro de 1973 na Guiné Conacri, “*assassinado por elementos da PIDE infiltrados no seu movimento*” (HARDY, 1979:99).

A proclamação solene (unilateral) da independência da nova República da Guiné-Bissau acontece no dia 24 de Setembro de 1973, e “*em finais de Outubro já era reconhecida por cerca de 70 Estados soberanos*” (WOOLLACOTT, 1983:1137). Os militares portugueses encontravam-se cada vez mais fragilizados no terreno, e enfraquecidos frente à guerrilha do PAIGC facto este que, nas palavras de Patrick Chabal (2002), contribuiu para o MFA a restaurar a democracia em Portugal no 25 de Abril de 1974.

“Os militares portugueses então viam-se defrontados com duas alternativas: “ou se transformavam no bode expiatório da débacle militar, que tinham tentado evitar a todo o custo, ou derrubavam o Governo.” (WOOLLACOTT, 1983:1139).

Liderada pelos capitães do MFA, a revolução portuguesa acontece no dia 25 de Abril de 1974. Com a queda do regime ditatorial português, surgem as primeiras discordâncias dentro das forças armadas; de um lado o MFA, o movimento que liderou a rendição de Marcelo Caetano no Quartel do Carmo, e do outro, o conservador General António Spínola, (escolhido de última hora, para ser o chefe da nova Junta da Salvação Militar) e seus apoiantes.

“A reputação pessoal de Spínola era tal, que conseguiu ver aprovadas as alterações que propusera para o programa (do MFA), [...] e na sua alocução à Nação às primeiras horas da manhã do dia 27 de Abril, falou, ominosamente, em «garantir a sobrevivência da Nação soberana na sua integridade pluricontinental»” (WOOLLACOTT, 1983:1141).

No que toca à situação das colónias ultramarinas, a diferença do discurso e das intenções das duas alas existentes nas forças armadas portuguesas era fulcral: um lado, a ala do General Spínola, designado Presidente da República, que defendia uma solução neo-colonial e uma autonomia administrativa gradual das colónias, e do outro, a cúpula dos capitães do MFA que apoiava a independência total e a entrega imediata da soberania dos países aos movimentos de libertação. *“A questão colonial, que antes do 25 de Abril unira os militares rebeldes, tornou-se, deste modo, após a tomada do poder, o ponto fundamental e explosivo da divisão e clivagem no novo regime” (WOOLLACOTT, 1983:1142).*

Independente das decisões da Junta da Salvação Nacional ou dos futuros Governos Provisórios de Portugal, o PAIGC estava decidido a continuar a luta de libertação total da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, com ou sem a colaboração de Portugal. Finalmente, após sucessivas conversações sem sucesso entre o PAIGC e representantes portugueses, no dia 16 de Agosto de 1974, o então Ministro das Relações Exteriores do I Governo Provisório de Portugal, Mário Soares, e o comandante do PAIGC, Pedro Pires, *“assinam em Argel o acordo que punha formalmente termo à administração portuguesa na Guiné-Bissau e no qual declarava que Portugal reconhecia de jure a existência daquela república a partir de 10 de Setembro de 1974”*

(WOOLLACOTT, 1983:1153). Luís Cabral, meio-irmão de Amílcar Cabral, torna-se o primeiro Presidente da República da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, e governa os países sob a égide do PAIGC até 1980, ano em que é deposto pelo golpe de estado impetrado pelo seu então primeiro-ministro João Bernardo (Nino) Vieira. Em oposição aos planos de Amílcar Cabral de transformar Guiné e Cabo Verde num único estado-nação, os dois povos, mesmo antes das primeiras investidas contra o poder colonial, já cultivavam rivalidades históricas que nasceram dentro do período colonial, rivalidades essas que foram habilmente utilizadas pela propaganda do exército português para criar cisões dentro da guerrilha do PAIGC, durante os combates na Guiné-Bissau. (FURTADO, 2008: Episódio11).

“Os guineenses há muito ressentiam o papel dos cabo-verdianos como empresários bem sucedidos e auxiliares coloniais. Os cabo-verdianos consideravam-se uma sociedade crioula, ao invés de africanos, e valorizavam as suas estreitas ligações com Portugal. Eles também acreditavam que a união com a Guiné-Bissau, embora, teoricamente, economicamente rentável para o arquipélago, tão desprovido de recursos, poderia se tornar numa responsabilidade política” (CHABAL, 2002:53).

3.5. Moçambique

No dia 25 de Junho de 1975 Moçambique assinala o dia da sua independência na capital Lourenço Marques, actual cidade de Maputo. A FRELIMO, o movimento que iniciou a sua luta armada pelo norte de Moçambique, em 25 de Julho 1964, sai vitoriosa e posiciona-se a frente de uma nação que segue o destino de ser governada por um único partido cuja orientação ideológica, nas palavras do próprio fundador, Eduardo Mondlane, estava mais e mais em direcção ao socialismo marxista-leninista (FURTADO, 2008:Episodio13).

A origem da FRELIMO remonta o ano de 1962, na Tanzânia, país que faz fronteira ao norte de Moçambique. Depois da ocorrência do massacre de Mueda perpetrado pelas autoridades coloniais em Junho de 1960, onde foram mortos dezenas

de trabalhadores moçambicanos insatisfeitos com o sistema laboral colonial de «cooperativas», e outras injustiças correntes no país, entre elas o estatuto de *assimilado*¹⁹, Eduardo Chivambo Mondlane, moçambicano, doutorado em sociologia nos EUA e investigador no Departamento de Curadoria na ONU, reúne na Tanzânia, com o apoio do presidente daquele país, os três movimentos pioneiros que tinham um mesmo objectivo em comum: a libertação do povo de Moçambique do poder colonial português. “*Em 1962 esses movimentos foram apressadamente reunidos em Dar-es-Salam, sob os auspícios de Julius Nyerere para formar um único partido chamado FRELIMO*” (NEWITT, 2002:189).

Assim, a UDENAMO, a MANU e UNAMI, organizações criadas por trabalhadores moçambicanos emigrados em países vizinhos (Tanzânia, «antiga Tanganica», Malawi «antiga federação da Rodésia/Niassalândia» e Zâmbia) dão origem a FRELIMO, cuja primeira direcção do partido é composta por Eduardo Mondlane, como presidente, Uria Simango, como vice, David Mabunda, como secretário-geral, e Marcelino dos Santos, chefe do Departamento Político, entre outros. Falhadas as tentativas de conversações entre Mondlane e o governo colonial, a FRELIMO passou a treinar os seus guerrilheiros na Argélia e a formar os seus futuros quadros no Instituto Moçambicano (financiado pela norte-americana Fundação Ford) criado em Dar-es-Salam, na Tanzânia, a mesma instituição onde, em 1968, torna-se um palco de distúrbios entre alunos professores que reflectem afinal as divisões dentro do movimento (FURTADO, 2008:Episodio13).

As disputas internas na FRELIMO sempre existiram desde a sua criação, Malyn Newitt, na sua participação em *A History of Postcolonial Lusophone Africa*, de Patrick Chabal, ressalta que tais conflitos eram alimentados desde questões de hostilidades étnicas entre a etnia *Maconde* do norte e as etnias do sul, a rivalidades pessoais “*nas quais resultaram sucessivas lutas pela liderança do movimento por Mkavandame, Simango, Mondlane e Machel, e desacordos sobre a estratégia e tácticas a serem adoptadas na luta contra Portugal*” (NEWITT, 2002:189).

¹⁹ Para um “indígena” obter o estatuto de assimilado era necessário satisfazer determinados critérios legais. Os candidatos tinham de jurar lealdade ao Estado colonial, falar apenas português nas suas casas, adoptar hábitos «europeus», abandonar crenças «bárbaras» e obter um atestado de um funcionário português que garantisse a sua probidade. Quem cumprisse estes requisitos recebia, teoricamente, os mesmos direitos legais que os portugueses. Embora assim não fosse na prática, os *assimilados* obtinham de facto uma ampla variedade de privilégios, como a isenção de trabalhos forçados, o acesso facilitado à residência urbana, à educação e ao emprego, e um pequeno conjunto de direitos civis, passando a estar sob a alçada da lei civil, ao contrário dos indígenas, que estavam sujeitos à lei «consuetudinária» (Mondlane, 1969; O’Laughlin, 2000; Penvenne, 1982 e 1989 *apud* Sumich, 2008).

No 2º congresso da FRELIMO, ocorrido em Julho de 1968, na província do Niassa, a «crise das duas linhas» que dividia a FRELIMO entre a linha de Lázaro Mkavandame e Uria Simango, e a linha de Eduardo Mondlane e seus seguidores, chega a o seu auge. Meses depois, Lázaro Mkavandame, secretário (*chairman*) da província de Cabo Delgado e líder da etnia *maconde*, é demitido dos seus cargos e afastado por alegados envolvimento na morte de dois dirigentes e por acusações de abusos de poder na sua província. No início de 1969 Mkavandame e o reverendo são relacionados com a morte de Eduardo Mondlane no dia 3 de Fevereiro de 1969, devido a explosão de um livro-bomba num restaurante de uma amiga de Mondlane, em Oyster Bay, Tanzânia. O livro-bomba foi entregue em correspondência com o selo de Moscovo, mas armadilhada pela PIDE e enviada inicialmente para o escritório da FRELIMO, em Dar-es-Salam (FURTADO, 2008:Episodio13).

Em Abril de 1969, em Porto Amélia, Lázaro Mkavandame rende-se às autoridades portuguesas que rapidamente aproveitam as palavras do dissidente para gravar programas de rádio e fazer panfletos para serem distribuídos a população *maconde*, numa tentativa de usar a imagem do antigo líder daquela etnia como arma propagandista contra a FRELIMO. Por sua vez, Lázaro Mkavandame, além de ter dado informações preciosas à PIDE sobre a localização das bases da FRELIMO, tentou obter proveitos para si junto ao governo colonial português, e mais tarde foi eliminado pelo próprio movimento. (FURTADO, 2008:Episodio13).

Em 1969 a FRELIMO passa a ser liderada por um triunvirato composto por Uria Simango, Samora Machel e Marcelino dos Santos. Devido a divergências no seio da FRELIMO, em Maio de 1970, o Comité Central da frente expulsa Simango e elege Samora Machel como o novo presidente. A frente passa a ser liderada por Samora Machel e com a sua subida ao poder termina a longa crise dentro da FRELIMO (FURTADO, 2008:Episodio13).

A FRELIMO continuou com as suas investidas contra o exército colonial até o dia da revolução portuguesa em Abril de 1974. A confusão política dentro das forças armadas portuguesas após o levante militar que derrubou o regime ditatorial dividiu o MFA: de um lado os militares que defendiam a descolonização imediata, apoiados pelas forças políticas de esquerda, e do outro, os militares que defendiam o neo-colonialismo de Spínola. A FRELIMO recusou-se aceitar o cessar-fogo uma vez que não havia uma

declaração formal de Spínola e seus associados para a independência das colónias. Spínola ainda tentava criar condições para a formação de partidos moderados para tentar fazer frente às pretensões da FRELIMO de assumir o controlo de Moçambique, mas pouco tempo existia para isto. “*Os esforços de Spínola eram sabotados pelo MFA, desde Lisboa, que começou a realizar negociações secretas com a FRELIMO pelas suas costas*” (NEWITT, 2002:192). Mas a FRELIMO tinha pressa, pois sabia que se efectuassem eleições antes de uma completa, imediata e incondicional transferência de poderes, movimentos opositores poderiam ganhar as eleições e tirar-lhe o poder que julgavam ter sido legitimado pela luta de libertação que travou durante 11 anos contra o poder colonial.

António Spínola, forçado a demitir-se, entrega o cargo de Presidente da República no dia 30 de Setembro de 1974, no mesmo mês em que acontecem as primeiras conversações em Lusaka (capital da Zâmbia). Entretanto, outras conversações entre a liderança portuguesa e a FRELIMO já tinham acontecido em Dar-es-Salam com o então Ministro dos Negócios Estrangeiros do VI Governo, Melo Antunes. “*O acordo de Lusaka, assinado no dia 7 de Setembro de 1974 fixou um governo transicional que durante os nove meses seguintes preparava Moçambique para a independência*” (NEWITT, 2002:193). O acordo previa a criação de um Alto-Comissariado para orientar a criação de um governo de transição e uma junta militar com membros portugueses e membros da FRELIMO nomeados por acordo entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique.²⁰ A FRELIMO escolhe Joaquim Chissano para o cargo de primeiro-ministro e Samora Machel (que aguardava o dia da independência para o seu retorno ao país) para assumir o cargo de Presidente da República. Portugal nomeia para o cargo de Alto-Comissário o Almirante Vitor Crespo. Nos três dias anteriores à assinatura do acordo na Zâmbia, brancos descontentes com as negociações a decorrerem em Lusaka iniciaram uma revolta em Lourenço Marques. A Rádio Clube de Moçambique, jornais correio e instalações estatais foram atacadas pelos colonos brancos que contestavam o acordo. Colonos e população entraram em conflitos e o saldo de mortes é até hoje desconhecido. Entretanto, com a assinatura do acordo, as revoltas em Moçambique foram controladas, mas o medo de uma nova revolta pairava no ar e continuou a preocupar os moçambicanos até a noite do dia 25 de Junho de 1975.

²⁰ www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon06 - Centro de Documentação 25 de Abril
Acesso dia 05/05/2010

Apesar da parcela de responsabilidade do governo colonial português no subdesenvolvimento do país durante o processo de descolonização, os moçambicanos assistiram estáticos os seus quadros administrativos voarem para o exterior, as suas tropas desorganizadas, a inexistência de uma constituição devidamente aprovada, a falta de garantias das propriedades privadas “e a FRELIMO a tomar o poder sem nenhum processo formal de legitimação” (NEWITT, 2002:188).

“Apesar de não ter sido tão desastrosa como a descolonização em Angola, a transferência de poder em Moçambique continha todas as sementes de futuros problemas. Quando o dia da independência chegou em Junho de 1975 a FRELIMO encontrou-se no comando de um navio/estado que, se não se encontrava sobre as rochas, foi cambaleando a deriva em águas muito problemáticas” (NEWITT, 2002:194).

3.6. São Tomé e Príncipe

No dia 12 de Julho de 1975, São Tomé e Príncipe consegue a sua independência após aproximadamente 500 anos de colonialismo português. O pequeno país/arquipélago recebe da delegação portuguesa, chefiada por Rosa Coutinho, a soberania do seu território num ano marcado apenas por pequenos incidentes, porém, nada comparado ao terror da guerra que aconteceu na vizinha Angola.

Gehard Seibert (2002) na sua participação na obra *A History of Postcolonial Lusophone Africa*, de Patrick Chabal, afirma que São Tomé e Príncipe, ao contrário das outras ex-colónias portuguesas, “não teve divisões étnicas, linguística ou religiosas. Finalmente, o país não foi afectado por guerras civis, desestabilizações externas ou acidentes naturais” (SEIBERT, 2002:291). Porém é importante ter em conta a composição social do arquipélago como por exemplo as “semelhantes características sociais de pequenos países que incluem a prevalência das relações face a face, uma mentalidade de cidade pequena, uma particular orientação de valores, uma falta de privacidade e anonimato e, uma tendência para a política personalista”. Características,

essas, que por outro lado, “*dificultaram o desenvolvimento social e económico, e influenciaram a política local do arquipélago*” (SEIBERT, 2002:291).

Após um breve desinteresse do poder colonial no arquipélago, em meados do século XVII, quando o preço da cana-de-açúcar sofre uma grande queda no mercado internacional, São Tomé e Príncipe ver-se abandonado pelo Governo colonial. Tal abandono acaba por resultar na reorganização dos poderes hierárquicos dentro das ilhas, o que leva a população local de crioulos, conhecidos como Forros, ao controle do país.

Depois da abolição da escravatura em 1875, os Forros, criaram uma atitude negativa face ao trabalho na lavoura, e com a volta do poder colonial, foram confrontados pelas autoridades portuguesas e obrigados a voltarem para as roças. Em Fevereiro de 1953 sob as ordens do Governador Carlos Gorgulho a polícia local com o apoio de outros voluntários brancos “incitaram uma onda de violência contra a população Forra. As atrocidades cometidas contra os Forros foram frequentemente chamadas de “*A Batalha de Batepá*”, que mais tarde serviu para denunciar o colonialismo português e para fundar os mitos resistência anti-colonial”. (SEIBERT, 2002:292).

Após o 24 Abril de 1974, a descolonização da África portuguesa era uma consequência e os movimentos de libertação alinhavam ideias e conseguiam aliados com advento da Guerra Fria. Os nacionalistas santomenses formaram o seu primeiro movimento anti-colonial no ano de 1960. Miguel Trovoada, João Guadalupe de Ceita, Leonel d'Alva, António (Oné) Pires dos Santos, estudantes santomenses a viver em Portugal, e outros amigos a residir no arquipélago, fundaram a CLSTP, ficando Miguel Trovoada como representante do grupo no exterior. “*Em 1961 ele participou, juntamente com representantes do MPLA, do PAIGC e da UDENAMO no primeiro congresso da denominada CONCP, em Casablanca*”. (SEIBERT, 1975:241).

Desde a sua criação o CLSTP possuía suas divisões internas, com facções estabilizadas em Libreville (Gabão), em Acra (Gana) ou espalhadas pelo mundo, compostas por santomenses exilados e estudantes residentes no exterior. Após a expulsão da facção do CLSTP do Gana, em 1966, no seguimento de um golpe militar ocorrido naquele país, a actividade do CLSTP tornou-se virtualmente inexistente por muitos anos. Mais tarde, nove desses exilados santomenses encontraram-se em 1972 na cidade de Santa Isabel, (actual Malabo), na Guiné Equatorial. Os nove membros do

CLSTP constituíram o MLSTP, sendo Manuel Pinto da Costa, recém doutorado em economia em Berlim Leste, eleito como secretário-geral do movimento e Leonel d'Alva, Miguel Trovoada, Carlos Graça, José Fret Lau Chong, João Torres, Guadalupe de Ceita, António Pires dos Santos e Alexandrina Barros, como membros do Bureau político do MLSTP (SEIBERT, 1975:242).

O MLSTP nunca adoptou formalmente a dominação Marxista-leninista, mesmo estando o partido comprometido com a chamada «orientação socialista», numa fase anterior ao socialismo concebido por teóricos soviéticos em 1960. Porém, “*até 1983, o objectivo político explícito era acabar com a exploração do homem pelo homem, através da construção do socialismo*” (SEIBERT, 2002: 295).

Após a queda do regime ditatorial português em Abril de 1974 surgiram as primeiras actividades políticas no arquipélago. “*Um grupo de padres católicos e funcionários crioulos moderados fundaram a FPL que defendia uma federação com Portugal e a perspectiva de uma autonomia progressiva do arquipélago*” (SEIBERT, 2002:293). Entretanto, o MLSTP, instalado em Libreville, organizava-se com o objectivo de retornar ao arquipélago, retorno este adiado, mas levado a cabo por outros integrantes do movimento a viver em Portugal.

Em Junho de 1974, o advogado Gastão Torres e mais vinte estudantes santomenses, fortemente influenciados a nível político pelas ideias do Pan-africanismo, poder negro, Marxismo e Maoísmo, chegam à cidade de São Tomé e fundam a Associação Cívica pró-MLSTP, uma associação criada tanto para mobilizar os camponeses do arquipélago como para divulgar o próprio MLSTP, que era pouco conhecido pelo povo santomense. Em Agosto do mesmo ano, na cidade de Libreville, “*no seguimento de uma reunião com o MLSTP, a FPL que gozava de um pequeno apoio popular no arquipélago, é dissolvida*” (SEIBERT, 2002:294).

Em Setembro de 1974, o governo provisório português começa negociações directas com o MLSTP, na cidade de Libreville, e em 21 de Dezembro um governo transicional liderado pelo MLSTP é instalado no arquipélago. Porém em Março de 1975, aproximadamente três meses antes da declaração de independência de São Tomé e Príncipe, disputas ferozes criaram divisões entre o Cívica e os líderes do MLSTP, residentes em Libreville, a ala mais radical e a mais moderada do movimento, respectivamente.

A divergência foi sobre a dissolução das tropas nativas de São Tomé, que como era defendida pela Cívica, deveria ser substituída por uma força policial local e pela milícia do povo. “*A disputa pendeu para o lado dos moderados, encabeçados por Miguel Trovoada e Pinto da Costa, que contaram com o apoio da maioria da população e do governo português*” (SEIBERT, 2002:295).

No dia 12 de Junho de 1975 São Tomé e Príncipe ganha a sua independência e constitucionalmente torna-se um Estado liderado por um partido único, o MLSTP, o qual vence as eleições para os 16 membros da assembleia constituinte no dia 8 de Junho do mesmo ano. Manuel Pinto da Costa torna-se o Presidente e chefe do Governo, enquanto Miguel Trovoada, torna-se o primeiro-ministro do novo país com a população de 80.000 de habitantes. “*O MLSTP segue a os exemplos dos partidos nacionalistas das ex-colónias portuguesas e opta por organizar o estado e a sociedade de acordo com o socialismo soviético*” (SEIBERT, 2002:295), e continua no poder até o ano de 1989, ano em que a transição para o sistema democrático multipartidário é realizada.

3.7. Timor-Leste

No dia 28 de Novembro de 1975 a FRETILIN declara unilateralmente a independência de Timor Leste, porém, esta declaração realizada na presença de 2000 efectivos das FALANTIL, vendo-se ameaçados pela aproximação das tropas indonésias que invadiam a ex-colónia portuguesa, não celebrava de vez o desfecho pretendido pela FRETILIN ou pelo próprio programa inicial do MFA. Ainda em 1974, o MFA decidiu substituir o então governador de Timor-Leste, Fernando Alves Aldeia (que governou Timor-Leste até Julho) por causa da sua manifesta lealdade ao antigo regime de Marcelo Caetano. Naquele Julho a administração portuguesa anunciava que se abriam três opções à população timorense: “*a manutenção dos laços com Portugal (federação), a independência ou a anexação ou integração na Indonésia*” (JOLLIFFE, 1989:30).

O MFA indica mais tarde, em Novembro de 1974, Manuel Lemos Pires para o cargo de Governador de Timor-Leste, um tenente-coronel que “*identificava-se com a ideologia de descolonização definida pelo MFA*” (BARRETO, 1983:14). Após a queda da ditadura em Portugal, partidos políticos surgem em Timor-Leste declarando os seus programas e anseios para o futuro do território.

Nasce no dia 11 de Maio de 1974 a UDT, formada por Mário, Manuel e João da família Carrascalão, Domingos de Oliveira, Francisco Xavier Lopes da Cruz e o Presidente da Câmara Municipal de Díli, Augusto Mouzinho (JOLLIFFE, 1989:30), e um dos principais lemas do partido era “*a defesa de uma autonomia progressiva (...) à sombra da bandeira portuguesa...*” (JOLLIFFE, 1989:31). No dia 20 de Maio de 1974 é fundada a ASDT (que em Setembro muda de nome para FRETILIN, e apresenta-se como um movimento nacionalista) formada por Francisco Xavier do Amaral, Nicolau e Rogério Lobato, Justino Mota, Mari Alkatiri e José Ramos Horta. “*O partido exigia a independência imediata (...) e dava maior importância às relações com os vizinhos do sudeste asiático do que com Portugal...*” (JOLLIFFE, 1989:31).

Também em Maio surge a APODETI, cujo programa político era essencialmente pró anexação de Timor-Leste à Indonésia. De Abril a Novembro de 1974 poucos progressos foram alcançados pelos líderes portugueses face a descolonização de Timor-Leste, enquanto isso, no oriente, o presidente da Indonésia, General Suharto, e os primeiros-ministros da Malásia, Tun Abdul Rasak e Gough Whitlan, da Austrália, discutiam as melhores soluções para o futuro da ex-colónia portuguesa. No dia 19 Outubro de 1974 o ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, visita Timor-Leste²¹ para avaliar a situação do país e fica comovido com as manifestações acaloradas na sua recepção ao território e convence-se de que a maioria da população desejava continuar ligada a Portugal. Quando Manuel Lemos Pires iniciou o seu mandato como Governador de Timor-Leste, começou a implantar as políticas de preparação para a autodeterminação dos timorenses e ironizou a opinião que Almeida Santos tivera em Outubro daquele ano.

“As manifestações preparadas (...) foram uma demonstração ao estilo do regime anterior... entretanto o aspecto emocional dessa relação com Portugal não resolveria o problema...”
(BARRETO, 1983:34)

O que Almeida Santos também desconhecia era a existência de conversações bilaterais entre dirigentes portugueses e a Indonésia, representada pelo General Ali

²¹ <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=040673> – Fundação Mário Soares
Acesso dia 17/05/2010

Murtopo, no mesmo mês da sua visita a Timor (num encontro marcado por Spínola quando presidente). “No dia 14 de Outubro de 1974 o General Murtopo chega a Lisboa para conversas secretas e separadas com o Presidente Costa Gomes, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves e o Ministro para os assuntos exteriores, Melo Antunes. (BARRETO, 1983:19). Desse primeiro encontro abriram-se precedentes para futuras conversações entre dirigentes portugueses e indonésios no início de 1975, tendo como territórios neutros Paris, Londres e Roma entre outros. Em Janeiro de 1975 UDT e FRETILIN unem-se para formar uma coligação para distanciarem-se da APODETI e isola-la. A intenção da coligação era a formação de um governo de transição FRETILIN-UDT “sendo Portugal o único interlocutor válido no processo de descolonização” (JOLLIFFE, 1989:41).

A 7 de Maio a Comissão de Descolonização de Timor-Leste começa conversações com a delegação da coligação FRETILIN-UDT e, posteriormente, num comunicado conjunto com o Governo português do território, declara que “Portugal reconhece o direito do povo de Timor à independência, e esse direito como sendo inalienável e não obstante não constituindo de ponto de negociações” (BARRETO, 1983:36).

Porém Jacarta já imaginava a força que a coligação poderia ter para enfraquecer a APODETI e conseguir a independência. Antes do comunicado da Comissão de Descolonização, em Abril de 1975, tentou minar a coligação FRETILIN-UDT contactando a UDT e sugerindo-lhe “que os timorenses se unissem com a APODETI (...) para formar uma frente contra a subversão comunista” (JOLLIFFE, 1989:53). A primeira fase das conversações para a descolonização de Timor-Leste, entre o governo português e os partidos timorenses iniciaram-se em Maio de 1975, em Díli. “A APODETI recusou-se participar, mas a Comissão para a Descolonização efectuou conversações em separado com esse partido, depois do encontro com a coligação FRETILIN-UDT” (BARRETO, 1983:36).

A coligação queria a declaração de independência imediata, mas a Comissão para a Descolonização preferiu sugerir uma descolonização em três anos e a inserção da APODETI na Cimeira de Macau, facto que desagradou à FRETILIN que colocou-se de fora da segunda fase das conversações para a descolonização a realizar-se em Macau, no mesmo mês. A Comissão viu-se numa situação muito complexa e teve que optar por um

apoio à FRETILIN, que desagradava à Indonésia, ou apoiar a UDT, que eventualmente poderia ser aceite pela Indonésia com vista a poder, com o tempo, anexar o território. “O resultado dessa cimeira foi a promulgação da lei 7/75 (...) estabelecendo os termos para a descolonização de Timor com base nos princípios acordados em Díli” (JOLLIFFE, 1989:54), que incluíam uma eleição para a Assembleia Popular.

João Loff Barreto na sua obra, *The Timor Drama*, relaciona os resultados favoráveis da FRETILIN nas primeiras eleições previstas na lei 7/75 como “a causa para o golpe de estado perpetrado pela UDT, a 11 de Agosto” (BARRETO, 1983:43). Já Jill Jolliffe, no seu livro *Timor, Terra Sangrenta*, acredita que as manifestações anticomunistas iniciadas pela UDT em Timor-Leste, (depois de conversações em finais de Julho entre os dirigentes da UDT e o General Murtopo), foram o mote do golpe de estado e da consequente guerra civil (JOLLIFFE, 1989:55).

Com o desencadeamento das acções violentas do golpe de estado da UDT, o Governador Lemos Pires e a sua delegação refugiam-se na ilha de Ataúro, a 20 km de Díli. Após sete dias de guerra, a FRETILIN vence a UDT, mas não detêm o avanço das tropas indonésias que já se encontravam na fronteira com Timor.

“Com o aumento dos ataques indonésios e a falta de resposta de Lisboa, a FRETILIN tomou a decisão de declarar independência a 28 de Novembro, altura em que a Indonésia capturou Atabae, situada apenas a algumas horas de Díli, por terra” (JOLLIFFE, 1989:54).

No dia 29 de Novembro de 1975 é proclamada a integração de Timor-Leste na Indonésia, por representantes da UDT, APODETI, KOTA e do Partido Trabalhista. Portugal não reconhece as declarações de independência e de integração proclamadas pelos partidos timorenses²². Tendo em conta as primeiras intervenções das forças indonésias no noroeste timorense no mês de Outubro²³, a Indonésia invade Timor no dia 7 de Dezembro de 1975 e passa a dominar a ex-colónia portuguesa durante 24 anos.

²² <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=040697> – Fundação Mário Soares
Acesso 17-05-2010

²³ <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=040694> – Fundação Mário Soares
Acesso 17-05-2010

PARTE II

1. A REPRESENTAÇÃO NA IMPRENSA

1.1 A construção e a representação social da realidade

Apresenta-se como importante para o estudo das imagens jornalísticas uma breve abordagem sobre as teorias da construção e da representação da realidade. Trataremos em seguida sobre o tema da realidade no jornalismo como objectivo de entendermos o impacto financiado pelas fotografias jornalísticas publicadas em *O Jornal*, num ano de significativas mudanças sociais em Portugal.

Sobre a teoria da construção social da realidade evocamos o estudo de Peter L. Berger e Thomas Luckmann (1998) que defendem que a condição humana é uma criação do homem, e que na exteriorização da sua condição humana, o homem produz a sua ordem social. Para os autores, o homem estabeleceu os alicerces da sua ordem social e a reproduziu, objectivando as acções que ele mesmo criou ao longo dos tempos. Facto este que explica a afirmação de Serge Moscovici (2004) no que toca a fossilização das representações sociais²⁴ no inconsciente colectivo de uma sociedade:

“Quanto mais a sua origem (representações) é esquecida, e a sua natureza convencional é ignorada, mais fossilizada ela se torna. O que é ideal, gradualmente, torna-se materializado. Cessa de ser efémero, mutável, imortal, e torna-se, em vez disso, duradouro, permanente, quase imortal” (MOSCOVICI, 2004:41)

Um fenómeno social justificado também pelo físico inglês Maxwell que afirma *“que o que parecia abstracto a uma geração se torna concreto para a seguinte... o que é incomum e imperceptível para uma geração torna-se familiar e óbvio para a seguinte.”* (MAXWELL *apud* MOSCOVICI, 2004:72).

A análise social de Berger e Luckmann pressupõe que o homem é um produto social e a sociedade é um produto humano, sendo a realidade desta sociedade objectiva

²⁴ Representações Sociais: uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objectivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social (Jodelet, 2001:22)

necessária para uma legitimação de valores. Os valores sociais, por sua vez, passam por um processo de legitimação em que, de acordo com Berger e Luckmann, são utilizados a lógica, as regras, as sanções e a principal característica responsável pela transmissão e troca de conhecimentos: a linguagem. “*A legitimação produz novos significados que servem para integrar os significados já ligados a processos institucionais díspares.*” (BERGER E LUCKMANN, 1998:101). Para Berger e Luckmann o fortalecimento das realidades objectivas e subjectivas criadas pela própria sociedade passa pela exteriorização das opiniões individuais, pela via comunicacional, da interacção com outros indivíduos. “*A realidade é definida pelo social. Mas as definições são sempre corporalizadas, isto é, indivíduos concretos ou grupo de indivíduos servem como definidores da realidade*” (BERGER E LUCKMANN, 1998:124).

Socializando, o indivíduo exterioriza suas opiniões, e também, interioriza o seu papel na sociedade; o homem passa a ter a noção da realidade em que vive, interiorizando significados e socializando-se – através dos primeiros e mais intensos anos de vida, na sua infância (socialização primária), e posteriormente, com uma carga maior de conhecimento, ao longo da vida (socialização secundária).

Os autores defendem que é a linguagem a principal ferramenta para a socialização e criação de realidades levadas a cabo pelo indivíduo, engendrada pela sociedade e interiorizada pelo próprio indivíduo. Em concordância com os autores, Serge Moscovici (2001), na obra *Representações Sociais*, acredita ser a linguagem a principal portadora de representações sociais e, por sua vez, uma importante ferramenta nas trocas e interacções necessárias para a construção de universos consensuais, indispensável para o fortalecimento das representações “*essenciais para a vida prática e afectiva dos grupos*” (MOSCOVICI apud JODELET 2001:20).

Para Moscovici a comunicação social tem um papel fundamental na construção dos consensos, pois é mediadora, criadora e distribuidora de representações, transmitindo linguagem e influenciando na formação (ou não) de universos consensuais, o que deixa claro que, se aliada a determinados discursos ou simbolismos, a comunicação social tem o poder criar realidades. Denise Jodelet (2001), na sua obra *As Representações Sociais: Um domínio em Expansão*, defende que a representação compartilhada por um grupo “*constrói uma visão comum de uma realidade*”, esta

partilha pode criar a proximidade e/ou distanciamentos quando a ideia do EU/NÓS ou do ELE/OUTROS, são interiorizadas.

“Essa falta de identidade, que está na raiz da angústia psíquica do homem moderno, é um sintoma dessas necessidade de nos vermos em termos de “Nós” e “Eles”, de opor “Nós” a “Eles”; e, por conseguinte, da nossa impotência de ligar um ao outro.” (MOSCOVICI, 2004:49)

Uma angústia que pode vir a ser materializada em actos e discursos de acordo com a ideologia sugerida pelos poderes e/ou cultura presentes nas sociedades, pois as pessoas alimentam representações *“correspondentes a saberes enterrados na memória social, por causa de seu valor simbólico, às vezes, orquestrado com fins políticos e sociais” (JODELET, 2001:20).*

1.2 A construção da realidade no jornalismo

No jornalismo, a realidade é uma: a do próprio jornalismo. Para a comunidade jornalística, a realidade é aquela que se apresenta como é, e que não pode nunca ser alterada ou interpretada de maneira errónea pela pessoa do jornalista, pois, como defende Nelson Traquina (2004). *“A transgressão da fronteira entre a realidade e a ficção é um dos maiores pecados da profissão do jornalista, e merece a violenta condenação da comunidade” (TRAQUINA, 2004:20).*

Quando se diz aqui que a realidade no jornalismo é a do próprio jornalismo pretende-se apontar para o facto de que a realidade, a qual o profissional do jornalismo trabalha, acaba sempre por ser um espelho do real, uma fragmentação de um real. Esta realidade não acaba por ser a mesma em parte ou num todo seja por questões de espaço (para a divulgação da notícia) ou por questões de tempo (para confirma-la e divulga-la na rádio ou na televisão, por exemplo).

“Muitas vezes essa «realidade» é contada como numa telenovela, e parece quase sempre em pedaços, em

acontecimentos, uma avalanche de acontecimentos perante a qual os jornalistas sentem como primeira obrigação dar resposta com notícia, rigorosas e se possível confirmada, o mais rapidamente possível, perante a tirania do factor tempo.” (TRAQUINA, 2004:20).

Na comunidade jornalística se defende a verdade jornalística com base nos princípios almejados pelo profissional do jornalismo na construção da notícia, logo, é dada à notícia a qualidade de espelho de um facto real e fora de qualquer suspeita.

“As notícias são como são porque a realidade assim as determina. Central à teoria é a noção de que o jornalista é um «comunicador desinteressado», isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender e que o desviam da sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, do a quem doer.” (TRAQUINA, 2004:146).

Esse espelho da realidade criado e defendido pela comunidade jornalística, apoiado nos pilares da busca pela verdade, a saber, a imparcialidade, a neutralidade, a objectividade, a honestidade e a precisão, dão a notícia o carácter real e incontestável da realidade. A realidade jornalística encontrou na fotografia a sua principal aliada na fundamentação da sua realidade. Depois da criação e da utilização da fotografia na imprensa, o jornalismo nunca mais foi o mesmo. Como salienta Anthony Smith (1980):

“É no século XIX, numa época em que o positivismo é reinante e que todo o esforço intelectual, tanto na ciência como na filosofia, como ainda na sociologia e outras disciplinas, ambicionava imitar esse novo invento – a máquina fotográfica – que parecia ser o espelho, há muito procurado, capaz de reproduzir o mundo real” (SMITH apud TRAQUINA, 2004: 148).

A fotografia sai dos estúdios e das paredes de exposições e passa a ilustrar *verdades*, a *financiar consensos* e a contribuir na *construção de realidades*, pois, como destaca Serge Moscovici “*a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a «realidade»*” (MOSCOVICI, 2007:55).

2. A Análise Fotográfica

2.1 O advento da Fotografia

A invenção da fotografia, como todos os grandes instrumentos inventados até hoje, foi fruto de experimentos. O cientista e inventor francês Joseph Nicéphore Niépce (1765-1833) foi o autor da primeira fotografia de que se tem notícia (1826).

Em 1833 Niépce morre e deixa as suas descobertas sobre a técnica da reprodução com a luz, baptizada por ele como *heliografie*, para o seu conterrâneo e sócio, Louis-Jacques Mandé Daguerre (1787-1851). Daguerre, pintor e cenógrafo francês, conhecido por sua habilidade com efeitos de iluminação cénica em teatros de Paris, descobre por acidente uma forma de aperfeiçoar a fixação da imagem desenvolvida por Niépce. No dia 7 de Janeiro de 1839 a *Gazeta Literária* anuncia a descoberta (por Daguerre) de um método para fixar imagens representadas por uma câmara obscura.

“Já se pressentia, no caso da fotografia, que a hora da sua invenção chegara, e vários pesquisadores, trabalhando independentemente, visavam o mesmo objectivo: fixar imagens com a câmara obscura, que eram conhecidas pelo menos desde Leonardo”. (BENJAMIN, 1994:91)

Patenteada pela primeira vez como *calotype* em Fevereiro de 1841, o poliglota e cientista britânico Willian Henry Fox Talbot (1800-1877), torna-se um dos pioneiros da fotografia, desenvolvendo os seus experimentos na década de 30. Em 1833 Talbot inventa o processo de fixar fotografias a partir de um negativo. “*Estava criada verdadeiramente a fotografia, como a conhecemos hoje, a partir de negativos*”

(CORREIA, 1999:01). Em 1842 Talbot publica os seus primeiros registos de reprodução de imagens da natureza, com exemplares da fauna e da flora, na sua obra intitulada *The pencil of nature*. Do outro lado do Atlântico, em Agosto de 1832, o franco-brasileiro Hercule Florence, depois de ter inventado a sua própria forma de impressão em 1830 – a *polygraphie* – teve a ideia de imprimir as suas imagens feitas com a luz do sol e descobrindo assim o processo fotográfico, “em 15 de Agosto de 1832 teria concebido o seu invento (e) na mesma oportunidade teria dado o nome *photographie* ao invento idealizado”. (KOSSOY, 1980:200).

Mas não ficou a técnica da reprodução apenas ao serviço da arte e da ciência. Com o advento da industrialização a fotografia passa a estar também ao serviço de fins lucrativos, e sai mais uma vez do campo da arte passando agora ao campo dos interesses capitalistas pré industriais. A fotografia *conquistou* o campo, de facto, com os *carte-de-visite*, cujo primeiro produtor, André Adolphe Eugène Disdéri, “*sintomaticamente, tornou-se milionário*” (BENJAMIN, 1994:92). Com a evolução da técnica e da tecnologia empregada na reprodução de imagens, com o advento do daguerreótipo, outras utilizações da afixação de imagens desenhadas com a luz foram desenvolvidas ao longo dos tempos. Outras deram lugar para a criação de novas formas de comunicação.

Uma delas foi o cinema, filha da fotografia. Foi com a tecnologia fotográfica disponível em 1877 que Eadweard Muybridge (1830-1904) constrói um sistema de máquinas alinhadas lado a lado para fotografar o movimento de um cavalo em plena corrida. Fotografa vários instantes do cavalgar do animal para provar que um cavalo, em um dado momento de sua corrida, tira as quatro patas do chão.

Os estudos de Muybridge, mais tarde, aliados aos experimentos em *stopmotion* do francês Etienne-Jules Marey, proporcionaram as bases à invenção do *cinematógrafo* de Léon Guillaume Bouly (1872-1932), patenteado pelos irmãos Auguste e Louis Lumière, que realizam a primeira projecção pública de um filme em Paris, a Dezembro de 1895. “*Mas se Daguerre não captou o movimento outros pioneiros da fotografia o tentaram fazer: Étienne-Jules Marey e Eadweard J. Muybridge, o primeiro na Europa, o segundo nos EUA, procuram, mesmo com uma técnica ainda incipiente, mas que vão fazer evoluir, registar essa ilusão de movimento que o cinema iria conseguir dentro em pouco*” (ABRANTES, 1999:02).

A partir das suas inúmeras utilizações, e com o advento da Revolução Industrial, surge o aperfeiçoamento de técnicas e o aparecimento de novas formas de aplicação da imagem fotográfica. Na imprensa, com a evolução do processo fotográfico o jornalismo encontra, na imagem fotográfica, uma importante aliada na transmissão do seu conteúdo.

“Nascida num ambiente positivista, a fotografia já foi encarada quase unicamente como o registo visual da verdade, tendo nessa condição sido adoptada pela imprensa. Com o passar do tempo, foram-se integrando determinadas práticas, tendo-se rotinizado e convencionalizado o ofício, um fenómeno agudizado pela irrupção do profissionalismo fotojornalístico” (SOUSA, 1999:02)

2.2 A Interpretação Fotográfica

Para Boris Kossoy a fotografia é *“um fragmento do real, uma representação do real e contém em si realidades e ficções”* (KOSSOY, 2000:14). A ficção pode ser incorporada tanto durante o processo de construção das imagens como também na pós-produção, ou seja, na edição do trabalho. Nos primórdios da invenção da fotografia, a imagem fotográfica estava indubitavelmente associada à realidade, característica esta que a fotografia foi perdendo com o passar dos tempos.

“As primeiras fotografias realizadas com o daguerreótipo eram tão perfeitas que a nitidez assustava as pessoas. Tinham impressão de que os pequenos rostos humanos que apareciam na imagem eram capazes de vê-las” (BENJAMIM, 1996:95).

Para André Bazin (1991), este véu da realidade que inicialmente cobriu a fotografia a partir do seu nascimento tem seu fundamento num dos objetivos primordiais das artes plásticas, onde a obra além de querer vencer o tempo pela perenidade da forma, também, objetiva a realidade, pois se *“a história das artes*

plásticas não é somente a de sua estética, mas antes da sua psicologia, então ela é essencialmente a história da semelhança, ou, se quer, do realismo” (BAZIN, 1991:20). Opinião em sintonia com a de Susan Sontag (2004) quando a autora salienta que *“apesar da presunção de veracidade que confere autoridade, veracidade e sedução a todas as fotografias, a obra que os fotógrafos produzem não constitui uma exceção genérica ao comércio usualmente nebuloso entre arte e a verdade”* (SONTAG, 2004:22).

Para Rosane de Andrade (2002) a fotografia ganhou o seu status de espelho do real por poder ter sido possível, através dela, enxergar a realidade das pessoas e das coisas com uma visão muito mais legitimada do que era a pintura, embora, como afirma Collier, os críticos possam alegar justamente que, às vezes, esta aceitação do realismo indiscutível da câmara é mais mística do que real. *“A máquina, para muitos, não pode mentir”* (COLLIER JR, 1973:05 *apud* ANDRADE 2002:66).

Este problema entre o princípio da realidade e o referente, como ressalta Philippe Dubois (1994), é *“tão antigo como a própria fotografia”* (DUBOIS, 1994:26), entretanto a presunção de realidade na imagem fotográfica é latente. Ainda assim, Edgar Morin (1980) lembra-nos que tanto a imagem estática da fotografia como a imagem em movimento do cinema escapa à realidade, pois *“qualquer objeto, assim como qualquer acontecimento real, abre uma janela para o irreal; o irreal tem arraias assentes sobre o real; quotidiano e fantástico são uma e a mesma coisa, com dupla face.”* (MORIN, 1980:185). Para Boris Kossoy (2000), em sua obra *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*, defende que a imagem fotográfica é uma *“representação a partir do real, intermediada pelo fotógrafo que produz, segundo sua forma particular de compreensão daquele real, seu repertório, sua ideologia.”* (KOSSOY, 2000:52). O autor defender as fotografias como fontes de informação histórica sem esquecer de ressaltar que esta designação dada a fotografia não pode ser associada a condição de *espelho do real* que ela carrega desde os primórdios da sua invenção.

“A fotografia tem uma realidade própria que não corresponde necessariamente à realidade que envolveu o assunto, objeto do registro, no contexto da vida passada. Trata-se da realidade do documento, da representação: uma segunda realidade,

construídas, codificada, sedutora em sua montagem, em sua estética, de forma alguma ingênua, inocente, mas que é, todavia, o elo material do tempo e espaço representado, pista decisiva, para desvendarmos o passado” (KOSSOY, 2000:22).

Para entendermos as fotografias, apresenta-se como imprescindível para o autor a importância de uma desconstrução da imagem fotográfica, seja ela histórica, jornalística, ou artística, pois “*embora a câmara seja um posto de observação, o acto de fotografar é mais do que uma observação passiva*” (SONTAG, 2004:22).

Partindo do princípio da análise do discurso estético que atesta que toda imagem também é um texto e, que sempre há um discurso nas imagens, conclui-se que há a existência de um discurso estético na fotografia, seja qual for o emprego que as imagens forem utilizadas. Baseando-se nesta afirmação, o autor vai mais longe e lembra-nos que, assim como o discurso textual, “*toda estética é comandada por uma ideologia*”, e nesse caso revela o poder que a imagem fotográfica tem como linguagem na formação de conceitos, pré-conceitos e opiniões, ou, se lembrarmos das palavras de Berger e Luckmann, na construção social da realidade.

“As diferentes ideologias, onde quer que atuem, sempre tiveram, na imagem fotográfica, um poderoso instrumento para a veiculação das ideias e da conseqüente formação e manipulação da opinião pública, particularmente, a partir do momento em que os avanços tecnológicos da indústria gráfica possibilitaram a manipulação massiva das imagens através dos meios de informação e divulgação” (KOSSOY, 2000:20).

Uma vez que todas as formas existentes são passíveis de percepção estética, e logo, de apreciação e informação (KOSSOY, 2001:45), evocaremos para esta pesquisa os estudos de Boris Kossoy no que toca a análise iconográfica e a interpretação iconológica da fotografia para que percebamos a estética, “*não-lógica, de determinados valores ideológicos inculcados e identificáveis por meio de suas marcas de enunciação e interpelação*” (KOSSOY, 2001:45).

Com esse conhecimento, aliado a contextualização histórica dos países de língua portuguesa em 1975, pretendemos compreender qual foi a imagem passada desses cidadãos através das imagens fotográficas utilizadas pelo semanário *O Jornal*, levando em conta que a fotografia é uma representação do real, um recorte temporal e espacial realizado por um fotógrafo que produz a imagem fotográfica a serviço de um periódico.

“A fotografia é sempre uma representação a partir do real, intermediada pelo fotógrafo que produz, segundo sua forma particular de compreensão daquele real, seu repertório, sua ideologia.” (KOSSOY, 2000:52).

No caso de *O Jornal*, as fotografias publicadas eram selecionadas tanto pelo fotógrafo responsável pela fotografia, como pelo seu grupo, que escolhia e editava algumas fotografias. Como adiante se demonstrará na leitura das fotografias desta pesquisa, a maioria das imagens fotográficas apresentam-se sem autor, uma situação frequente, tendo em conta a importância da imagem fotográfica em *O Jornal* (ANEXO 1). Optou-se, nesse caso, por se identificar a formação ideológica de *O Jornal* para compreender os critérios utilizados na edição e distribuição de trabalhos fotojornalísticos, uma vez que a maior parte das imagens fotográficas utilizadas no periódico são de procedência desconhecida, e o trabalho final de edição e seleção das fotografias selecionadas era feito, muitas vezes, pelo grupo (ANEXO 1 e 3).

Para perceber a linha editorial de *O Jornal* foram realizadas entrevistas com os dois primeiros directores e com o primeiro fotógrafo (também editor de fotografia) do semanário, com o objetivo de compreender a linha editorial vigente na edição e publicação do material fotojornalístico, tendo em conta que a fotografia utilizada num veículo de informação *“é sempre objecto de «tratamento» com o intuito de direccionar a leitura dos receptores. Ela é reelaborada – em conjunto com o texto – e aplicada a determinado artigo ou matéria como comprovação de algo”* (KOSSOY, 2000:55).

Por este motivo optamos por realizar um levantamento iconográfico das mesmas a fim de poder encontrar no seu conteúdo respostas e indícios que justifiquem a sua utilização. Boris Kossoy acredita ser a análise iconográfica uma forma de detalhar sistematicamente o conteúdo da fotografia em seus elementos icónicos formativos onde

“o aspecto literal e descritivo prevalece, o assunto registrado é perfeitamente situado no espaço e no tempo, além de corretamente identificado (KOSSOY, 2001:95).

O autor define a análise iconográfica como a segunda realidade do documento fotográfico, ou seja, o momento quando são detalhados os elementos gráficos presentes na fotografia. Optamos por adaptar os seguintes níveis de análise propostos por Boris Kossoy (2001) em: a data da publicação do documento, referência ao país referenciado no documento, informação textual que acompanha a fotografia (título do texto que acompanha a fotografia e a legenda), posição da fotografia na paginação do jornal, autoria da fotografia (quando identificada). Porém, como afirma o autor, ver, descrever e constatar o conteúdo da imagem não é o suficiente, é preciso compreender a imagem em sua interioridade.

“Para tanto, é necessária, a par de conhecimento sólido acerca do momento histórico retratado, uma reflexão centrada no conteúdo, num plano além daquele que é dado ver apenas pelo verismo iconográfico” (KOSSOY, 2001:96).

Com o resultado da análise iconográfica, iniciamos, em simultâneo, a análise iconológica onde procuramos entender a primeira realidade do documento fotográfico. Para esta fase da investigação torna-se imprescindível a contextualização do momento histórico de todos os países de língua portuguesa que têm os seus cidadãos representados nos documentos fotográficos. É neste momento que evocamos o trabalho exposto no capítulo número três desta pesquisa onde levantamos os acontecimentos que se seguiram em Portugal, nas ex-colónias africanas, no Brasil, e em Timor-Leste, no primeiro ano da abertura democrática portuguesa.

Pretendemos assim perceber qual foi a representação que os cidadãos dos ditos países *Lusófonos* receberam por parte de *O Jornal*, a publicação eleita por justamente apresentar-se como um título *independente* e com inclinações ideológicas à esquerda. (ANEXO 1, 2 e 3).

A importância dada à imagem fotográfica utilizada em um jornal baseia-se na importância do signo visual, utilizado para transmitir determinada informação, uma vez

que a imagem produz em nossa memória referências que carregamos ao longo da vida, ou seja, os alicerces da compreensão do que conhecemos.

“Essas imagens, entretanto, uma vez assimiladas em nossas mentes, deixam de ser estáticas; tornam-se dinâmicas e fluidas e mesclam-se ao que somos, pensamos e fazemos. Nosso imaginário reage diante das imagens visuais de acordo com nossas concepções de vida, situações socioeconômicas, ideologias, conceitos e pré conceitos” (KOSSOY, 2000:45).

A opinião de Boris Kossoy corrobora com a compreensão de Serge Moscovici quando o autor defende que a linguagem (neste caso, visual) *“é a principal portadora de representações sociais, responsáveis pela criação de universos consensuais, necessários para o fortalecimento das representações”*.

A partir dessas opiniões chegamos ao que será a metodologia a ser empregada nesta pesquisa: procuraremos perceber através da análise iconográfica e da análise iconológica qual a imagem fotográfica (*dos cidadãos dos países de língua portuguesa*) difundida em um *media* português (*O Jornal*) e recebida por um grupo (*a sociedade portuguesa*) que passou a existir na memória das pessoas deste grupo, que por sua vez formou a sua realidade, compartilhou-a no interior do mesmo grupo e criou consensos. Um processo que materializa a opinião de Clifford Geertz quando o autor disserta sobre a relação do homem com a sua cultura e afirma que *“o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”* (GEERTZ, 1978:15).

3. ANÁLISE DO CORPUS

3.1 Apresentação e selecção do *Corpus*

O *corpus* apresentado nesta pesquisa foi recolhido em Portugal através de pesquisas realizadas nas hemerotecas do Arquivo Nacional, na cidade de Lisboa, e na Biblioteca Municipal de Coimbra. O material recolhido foi armazenado em formato digital e será disponibilizado nos três CD que acompanham este estudo.

O espaço temporal obedecido neste estudo para a selecção deste *corpus* é composto por fotografias publicadas em *O Jornal* entre os dias 2 de Maio, (primeira publicação do semanário) a 31 de Dezembro de 1975 (a última edição de *O Jornal* no ano de 1975). As imagens aqui apresentadas foram recolhidas de acordo com o principal critério de selecção desta pesquisa, a saber, fotografias jornalísticas relacionadas aos cidadãos de países de língua oficial portuguesa publicadas em *O Jornal*.

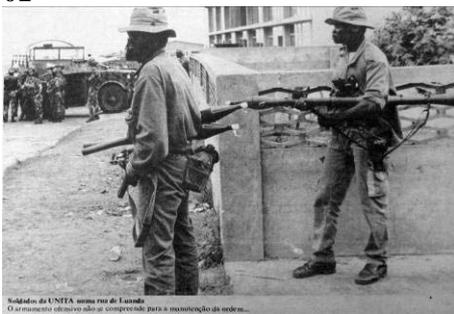
Foram recolhidas todas as imagens fotográficas – acompanhadas ou não de texto – relacionadas aos países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Dessa recolha inicial foram encontradas 72 imagens.

Visando as fotografias dos cidadãos dos países de língua portuguesa, foram excluídas 12 fotografias que apresentavam outros elementos que não os cidadãos. Dos dados obtidos nessa segunda selecção chegamos à amostra de 60 imagens fotográficas, sendo este o número de imagens que utilizaremos nesta pesquisa. A partir daqui utilizaremos as informações recolhidas nas seguintes imagens: 25 imagens de cidadãos Angolanos, 3 imagens de cidadãos de Brasileiros, 10 imagens de cidadãos Caboverdianos, 3 imagens de cidadãos Guineenses, 13 imagens de cidadãos Moçambicanos, 3 de imagens de cidadãos Santomenses e 3 imagens de cidadãos Timorenses.

As imagens fotográficas aqui apresentadas são reproduções das imagens publicadas em *O Jornal*, é dizer, não foram – durante a recolha e digitalização – submetidas a edições, corte ou quaisquer alterações que modificassem a informação das mesmas. O tamanho de cada fotografia apresentada nesse estudo foi reajustado nos quadros abaixo por mera questão espacial, e a sua localização na paginação de *O Jornal*, disponibilizada no canto inferior direito de cada quadro. Nos mesmos quadros serão disponibilizados uma ficha técnica e uma análise preliminar de cada uma das fotografias seleccionadas para este *corpus*.

3.2 Ficha técnica e análise preliminar das imagens

01



Soldados da UNITA numa rua de Luanda. O armamento ostenta não se compreende para a manutenção da ordem...

Ficha técnica

Data da publicação: 16 a 22-05-1975

País: Angola

Autor: Desconhecido

Título do texto: “Uma batalha de duas frentes. Produzir em Portugal e conciliar em Angola.”

Legenda: “Soldados da UNITA numa rua de Luanda. Armamento ofensivo não se compreende para a manutenção da ordem.”

Posição no Jornal: capa, canto superior direito.

Análise: De acordo com a legenda, esta fotografia foi feita em Luanda enquanto as tropas da UNITA faziam uma vigília dentro da capital angolana. Nesta fotografia se vê, em primeiro plano dois guerrilheiros a ostentar o armamento utilizado pela UNITA: lançadores de granadas a foguete (RPG-2) de fabricação soviética. Ao fundo, uma situação contrastante: soldados portugueses reunidos tranquilamente em conversas, uns com os braços cruzados, outros com as mãos na cintura e armas a tiracolo. Não se conhece a data exata desta fotografia, mas sabe-se que foi publicada em *O Jornal* semanas após a imposição do recolher obrigatório na capital angolana, e semanas antes dos combates entre os três movimentos em Luanda.



02



Agostinho Neto, Costa Gomes, Holden Roberto e Jonas Savimbi «Neutralidade activa para um futuro hipotético»

Ficha técnica

Data da publicação: 6 a 12-6-1975

País: Angola

Autor: Desconhecido

Título do texto: “Angola - Hoje!”

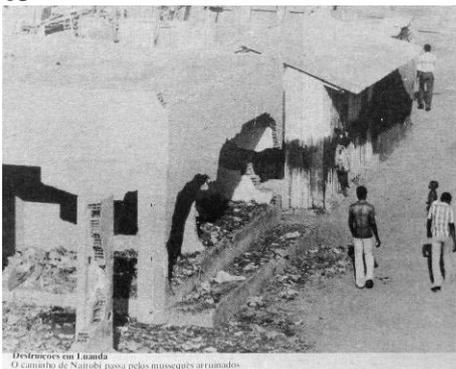
Legenda: “Agostinho Neto, Costa Gomes, Holden Roberto e Jonas Savimbi. «Neutralidade activa para um futuro hipotético»”

Posição no Jornal: página interior, centro direito

Análise: Esta imagem registra os quatro representantes das forças envolvidas na descolonização de Angola na cidade de Alvor, Portugal (na mesma ocasião onde foi feita a fotografia de número 26). Da esquerda para a direita, Agostinho Neto, Costa Gomes, Holden Roberto e Jonas Savimbi. A fotografia foi tirada no dia 15 de Janeiro de 1975, o dia que marcou o fim da cimeira de Alvor. O encontro visava um acordo onde se previa a criação de uma constituição e um governo provisório chefiado por um Alto-comissariado português, o que não aconteceu. O texto que acompanha esta fotografia relatava a situação de Angola naquele ano. Nenhuma manifestação de satisfação por parte dos líderes presentes é registrada nesta fotografia. A autoria da fotografia é desconhecida.



03



Destruções em Luanda
O caminho de Nairobi passa pelos musseques arruinados

Ficha técnica

Data da publicação: 13 a 19-06-1975

País: Angola

Autor: Desconhecido

Título do texto: “Savimbi: fiel da balança com (presumíveis) «infidelidades»”

Legenda: “Destrução em Luanda. O caminho de Nairobi passa pelos musseques arruinados”

Posição no Jornal: página interior, canto inferior esquerdo.

Análise: Nesta fotografia vemos um musseque, em Luanda, atingido pelo fogo cruzado entre os três movimentos de libertação que disputavam o poder em Angola. Na imagem, além do musseque temos dois adultos e duas crianças caminhando pela lateral direita da construção arruinada. A fotografia acompanha um texto sobre a trajetória política de Jonas Savimbi e o seu movimento, a UNITA, prevendo a situação de uma possível guerra civil. A autoria e a data exacta desta fotografia são desconhecidas.



04



Paulo, delegado em Lisboa
«Vamos fazer uma Angola melhor»

Ficha técnica

Data da publicação: 13 a 19-6-1975

País: Angola

Autor: Desconhecido

Título do texto: “A unidade em torno da UNITA?”

Legenda: “Paulo, delegado em Lisboa. «Vamos fazer uma Angola melhor» ”

Posição no Jornal: Página interior, canto superior esquerdo.

Análise: Nesta fotografia temos, ao centro, Paulo Lukamba Gato, delegado da UNITA. O texto sobre a política da UNITA em Angola trata-se de uma entrevista com membros do partido, Toni da Costa Fernandes e Honório Van Dunen. O delegado Paulo não é citado, porém trata-se de uma imagem de impacto, de um homem num recinto a levar o brasão da UNITA no lado esquerdo do peito, com os braços aberto e as mãos levantadas na altura de um rosto sério, sendo cortejado por um microfone que vem de fora do quadro (à esquerda) e aplaudido por militantes (à direita) que carregam no peito o mesmo brasão daquele movimento angolano. Esta fotografia foi utilizada para *ilustrar* o texto que contém as entrevistas com os outros membros da UNITA. A autoria desta fotografia é desconhecidas, mas de acordo com o texto, a data da sua realização situa-se na semana anterior ao dia 13 de Junho de 1975.



05



Toni Fernandes.
Não nos queremos envolver.

Ficha técnica

Data da publicação: 13 a 20-6-1975

País: Angola

Autor: Desconhecido

Título do texto: “Savimbi: fiel da balança com (presumíveis) «infidelidades».”

Legenda: “Toni Fernandes. Não nos queremos envolver”

Posição no Jornal: página interior, canto superior esquerdo

Análise: Nesta fotografia temos Toni Fernandes, um dos entrevistados de *O Jornal*. A fotografia deste membro da UNITA foi publicada junto com o texto da entrevista com a sua entrevista e a fotografia de Paulo Lukamba Gato (ver análise 04). Tanto a fotografia de Toni Fernandes com a do delegado Paulo Lukamba Gato presentes nesse artigo foram realizadas em Lisboa, na semana anterior ao dia 13 de Junho de 1975, porém, a autoria das duas imagens é desconhecida. Nesta fotografia Toni Fernandes apresenta-se direcionando o seu olhar num ambiente de conversa com o jornalista de *O Jornal*, fora de campo, à direita da imagem.



06



Holden Roberto, Jonas Savimbi e Agostinho Neto em Nakuru.
A última «jogada» poderá ser, também, a última esperança.

Ficha técnica

Data da publicação: 27-6 a 3-7-1975

País: Angola

Autor: Desconhecido

Título do texto: “As dificuldades e os “recados” do texto de Nakuru”

Legenda: “Holden Roberto, Jonas Savimbi e Agostinho Neto em Nakuru. A última «jogada» poderá ser também a última esperança”

Posição no Jornal: página interior, canto superior direito.

Análise: Na fotografia acima temos os três líderes angolanos: da esquerda para a direita, Holden Roberto (FNLA), Jonas Savimbi (UNITA) e Agostinho Neto (MPLA). Trata-se de um registro tomado durante o encontro realizado em Nakuru (Quênia), que previa a assinatura de um acordo de renúncia ao uso da força para resolução dos conflitos entre os três movimentos angolanos. Iniciado no dia 16 e terminado no dia 21 de Junho 1975, este foi o último encontro a reunir os três movimentos angolanos antes das violentas batalhas que antecederam a proclamação de independência de Angola.



07



Ficha técnica

Data da publicação: 4 a 10-7-1975

País: Angola

Autor: Desconhecido

Título do texto: “*Tratado de Simulambuco e a integridade territorial de Angola*”

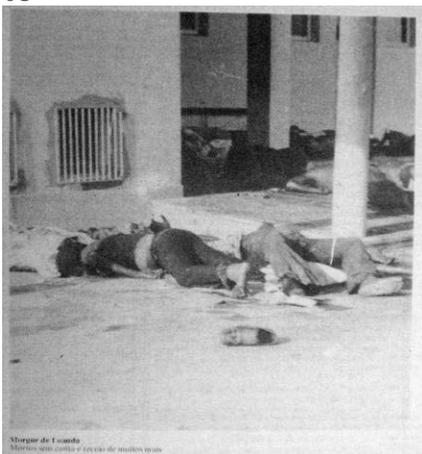
Legenda: “*Augusto Tchioufou, presidente da FLEC. Fazer finca-pé em Simulambuco*”

Posição no Jornal: página interior, centro superior.

Análise: Nesta fotografia vemos o rosto de Augusto Tchioufou, presidente das FLEC. A fotografia acompanha o texto que fala sobre as diligências que a FLEC realizava no enclave, assim como as ideias da frente sobre o futuro de Cabinda. Não foi possível determinar a data, a autoria nem o local da realização desta fotografia. O que se sabe sobre este dirigente da frente cabindense é que a FLEC era representada por dois grupos; um baseado em Kinshasa sob a liderança de Luís Franque e outro grupo em Brazzaville, sob a liderança do próprio Augusto Tchioufou.



08



Ficha técnica

Data da publicação: 18 a 24-7-1975

País: Angola

Autor: Desconhecido

Título do texto: “*As razões de uma ofensiva*”

Legenda: “*Morgue de Luanda. Mortos sem conta e receio de muitos mais*”

Posição no Jornal: página interior, canto inferior direito

Análise: Na fotografia acima podemos ver os cadáveres de cidadãos angolanos, nas ruas de Luanda, como sugere a legenda. O texto que acompanha esta fotografia cita os confrontos que abalaram a cidade na primeira quinzena do mês de Julho de 1975. Os corpos seriam o resultado de combates entre o MPLA e a FNLA, após a cimeira de Nakuru. Entretanto Joaquim Lobo observa que a imagem acima pode ser proveniente de algum arquivo de fotografias sobre as represálias de colonos e do exército colonial efectuadas depois do ataque de nativos a postos coloniais em Luanda, a 4 de Fevereiro de 1961. Optou-se por uma autoria e data de realização da fotografia como desconhecidas.



09



Vitor Alves, ainda capitão, na N'Riquinha (Angola). «Confesso que, já nessa altura, pensava intimamente que alguém viria a desempenhar missões relacionadas com a descolonização das colónias portuguesas.»

Ficha técnica

Data da publicação: 8 a 14-8-1975

País: Angola

Autor: Joaquim Lobo

Título do texto: “Vitor Alves para O Jornal: Quatro Áfricas a olhar para Angola”

Legenda: “Vitor Alves, ainda capitão, na N'Riquinha (Angola). «Confesso que já nessa altura pensava intimamente que alguém viria a desempenhar missões relacionadas com a descolonização das colónias portuguesas» ”

Posição no Jornal: página interior, canto inferior esquerdo

Análise: A fotografia é proveniente do arquivo pessoal do fotógrafo Joaquim Lobo que realizou a imagem no ano de 1968, no aquartelamento de N'Riquinha, sudoeste de Angola. O fotógrafo estava em Angola naquele ano a serviço da revista Flama. Na semana da publicação desta imagem em *O Jornal* (de 8 a 14-8-1975), o texto que acompanhava a fotografia referia-se a uma entrevista realizada em Portugal com o ex-capitão Vitor Alves, que dava a sua opinião sobre o processo de independência em Angola. Em 1968, Joaquim Lobo retratou Alves na companhia de três homens angolanos fardados e um soldado português que andava ao fundo. São olhares que não se cruzam, nem de Vitor Alves, nem do soldado, nem dos homens angolanos, que observam o ex-capitão segurando um cigarro com a mão esquerda e a mão direita na cintura, enquanto sorria para a lente de Joaquim Lobo.



10



Polícia e angolanos em Luanda
Fugir por razões concretas

Ficha técnica

Data da publicação: 5 a 11-9-1975

País: Angola

Autor: Arquivo

Título do texto: “Angola: a política do avestruz”

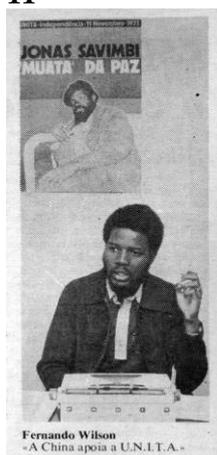
Legenda: “Polícia e angolanos em Luanda. Fugir por razões concretas”

Posição no Jornal: página interior, centro

Análise: Nesta fotografia vemos uma mulher a ser carregada por um homem com uniforme policial. A legenda remete à ação, mas a imagem não põe em movimento todos os personagens presentes. Ao fundo estão homens brancos e negros, de braços cruzados e outros também encostados as paredes, observando o carregamento da mulher pelo polícia. O texto que acompanha esta fotografia sequer desenha um cenário parecido, pois trata-se de um balanço da situação em Angola em 1975. A autoria assim como a data exata da realização desta imagem são desconhecidas. Joaquim Lobo julga que esta fotografia é de arquivo, realizada na época colonial, facto que se evidencia com a quantidade de homens brancos na rua e com o estado de boa conservação do automóvel ao fundo.



11



Ficha técnica

Data da publicação: 19 a 25-9-1975

País: Angola

Autor: Desconhecido

Título do texto: “Nenhum movimento de libertação poderá dominar Angola sozinho”

Legenda: “Fernando Wilson. «A China apoia a UNITA»”

Posição no Jornal: página interior, canto superior direito.

Análise: A fotografia é do representante da UNITA, Fernando Wilson, concedendo uma entrevista em Lisboa. Wilson era cientista político, representante da UNITA em Portugal e se encontrava em Lisboa para passar as mensagens do seu movimento à comunicação social portuguesa. Na parede ao fundo se vê um pôster com a imagem e a alcunha de Jonas Savimbi “Muata da Paz”, que no dialeto *Quibundo* significa “O Senhor da Paz”. Não se pode precisar a autoria desta fotografia, mas a data sua realização situa-se entre os dias da semana do dia 25 de Setembro de 1975, período em que *O Jornal* afirma ter feito a entrevista com Wilson.



12



Ficha técnica

Data da publicação: 24 a 30-10-1975

País: Angola

Autor: Joaquim Lobo

Título do Texto: “O render da História na agonia do colonialismo”

Legenda: “Soldado da Polícia Militar do MPLA identificando passageiros de um autocarro em Luanda. A hora é de vigilância contra as infiltrações reaccionárias”

Posição no Jornal: página interior, canto inferior esquerdo.

Análise: A autoria desta fotografia é de Joaquim Lobo e o local da sua realização situa-se algures no caminho de Luanda para a barra do Cuanza. A data exata da imagem não se sabe, mas provavelmente foi feita entre final de Julho a meados de Novembro de 1975, época na qual os repórteres Cárceres Monteiro e Joaquim Lobo já se encontravam em Angola como enviados especiais de *O Jornal*. Na fotografia observa-se um soldado da polícia do MPLA vistoriando documentos dos passageiros sentados na primeira fileira. O interesse pela presença do fotógrafo naquele autocarro contrasta com a curiosidade e uma certa desconfiança que se percebe nos olhares dos demais passageiros ao fundo.



13



Ficha técnica

Data da publicação: 31-10 a 6-11-1975

País: Angola

Autor: Joaquim Lobo

Título do Texto: “Angola condenada à guerra”

Legenda: “Pioneiros do MPLA em Luanda. As balas não são de pau”

Posição no Jornal: capa, canto direito

Análise: Na fotografia capa da publicação da semana anterior ao dia da proclamação da independência de Angola, a câmera de Joaquim Lobo captou a imagem deste pequeno integrante da OPA, vestido com uma farda militar acima do seu número, uma metralhadora feita de madeira, uma esteira de balas reais à tira colo e com os olhos semi-cerrados olhando para fora do campo. Atrás dele a companhia de adultos fardados também presentes no Campo de São Paulo, à frente do antigo Palácio do Governo português. Joaquim Lobo e Cárceres Monteiro estavam no país reportando os preparativos para a independência de Angola. Como se lê no texto que acompanha a imagem, esta foto foi feita no dia 25 de Outubro de 1975.



14



Ficha técnica

Data da publicação: 31-10 a 6-11-1975

País: Angola

Autor: Joaquim Lobo

Título do texto: “Angola prepara-se para uma guerra dura e prolongada”

Legenda: “Campo de treino do MPLA. Os meninos não brincam numa revolução.”

Posição no Jornal: página interior, centro esquerdo

Análise: Campo de São Paulo, Luanda. Nesta fotografia observamos um adolescente, com o uniforme maior que o seu número, carregando uma bazuca de brinquedo e, a sua direita, um outro menino também fardado e a carregar a sua arma de fantasia. O menino da direita repara a presença da câmera de Joaquim Lobo e a encara enquanto caminha. O seu colega, à esquerda, segue em frente concentrado na marcha. Outras pessoas, ao fundo, reparam na presença de Joaquim Lobo e miram discretamente em sua direção. Esta fotografia foi tomada no mesmo local onde foi realizada a fotografia anterior, e ao que se verifica no texto que acompanha a imagem, a data exata da realização desta fotografia foi o dia 25 de Outubro de 1975.



15



Ficha técnica

Data da publicação: 31-10 a 6-11-1975

País: Angola

Autor: Joaquim Lobo

Título do texto: “Angola prepara-se para uma guerra dura e prolongada”

Legenda: “Mobilização Geral. Luandenses alistam-se para a guerra”

Posição no Jornal: página interior, canto inferior direito

Análise: Na fotografia acima, angolanos reúnem-se ao redor de uma mesa onde um outro compatriota escreve em cadernos grandes o que provavelmente remete ao que diz a legenda: “Mobilização Geral. Luandenses alistam-se para a guerra”. A ordem de mobilização declarada pelo MPLA reuniu em Luanda angolanos para ingressar nas FAPLA, o exército do MPLA que tinha o intuito de proteger a capital e do país da invasão pelo “inimigo”. Na imagem temos, além do escrevente sentado a mesa, quatro homens atentos aos papéis do escrevente, e atrás, outros elementos a povoar o recinto.



16



Ficha técnica

Data da publicação: 31-10 a 6-11-1975

País: Angola

Autor: Joaquim Lobo

Título do texto: “Angola prepara-se para uma guerra dura e prolongada”

Legenda: “Vitor Crespo e Agostinho Neto. A semana passada Luanda, este fim-de-semana Kampala”

Posição no Jornal: página interior, canto superior esquerdo.

Análise: Nesta fotografia temos Vitor Crespo, Ministro da Cooperação Portuguesa, e Agostinho Neto, presidente do MPLA. Os dois representantes estão sentados em sofás conversando durante um encontro que teve lugar na casa de um comandante de aquartelamento português, situada próxima à residência de Neto. No texto que acompanha esta fotografia é feita uma referência sobre manifestações anti-portuguesas na chegada de Vitor Crespo a Luanda. A fotografia é de Joaquim Lobo e a data da realização da imagem situa-se entre os dias 25 de Outubro e o dia 6 de Novembro de 1975.



17



Mulheres angolanas
Uma organização enquadra as jovens revolucionárias

Ficha técnica

Data da publicação: 7 a 13-11-1975

País: Angola

Autor: Joaquim Lobo

Título do texto: “Luanda prepara-se para independência”

Legenda: “Mulheres Angolanas. Uma organização enquadra as jovens revolucionárias”

Posição no Jornal: página interior, centro, canto esquerdo

Análise: Mulheres angolanas aparecem nesta imagem com t-shirts semelhantes denotando a organização que as unia: a OMA. Em 1962 a OMA foi criada pelo MPA para abrigar a ala feminina do movimento que auxiliou a ala masculina no movimento de libertação, desde a organização, distribuição de mantimentos e ensino, ao pegar em armas como guerrilheiras. Nesta fotografia, algumas militantes da organização, fotografadas por Joaquim Lobo, aparecem de braços ao ar, às vésperas da proclamação da independência do seu país.



18



Jovens com a bandeira do MPLA
A bandeira de Angola terá as mesmas cores, mas em vez da estrela figurará um escudo simbólico

Ficha técnica

Data da publicação: 7 a 13-11-1975

País: Angola

Autor: Joaquim Lobo

Título do texto: “Luanda prepara-se para independência”

Legenda: “Jovens com a bandeira do MPLA. A Bandeira de Angola terá as mesmas cores, mas em vez da estrela figurará um escudo simbólico”

Posição no Jornal: página interior, centro superior.

Análise: Na fotografia acima, jovens marcham em fileira atrás de outro jovem que carrega aquela que seria a bandeira do novo país que estava por nascer. A nova bandeira de Angola de fato seguiria aquele formato, entretanto, naquele momento, poucos sabiam quais seriam as cores e a insígnia da nação angolana. Na bandeira que aparece nesta fotografia vemos o símbolo da estrela do MPLA.



19



Ficha técnica

Data da publicação: 7 a 13-11-1975

País: Angola

Autor: Joaquim Lobo

Título do Texto: “Luanda prepara o Dia da Independência”

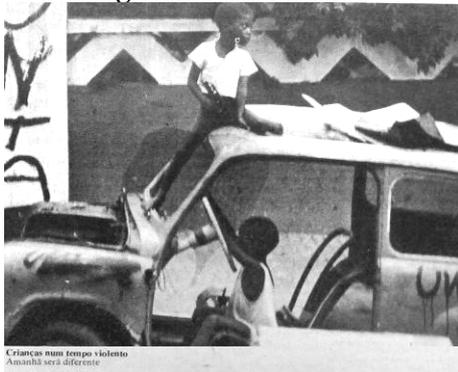
Legenda: “Pioneiros do MPLA. Preparados para o Pior”

Posição no Jornal: página interior, canto inferior direito

Análise: Nesta fotografia, também de autoria de Joaquim Lobo, temos em primeiro plano uma fileira de crianças fardadas pertencentes a OPA, “pioneiras do MPLA”, como suscita a legenda que acompanha a imagem. Em linha, fileiras de crianças-soldados apresentam-se no campo de treinos de São Paulo, em Luanda, o mesmo local onde Joaquim Lobo e Cárceres Monteiro estiveram no dia 25 de Outubro de 1975. Além das crianças vestidas com uniformes maiores que as suas medidas, outras aparecem à direita da composição a vestir t-shirts claras, porém, todas calçadas e algumas delas com as botas maiores que as medidas dos seus pés. Francisco Hardy, na sua obra “Kazakuta” revela a importância da utilização das crianças da OPA como sentinelas das FAPLA e que os uniformes enormes tinham sido doados às tropas do MPLA pela Iugoslávia, e as botas, pela República Tcheca. (Hardy, 1979:38).



20 - Fotografia



Ficha técnica

Data da publicação: 7 a 13-11-1975

País: Angola

Autor: Joaquim Lobo

Título do Texto: “Luanda prepara o Dia da Independência”

Legenda: “Crianças num tempo violento. Amanhã será diferente”

Posição no Jornal: página interior, canto superior direito.

Análise: No mesmo texto que acompanhou as três fotografias anteriores, temos esta imagem de duas crianças brincando nos restos de um Fiat 600 (destroços de carros eram comuns em Angola, numa época onde a falta de bens de consumo e peças para automóveis eram normais). Um menino finge pilotar o volante da carroçaria abandonada e outro menino sentado no teto do carro, levando consigo uma metralhadora de brinquedo, semelhante as armas de madeira carregadas pelas outras crianças-sentinelas que aparecem treinando no campo de São Paulo. A data da realização da imagem situa-se entre os dias 25 de Outubro e o dia 6 de Novembro de 1975.



21



Homens do 4 de Fevereiro na festa da Independência
As mesmas catanas que há 14 anos desferiram o primeiro ataque contra os portugueses

Ficha técnica

Data da publicação: 14 a 20-11-1975

País: Angola

Autor: Joaquim Lobo

Título do Texto: “Ausência de Portugal ensombrou a independência de Angola”

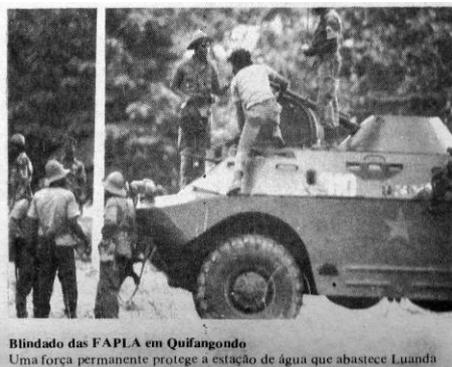
Legenda: “Homens do 4 de Fevereiro na festa da independência. As mesmas catanas que há 14 anos desferiram o primeiro ataque contra os portugueses”

Posição no Jornal: página interior, inferior direito

Análise: Esta fotografia trata-se de uma parte da multidão de apoiantes do MPLA que enchiam as ruas de Luanda na mesma noite do dia 10 de Novembro em que Agostinho Neto proclamava a independência de Angola. Na imagem, angolanos erguem as suas catanas e comemoram a proclamação. A quantidade de flashes naquela noite só não era maior do que as preocupações dos cidadãos presentes na capital angolana. Uma invasão à Luanda por parte da FNLA e da UNITA fora declarada pelos seus líderes, porém não se concretizou.



22



Blindado das FAPLA em Quifangondo
Uma força permanente protege a estação de água que abastece Luanda

Ficha técnica

Data da publicação: 14 a 20-11-1975

País: Angola

Autor: Joaquim Lobo

Título do texto: “O MPLA em Quifangondo. Estamos sempre a espera deles”

Legenda: “Blindado das FAPLA em Quifangongo. Uma força permanente protege a estação de água que abastece Luanda”

Posição no Jornal: página interior, canto superior direito.

Análise: Na fotografia acima temos a imagem de sete guerrilheiros das FAPLA conversando em volta de um blindado com a estrela do MPLA. Esta fotografia foi feita em *Quifangondo*, região controlada pelo MPLA e o campo de batalha entre as FAPLA e o exército do FNLA. O MPLA, com o auxílio de tropas cubanas, derrotou o exército de Holden Roberto e afastaram as chances do FNLA chegar em Luanda. A região de *Quifangondo* abrigava o reservatório responsável pela água que chega à Luanda, e era o caminho de passagem das tropas vindas do norte para a capital angolana. Esta fotografia foi tomada por Joaquim Lobo, no dia seguinte a proclamação da independência.



23



Ficha técnica

Data da publicação: 31-12-1975

Nacionalidade-País: Angola

Autor: Joaquim Lobo

Título do texto: “Angola: a «loucura» dos grandes”

Legenda: “Soldados do MPLA, em exercícios, antes de marchar contra a FNLA. Os combatentes estão a ser reciclados e habituados a articular as acções de guerrilha com a tática da guerra convencional”

Posição no Jornal: duas páginas, interior, canto superior direito.

Análise: Nesta imagem vemos fileiras do exército do MPLA a marchar em Luanda, todos armados com espingardas G3 de fabricação alemã. Apenas um dos soldados, em primeiro plano, carrega esteiras de cartuchos de balas cruzadas no peito, o soldado atrás carrega um lançador de granadas RPG-2, de fabricação soviética. Nenhum soldado olha diretamente para a câmara de Lobo, o que mostra uma certa distância do fotógrafo diante da cena fotografada. A data desta fotografia é desconhecida, apesar de ter sido publicada no último dia do ano de 1975. Naquela data *O Jornal* publica uma reportagem especial do jornalista francês René Backmann intitulada “Angola: a «loucura» dos grandes”, acompanhadas por duas fotografias, de Joaquim Lobo, e uma terceira fotografia, cujo autor é desconhecido.



24



Ficha técnica

Data da publicação: 31-12-1975

País: Angola

Autor: Joaquim Lobo

Título do texto: “Angola: a «loucura» dos grandes”

Legenda: “Blindado do MPLA carregado de combatentes. Desde 1966, a maior parte do material veio da Europa do leste”

Posição no Jornal: página interior, canto superior direito.

Análise: Também acompanhada da reportagem de René Backmann temos a fotografia de um blindado das FAPLA carregando seus combatentes. Ao contrário da imagem anterior, alguns soldados que viajam neste blindado percebem a presença da lente de Joaquim Lobo e olham em direção ao fotógrafo que se encontrava a frente do veículo, que se aproximava carregado com nove soldados armados. Não se sabe a data da realização desta fotografia, mas se pode confirmar que tanto as fotografias dos soldados da fotografia anterior, como a imagem deste blindado, foram realizadas em Luanda, de acordo com o texto do jornalista francês do jornal *Le Nouvel Observateur*.



25



Ficha técnica

Data da publicação: 31-12-1975

País: Angola

Autor: Desconhecido

Título do texto: “Angola: a «loucura» dos grandes”

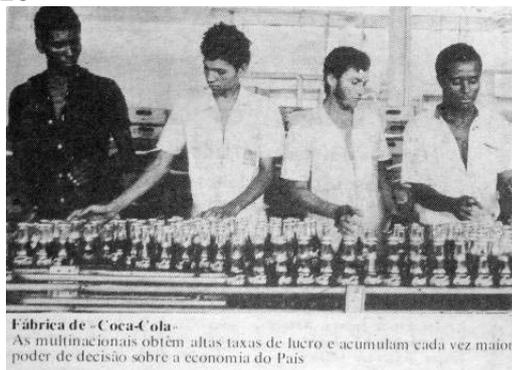
Legenda: “Agostinho Neto. A Imagem do MPLA, Holden Roberto. As intrigas de Kinshasa, Jonas Savimbi. O messianismo de centro e leste.”

Posição no Jornal: página interior, centro, canto esquerdo.

Análise: Esta montagem de três fotografias foi feita no dia 15 de Janeiro de 1975 em Alvor, Portugal (ver fotografia número 2), tendo em conta a vestimenta que cada um dos três líderes angolanos usava naquele dia. Um vestuário não escolhido ao acaso: Agostinho Neto, do MPLA, apesar de apoiado pela URSS/Cuba, usava fato e gravata, talvez pela influência europeia que recebeu quando estudava em Portugal e da sua esposa, de nacionalidade portuguesa. Holden Roberto do FLNA, que no início era secretamente apoiado pelos EUA e depois abertamente pela China, usava uma camisa tipicamente chinesa, com a gola abotoada ao pescoço. Jonas Savimbi da UNITA carregava uma bengala africana – como a que Mobutu usava, visando no simbolismo do artefato mostrar a sua “autenticidade” africana – e vestia um uniforme neutro de campanha, talvez pela sua posição ideológica que pendia sempre ao lado que lhe oferecesse apoio contra o MPLA. Nesta imagem os líderes angolanos aparecem com as mesmas roupas utilizadas na ocasião da assinatura do acordo de Alvor, o que atesta o uso dessas imagens para ilustrar o discurso da reportagem especial do jornal, que citava, entre outros temas, as lutas e as negociações entre os três movimentos angolanos.



26



Ficha técnica

Data da publicação: 18 a 24-7-1975

País: Brasil

Autor: Agência

Título do Texto: “Brasil: a descolonização da economia”

Legenda: “Fábrica de Coca-Cola. Multinacionais obtêm taxas de lucro e acumulam cada vez maior poder de decisão sobre a economia o país”

Posição no Jornal: página interior, centro, superior.

Análise: Na fotografia publicada no dia 18 de Julho vemos uma linha de produção da multinacional Coca-Cola em solo brasileiro. Os empregados, aparentemente desconhecedores da presença de uma máquina fotográfica, são retratados pela lente do fotógrafo (ao que indica, à serviço da agência Prensa Latina) que, ao registrar a imagem dos trabalhadores brasileiros, mostra também a realidade racial de um povo. A marca Coca-Cola evidencia outra realidade brasileira de 1975: a presença do capital estrangeiro na economia. O milagre econômico durou até o início de 1975, daí em diante verificou-se a presença do monopólio do investimento estrangeiro no país e o controle maioritário do Estado em todos os setores da economia brasileira. Um controle que estendia-se a diversas áreas, inclusive ao da comunicação social.



27



Uma vítima do «Esquadrão»
A criminosa organização tem mais de 2 000 homicídios no seu «activo»

Ficha técnica

Data da publicação: 15 a 21-8-1975

País: Brasil

Autor: Agência

Título do texto: “*Brasil: a violência generalizada*”

Legenda: *Uma vítima do «Esquadrão». A criminosa organização tem mais de 2000 homicídios no seu «activo»*”

Posição no Jornal: página interior, centro esquerdo.

Análise: Na imagem acima temos uma suposta vítima do “esquadrão da morte”, um grupo formado no final da década de 50, no Rio de Janeiro, no qual os seus integrantes pertenciam aos quadros da polícia civil e as suas ações homicidas resultavam em alegadas “limpezas” no seio da sociedade. A violência ficou notória no Brasil na década de 70, época em que o número de mortes era ainda maior quando somado ao número de vítimas resultantes das perseguições levadas a cabo pelo regime militar. O texto que acompanha a fotografia é da agência Prensa Latina que também realizava as imagens que acompanhavam os textos vendidos para periódicos de todo o mundo, entre eles, *O Jornal*.



28



Sérgio Paranhos Fleury
Embora referenciado como um dos principais cabecilhas do «Esquadrão da Morte», continua nos quadros da Polícia...

Ficha técnica

Data da publicação: 15 a 21-8-1975

País: Brasil

Autor: Agência

Título do texto: “*Brasil: a violência generalizada*”

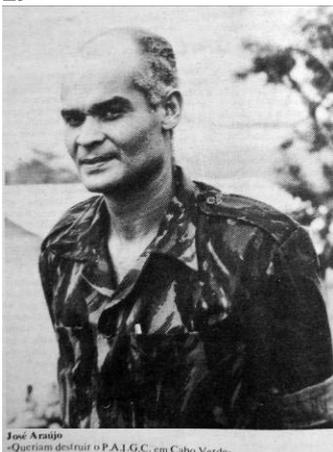
Legenda: “*Sérgio Paranhos Fleury. Embora referenciado como um dos principais cabecilhas do «Esquadrão da Morte», continua nos quadros da Polícia*”

Posição no Jornal: página interior, canto superior direito.

Análise: No texto “Brasil: a violência generalizada” também encontramos a fotografia de Sérgio Paranhos Fleury, o cabecilha do grupo armado conhecido por “esquadrão da morte”. O delegado Fleury foi o “rosto” das mortes associadas ao esquadrão que também atendia os interesses da ditadura militar brasileira, como por exemplo, na caça de elementos da sociedade contra o regime. Nesta fotografia destacam-se o olhar determinado do delegado enquanto fala no seu rádio com a ajuda da mão direita, e mão esquerda a segurar um revólver contra o volante do seu automóvel, Uma maneira pouco convencional para um policial carregar a sua arma. Assim como o texto, a autoria da fotografia pertence a agência Prensa Latina, que assina mais este exclusivo para *O Jornal*.



29



Ficha técnica

Data da publicação: 23 a 30-5-1975

País: Cabo Verde

Autor: Arquivo

Legenda: “José Araújo «Queriam destruir o PAIGC, em Cabo Verde”

Posição no Jornal: página interior, canto superior direito.

Título do Texto: “Guiné-Bissau: o imperialismo não tira os olhos do PAIGC”

Análise: Nesta fotografia vemos José Araújo, jurista, membro do conselho de luta e guerrilheiro do PAIGC na Guiné-Bissau. O tom mais claro da sua pele denota a sua nacionalidade cabo-verdiana e remete-nos aos preconceitos históricos entre guineenses e cabo-verdianos que lutaram juntos pela libertação da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Esta fotografia acompanha o mesmo texto da fotografia de Cármen Pereira (Guiné-Bissau – ver fotografia nº40). Porém não se verifica a localização exata da fotografia de Araújo, ao contrário da fotografia de Cármen Pereira, realizada em Madina do Boé, mas é possível afirmar que trata-se uma fotografia se arquivo, tendo em conta o uniforme de Araújo e o contexto em que a imagem foi realizada.



30



Ficha técnica

Data da publicação: 13-6-1975

País: Cabo Verde

Autor: Desconhecido

Título do texto: “Aristides Pereira a O Jornal. “Seria perigoso transformar Cabo Verde numa base soviética ou americana”

Legenda: “Aristides Pereira com Costa Gomes e Vasco Gonçalves. Um intercâmbio bastante proveitoso”

Posição no Jornal: página interior, canto superior direito.

Análise: Nesta fotografia temos Costa Gomes Presidente da República, Aristides Pereira, então Secretário-geral do PAIGC e Vasco Gonçalves, Primeiro-ministro de Portugal, no palácio do Belém, em Lisboa. Na ocasião Aristides Pereira estava em Lisboa para assinar um acordo de cooperação entre Portugal e a Guiné-Bissau. Na fotografia, Aristides Pereira aparece caminhando entre os governantes portugueses. Pereira caminha com as costas eretas e com os braços relaxados; o seu olhar é fixo, a sua cabeça erguida e o semblante sério. Costa Gomes caminha a esquerda da composição, com as mãos para trás e a olhar para abaixo. Vasco Gonçalves também tem a cabeça baixa e caminha na frente da composição com os braços soltos e com a boca cerrada.



31



Salinas e aridez
A Ilha do Sal, semidesértica, deve o seu nome à grande produção local de cloreto de sódio

Ficha técnica

Data da publicação: 4 a 10-7-1975

País: Cabo Verde

Autor: Arquivo

Título do Texto: “Documento: Cabo Verde na hora da independência”

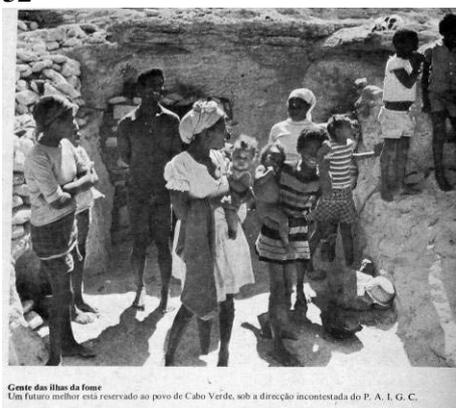
Legenda: “Salinas e Aridez. A Ilha do Sal, semidesértica, deve o seu nome à grande quantidade local de cloreto de sódio”

Posição no Jornal: página interior, canto inferior direito.

Análise: Nesta série de textos sobre o arquipélago de Cabo Verde publicado às vésperas da cerimônia de independência foram publicadas quatro imagens relacionadas aos cidadãos cabo-verdianos. Na fotografia acima temos quatro cabo-verdianos a trabalhar nas salinas da Ilha do Sal, a trabalhar sem luvas no seu ofício de carregadores. A data assim como os créditos autorais não foram encontradas, porém, de acordo com as entrevistas realizadas com antigos integrantes de *O Jornal*, essas imagens podem pertencer ao SNI, tendo em conta o fato que nenhum outro fotógrafo de *O Jornal* ter feito trabalhos no arquipélago durante o ano de 1975.



32



Gente das ilhas da fome
Um futuro melhor está reservado ao povo de Cabo Verde, sob a direcção incontestada do P. A. I. G. C.

Ficha técnica

Data da publicação: 4 a 10-7-1975

País: Cabo Verde

Autor: Arquivo

Título do Texto: “Documento: Cabo Verde na hora da independência”

Legenda: “Gente das ilhas da Fome. Um futuro melhor está reservado ao povo de Cabo-Verde, sob a direcção incontestada do PAIGC”

Posição no Jornal: página interior, canto inferior direito.

Análise: Na segunda fotografia da série de imagens publicadas com os textos sobre o arquipélago de Cabo Verde vemos 11 cabo-verdianos, nos quais seis eram crianças entre os 8 e os 14 anos de idade. Uma dessas crianças segura um dos dois bebês que aparecem na composição, sem roupas, e na companhia de três adultos. Todos estão à frente de uma casa feita com pedras, provavelmente a sua moradia. A data e a autoria são desconhecidas, mas presume-se serem fotografias dos arquivos do SNI, como supõe os antigos integrantes de *O Jornal* entrevistados.



33 - Fotografia



Apoio popular ao P. A. I. G. C.
A população da Cidade da Praia quase em peso esperava Aristides Pereira para o aclamar quando o secretário-geral do P. A. I. G. C. desembarcou na ilha de Santiago

Ficha técnica

Data da publicação: 4 ao 10-7-1975

Nacionalidade-País: Cabo Verde

Autor: Arquivo

Título do Texto: “Documento: Cabo Verde na hora da independência”

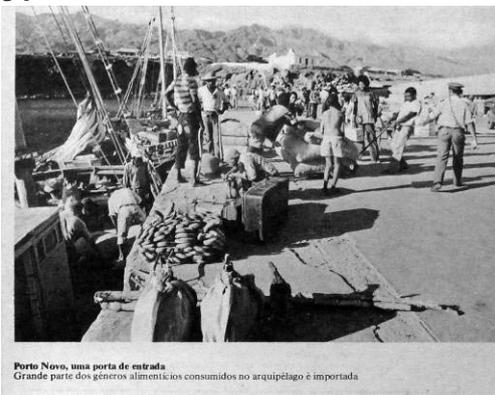
Legenda: “Apoio popular ao PAIGC. A população da cidade da Praia quase em peso esperava Aristides Pereira para o aclamar quando o secretário-geral do PAIGC desembarcou na ilha de Santiago”

Posição no Jornal: página interior, canto inferior esquerdo.

Análise: Na terceira fotografia da série de imagens publicadas com os textos sobre o arquipélago de Cabo Verde temos a fotografia de uma multidão de pessoas na cidade da Praia para aclamarem, como sugere a legenda, a chegada do Secretário-geral do PAIGC, Aristides Pereira. No meio da multidão, à direita, está um pôster de Pereira, e na composição inteira, a presença de centenas de populares, brancos e negros, participando da ocasião. Tal como as outras fotografias da série de textos sobre Cabo Verde, publicados na semana do dia 4 de Julho, não há informação sobre a data e a autoria.



34



Porto Novo, uma porta de entrada
Grande parte dos géneros alimentícios consumidos no arquipélago é importada

Ficha técnica

Data da publicação: 4 a 10-7-1975

País: Cabo Verde

Autor: Arquivo

Título do Texto: “Documento: Cabo Verde na hora da independência”

Legenda: “Porto Novo, uma porta de entrada. Grande parte dos géneros alimentícios consumidos no arquipélago é importada”

Posição no Jornal: página interior, canto inferior esquerdo.

Análise: Completando a análise das quatro fotografias que acompanharam os textos publicados na semana do dia 4 de Julho de 1975, temos a esta fotografia do Porto Novo, localizado na ilha de Santo Antão, onde cabo-verdianos aparecem a transportar e a descarregar cargas das mais variadas. À direita da composição um homem com uniforme e chapéu de polícia ou fiscal orienta um descarregamento enquanto os outros ajudam ou observam os restantes carregamentos. A movimentação no Porto Novo justifica-se, pois trata-se até hoje da principal porta de entrada da ilha de Santo Antão.



35



A bandeira tricolor de Cabo Verde sobre no mastro de honra
«É uma terra árida, mas é o chão em que nascemos»

Ficha técnica

Data da publicação: 11 a 17-07-1975

País: Cabo Verde

Autor: Desconhecido

Título do Texto: “Cabo Verde: só a esperança não morreu de sede”

Legenda: “A bandeira tricolor de Cabo Verde sobre no mastro de honra. «É uma terra árida, mas é o chão em que nascemos”

Posição no Jornal: Página interior, canto inferior esquerdo.

Análise: O texto que acompanha esta fotografia fala sobre o momento solene da cerimônia de proclamação da independência de Cabo Verde e faz referência no 1º parágrafo sobre a existência de um padre que estava no evento registrando o acontecimento com uma máquina fotográfica. Entretanto, não há nenhuma alusão quanto à autoria desta fotografia. A imagem do hasteamento da bandeira do PAIGC, no estádio da Várzea, na cidade da Praia, foi realizada no dia 5 de Julho de 1975. Na fotografia é registrada a presença de cabo-verdianos e portugueses num evento pacífico e com a presença das delegações convidadas na tribuna superior. Nota-se também a presença de, no mínimo, mais quatro fotógrafos no evento.



36



Vasco Gonçalves assina o documento que regista a independência de Cabo Verde

Ficha técnica

Data da publicação: 11 a 17-07-1975

País: Cabo Verde

Autor: Desconhecido

Título do Texto: “Cabo Verde: só a esperança não morreu de sede”

Legenda: “Vasco Gonçalves assina o documento que regista a independência de Cabo Verde. Um fenómeno natural na vida dos povos: nascem, crescem e emancipam-se”

Posição no Jornal: página interior, centro superior.

Análise: Na fotografia acima temos em grande plano a imagem de Vasco Gonçalves, primeiro-ministro do IV Governo Provisório, a assinar o documento que reconhecia a independência e o nascimento da República Democrática de Cabo Verde. No texto que acompanha esta fotografia, o seu autor, José Silva Pinto, faz uma alusão ao padre Luciano de Barros, pastor cabo-verdiano, que estava nas imediações do Estádio da Várzea fotografando a cerimônia. Entretanto não é feita nenhuma referência quanto à autoria das duas imagens presentes nas páginas do texto, porém, pode-se afirmar que a data da realização desta fotografia é o dia 5 de Julho de 1975.



37



Secretário dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde
Embaixada e repatriamentos

Ficha técnica

Data da publicação: 28 a 4-8-1975

País: Cabo Verde

Autor: Desconhecido

Título do Texto: “O regresso de cabo-verdiano na agenda de Tolentino”

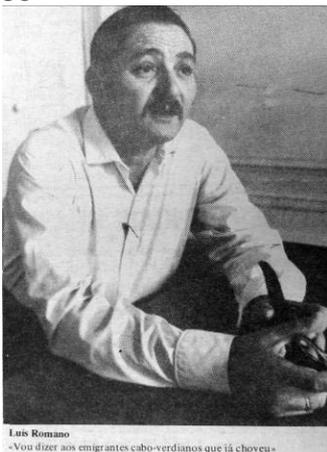
Legenda: “Secretário de Negócios Estrangeiros de Cabo Verde. Embaixada e repatriamentos”

Posição no Jornal: página interior, centro inferior.

Análise: Nesta fotografia temos Cursino Tolentino, Secretário dos Negócios Estrangeiros da República de Cabo Verde, em Lisboa, a negociar a abertura de uma embaixada cabo-verdiana na capital portuguesa e o repatriamento de emigrantes ao arquipélago. De acordo com o texto que acompanha a fotografia, Cursino Tolentino havia chegado no dia anterior à publicação desta fotografia, portanto, a data da realização desta imagem é o dia 27 de Agosto. Tolentino, de fato e gravata, apresenta-se sério, segurando as mãos e cruzando os dedos. Os seus braços estão apoiados sobre as pernas, numa posição que projeta o seu corpo para frente colocando-o numa postura aberta ao diálogo.



38



Luís Romano
«Vou dizer aos emigrantes cabo-verdianos que já choveu»

Ficha técnica

Data da publicação: 26 a 2-9-1975

País: Cabo Verde

Autor: Desconhecido

Título do Texto: “O homem que anuncia a chuva”

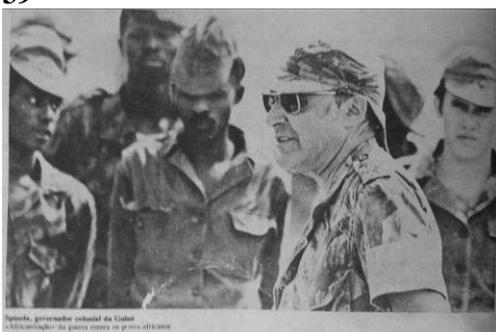
Legenda: “Luís Romano. «Vou dizer aos cabo-verdianos que já choveu» ”

Posição no Jornal: página interior, centro canto direito.

Análise: Temos nesta fotografia a imagem de Luís Romano, cabo-verdiano, técnico de salinagem, poeta e autor da célebre obra “Famintos (1962) ” onde conta passagens da história cabo-verdiana e o flagelo da fome no arquipélago. Como o indicado no texto que acompanha esta fotografia Luís Romano estava em Cabo Verde durante a realização desta fotografia. A imagem é de um homem de 53 anos, encorpado (o que atesta a sua vida no exílio, em oposição ao biotipo delgado do cabo-verdiano residente no arquipélago), pele clara, camisa branca e com o seu olhar direcionado ao seu interlocutor fora de campo. Romano estava com os cotovelos apoiados nas pernas e com as mãos a segurar um cachimbo.



39



Ficha técnica

Data da publicação: 9 a 15-5-1975

País: Guiné-Bissau

Autor: Arquivo

Título do Texto: “*Conakry: a história secreta do «raid» de Spínola*”

Legenda: “*Spínola, governador Colonial da Guiné*”

Posição no Jornal: página interior, canto superior direito.

Análise: Nesta fotografia temos em primeiro plano António Spínola, Comandante-Chefe e Governador da Guiné-Bissau entre 1968 e 1973. Spínola aparece na imagem com uniforme militar passando em revista as tropas portuguesas em solo guineense. É possível constatar nesta imagem combatentes guineenses presentes no recorte que enquadra a formação da tropa portuguesa de Spínola na Guiné-Bissau. O período em que ela foi realizada situa-se entre o ano de 1970 e 1973, época na qual já estavam operacionais os planos de africanização da guerra na Guiné e a formação de «comandos africanos» criados pelo ex-general. Portanto, trata-se de uma fotografia de arquivo.



40



Ficha técnica

Data da publicação: 23 a 30-5-1975

País: Guiné-Bissau

Autor: Arquivo

Título do Texto: “*Guiné-Bissau: o imperialismo não tira os olhos do PAIGC*”

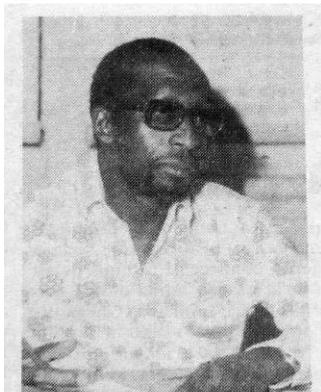
Legenda: “*Cármen Pereira em Madina do Boé. A mulher nº 1 do PAIGC lutou lado a lado com os guerrilheiros*”

Posição no Jornal: página interior, centro, canto direito.

Análise: Nesta fotografia temos, em primeiro plano (à esquerda), Cármen Pereira a conversar com um soldado em Madina do Boé, Guiné-Bissau. Ao fundo da fotografia estão três homens armados, aparentemente relaxados, enquanto a enfermeira está concentrada no diálogo com o seu interlocutor. Ao que se observa pela farda e pelo contexto histórico, os quatro homens, assim como Cármen, lutavam pelo exército do PAIGC. A autoria e a data exata da realização desta fotografia desconhecem-se, mas pelo que o contexto indica, trata-se de uma imagem de arquivo. Cármen Pereira era enfermeira e, assim como outras mulheres cabo-verdianas e guineenses, tornou-se guerrilheira. Cármen casou-se com Aristides Pereira, um dos fundadores do PAIGC.



41



Fidelis Cabral de Almada
«Valorizar a cultura tradicional do nosso povo através do Direito»

Ficha técnica

Data da publicação: 30-5 a 6-6-1975

País: Guiné-Bissau

Autor: Desconhecido

Título do Texto: “*Guiné-Bissau: criar a justiça a partir da tabanca*”

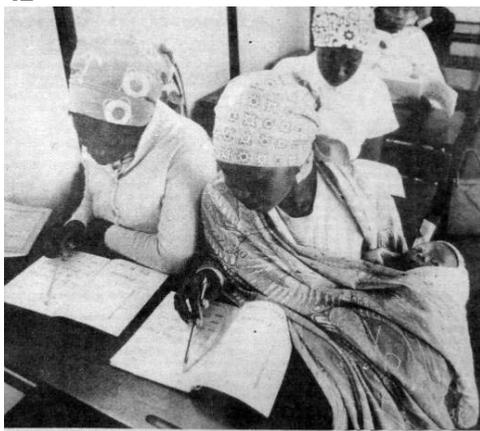
Legenda: “*Fidelis Cabral de Almada: valorizar a cultura tradicional do nosso povo através do Direito*”

Posição no Jornal: página interior, canto superior direito.

Análise: Nesta fotografia sem autoria conhecida observamos o semblante sério e pouco entusiasmado do advogado Fidelis Cabral de Almada, a conceder uma entrevista ao redator Rui Pimenta de *O Jornal*. Não encontramos nenhuma referência sobre a data da realização desta fotografia e/ou a autoria no texto da entrevista, mas consegue-se descobrir o local da execução da entrevista: a cidade de Bissau. Fidelis Cabral de Almada formou-se em Direito pela Universidade de Lisboa e chegou a advogar na cidade de São Paulo, Brasil, antes de pegar em armas na luta contra o colonialismo português, quando era membro do conselho superior de luta do PAIGC.



42



Mulheres moçambicanas aprendendo a ler, em Lourenço Marques
Noventa por cento de analfabetos: um dos frutos mais amargos do colonialismo em Moçambique

Ficha técnica

Data da publicação: 16 a 22-5-1975

País: Moçambique

Autor: Joaquim Letria

Título do texto: “*Moçambique. A tranquila marcha para alegria da independência*”

Posição no Jornal: página interior, canto superior esquerdo.

Legenda: “*Mulheres moçambicanas aprendendo a ler em Lourenço Marques. Noventa por cento de analfabetos: um dos frutos mais amargos do colonialismo em Moçambique*”

Análise: O texto e a fotografia acima são da autoria de Joaquim Letria, na capital moçambicana, há um mês da independência de Moçambique. Na extensa legenda lê-se o que a imagem do jornalista quis demonstrar: “Mulheres moçambicanas aprendendo a ler, em Lourenço Marques. Noventa por cento de analfabetos: um dos frutos mais amargos do colonialismo em Moçambique”. O conceito apresentado pela fotografia recai em «Mulheres moçambicanas (representando o povo moçambicano), e o ambiente escolar (aprendendo a ler em Lourenço Marques)». Porém a imagem conta mais sobre a relação dos moçambicanos com os estudos. A dificuldade de uma moçambicana, mulher e mãe, à dedicar-se ao estudo e à família. Informação passada em primeiro plano com a mãe a apoiar o seu bebê com o braço esquerdo, e com o braço direito, acompanhando a leitura de um livro com um lápis.



43



Carregadores moçambicanos sobre um camião, em Lourenço Marques. Ao colonialista era apenas necessário que os trabalhadores tivessem bons músculos.

Ficha técnica

Data da publicação: 23 a 30-5-1975

País: Moçambique

Autor: Arquivo

Título do texto: “Joaquim Chissano: A FRELIMO nunca procurou modelos estrangeiros para aplicar em Moçambique”

Legenda: “Carregadores moçambicanos sobre um camião, em Lourenço Marques. Ao Colonialista era apenas necessário que os trabalhadores tivessem bons músculos”

Posição no Jornal: página interior, canto superior esquerdo.

Análise: O próprio Joaquim Letria, autor do artigo/entrevista que acompanha esta fotografia, refere-se a esta imagem como sendo de arquivo. Letria esteve em Lourenço Marques para entrevistar o primeiro-ministro do governo em transição, Joaquim Chissano, onde escreveu o texto semanas antes da cerimônia de independência de Moçambique. Como afirma Letria, esta fotografia é anterior ao período em que ele lá esteve, confirmando então a intenção da paginação de *O Jornal* em ilustrar o artigo que falava sobre economia moçambicana, recaindo na fotografia a ideia de “mão-de-obra”, enfatizada pela legenda.



44



Vitor Crespo e Joaquim Chissano na posse do Governo de Transição. «O povo moçambicano está preparado para tudo»

Ficha técnica

Data da publicação: 23 a 29-5-1975

País: Moçambique

Autor: Arquivo

Título do texto: “Joaquim Chissano: A FRELIMO nunca procurou modelos estrangeiros para aplicar em Moçambique”

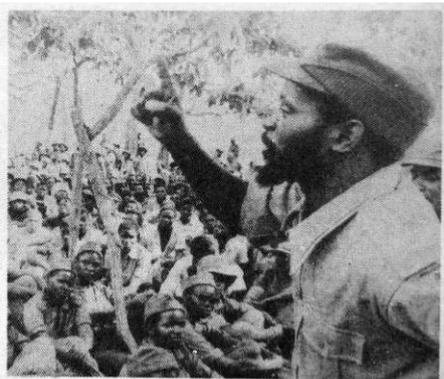
Legenda: “Vitor Crespo e Joaquim Chissano na posse do Governo de Transição. O povo moçambicano está preparado para tudo”

Posição no Jornal: página interior, centro canto esquerdo.

Análise: No texto do jornalista Joaquim Letria sobre a economia de Moçambique e as relações do país com o resto do mundo às vésperas da independência, o primeiro-ministro do Governo de Transição de Moçambique, Joaquim Chissano, foi representado com uma fotografia onde o dirigente moçambicano aparece com Vitor Crespo (de branco), no dia da posse do Governo de Transição de Moçambique, na ocasião da assinatura do acordo de Lusaka, no dia 7 de Setembro de 1974. Na imagem, a presença de dirigentes brancos e de dois moçambicanos. Chissano apresenta-se de fato e gravata segurando a mão esquerda com a direita na frente do seu corpo. Tendo em conta a data do evento trata-se de uma fotografia de arquivo.



45



Samora Machel
A existência de classes é a luta de classes

Ficha técnica

Data da publicação: 30-5 a 6-6-1975

País: Moçambique

Autor: Joaquim Letria

Título do texto: “Moçambique será o modelo de transformação da África Austral”

Legenda: “Samora Machel. A existência de Classes é a luta de classes”

Posição no Jornal: página interior, canto superior direito.

Análise: A autoria desta fotografia é reclamada por Joaquim Letria, realizada numa das bases onde Samora Machel esteve com o jornalista. Joaquim Letria comenta que essa fotografia foi feita numa viagem de três semanas (no mês de Junho) na companhia do líder moçambicano, iniciada ao norte com destino a capital Lourenço Marques. Na imagem, Machel palestrava na sua forma habitual: com a mão direita e o dedo indicador ao ar, vestido com o seu uniforme de campanha. No local, apoiantes escutavam o seu líder enquanto os seus olhares buscavam a câmara fotográfica que registrava Machel em primeiro plano. Este tipo de pose poderia ter sido retratada em qualquer lugar e/ou por outro fotógrafo, pois tratava-se de uma postura emblemática de Samora Machel.



46



O regresso definitivo
Viva, camarada Presidente

Ficha técnica

Data da publicação: 6 a 12-6-1975

País: Moçambique

Autor: Desconhecido

Título do texto: “Moçambique: viagem de Samora é triunfal”

Legenda: “O regresso definitivo. Viva camarada Presidente”

Posição no Jornal: Página Interior, canto superior direito.

Análise: Na fotografia acima trata-se de Samora Machel sendo saudado por uma mulher, que estende um agasalho ao líder da FRELIMO. De acordo com o texto que acompanha a imagem, trata-se da fotografia que registra a chegada do líder moçambicano ao norte do país (Mueda) no dia 24 de Maio de 1975. Joaquim Letria, autor do texto, afirma não ter sido ele, o autor da fotografia, por um simples motivo: sempre que esteve na companhia de Machel o líder da FRELIMO estava vestido com a sua farda. Letria sugere que a imagem poderia ter sido feita num lugar frio por causa das vestimentas de Machel, podendo ser Moscovo ou Praga, porém ao fundo da composição, um homem aparece a usar um “côfió” (chapéu típico da religião muçulmana, religião muito presente em Moçambique) observando de perto o instante da aproximação do casal. Atrás, num plano mais afastado, uma pequena multidão de pessoas, de maioria negra, observa o sorridente líder à distância.



47



Ministro Cabaço:
- a vida do povo ainda não está no jornal.

Ficha técnica

Data da publicação: 13 a 19-6-1975

País: Moçambique

Autor: Desconhecido

Título do texto: “A Rádio vai ser a pedra de toque de toda a informação”

Legenda: “Ministro cabaço: a vida do povo ainda não está no jornal”

Posição no Jornal: página interior, canto inferior direito.

Análise: A imagem é de José Luís Cabaço, subdiretor do jornal Notícias de Lourenço Marques, cargo que ocupou depois do 25 de Abril de 1975. Também foi o substituto do Governo de Transição para a pasta da informação, e mais tarde, nomeado secretário de Estado do Trabalho, cargo que acumulou com o de Ministro da Informação do primeiro Conselho de Ministros da então República Popular de Moçambique.



48



Bom dia, por muito tempo e dias, aos meus familiares e povo de Cabo Delgado.

Desejamos muita saúde a todos, e eu estou muito bom junto dos meus amigos.

Estamos muito contentes por causa da ajuda que estamos a receber do nosso Governo português. A gente que tem boa cabeça, tem boas casas, machambas; temos escolas, hospitais e muitas outras coisas.

O nosso Governo está a ajudar muito a gente, e eu e os meus amigos convidamos-vos a vir ver a maneira como nós estamos a viver.

Falo eu, o velho LÁZARO MKAVANDAME. Porto Amélia, 22-4-74.

Um panfleto de Mkavandame
Traição orquestrada ao povo de Moçambique

Ficha técnica

Data da publicação: 20 a 26-6-1975

País: Moçambique

Autor: Arquivo

Título do texto: “Em Lourenço Marques a PIDE também sabia. Dividir para dominar”

Legenda: “Um panfleto de Mkavandame. Traição orquestrada ao povo de Moçambique”

Texto do panfleto:

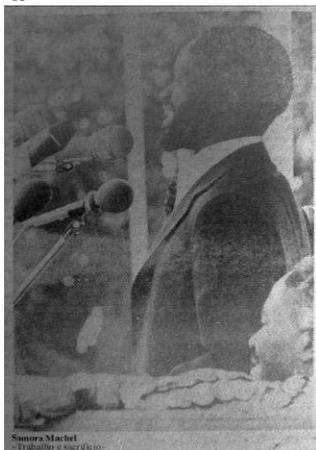
Bom dia, por muito tempo e dias, aos meus familiares e povo de Cabo Delgado. Desejamos muita saúde a todos, e eu estou muito bom junto dos meus amigos. Estamos muito contentes por causa da ajuda que estamos a receber do nosso Governo português. A gente que tem boa cabeça, tem boas casas, machamba; temos escolas, hospitais e muitas outras coisas. O nosso Governo está a ajudar muito a gente, e eu e os meus amigos convidamos-vos a vir ver a maneira como nós estamos a viver. Falo eu, o velho. LÁZARO MKAVANDAME, Porto Amélia, 22-4-74.

Posição no Jornal: página interior, canto superior esquerdo.

Análise: Reprodução de um panfleto distribuído em Moçambique com a imagem e supostos dizeres de Lázaro Mkavandame. A autoria da fotografia do ex-secretário da FRELIMO, no panfleto publicado em *O Jornal* no dia 20 de Junho de 1975 não se identifica. Provavelmente trata-se de uma fotografia da PIDE-DGS feita durante as campanhas de propaganda contra a FRELIMO, em 1969, quando Mkavandame já era dissidente da frente e passa a ser usado pela polícia portuguesa para enfraquecer a FRELIMO. Mkavandame colaborou com a polícia portuguesa e tentou conseguir para si alguns proveitos. Tal atitude do representante da etnia Maconde valeu-lhe a imagem de “traidor” da luta pela independência de Moçambique.



49



Ficha técnica

Data da publicação: 20 a 26-6-1975

País: Moçambique

Autor: Arquivo

Título do texto: “Palavra de ordem da FRELIMO. Unidade, Trabalho e Vigilância”

Legenda: “Samora Machel «Trabalho e Sacrifício» ”

Posição no Jornal: página interior, canto superior direito.

Análise: Nesta fotografia temos Samora Machel a discursar na ocasião da posse do Governo de Transição formado no âmbito do acordo realizado na cidade de Lusaka, em 1974. A autoria da fotografia não se identifica, mas ao que indica foi feita na capital da Zâmbia na sequência da assinatura do acordo, uma vez que Samora Machel veste o mesmo fato utilizado em outras imagens suas divulgadas na mesma ocasião. Machel discursa numa postura formal e com as mãos para trás, para um público fora de plano.



50



Ficha técnica

Data da publicação: 27-6 a 3-7-1975

País: Moçambique

Autor: Desconhecido

Título do texto: *O destaque da capa é acompanhado da chamada «Moçambique» que remetia para as páginas interiores.*

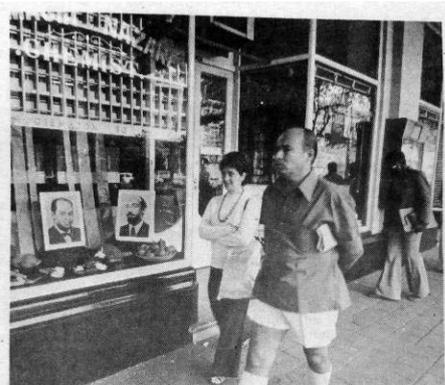
Legenda: “Vasco Gonçalves em Lourenço Marques. O encontro com Machel e a reconciliação de dois povos”

Posição no Jornal: Capa, canto inferior esquerdo

Análise: Nesta fotografia vemos, ao centro, o primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, entre moçambicanos e dirigentes portugueses. Trata-se de uma imagem significativa, principalmente por ter sido esta a fotografia da capa da edição do dia 27 de Junho de 1975 de *O Jornal*. Na imagem vemos Gonçalves (fazendo uma saudação para um público fora de campo) situado abaixo de uma pintura gigante do líder Samora Machel. A legenda desta fotografia destaca o encontro de Gonçalves e Machel e a “reconciliação dos dois povos”. Porém, a mensagem que transmite a fotografia é passível de outras leituras: o encontro do líder, presente, a representar o adversário “vencido”, e o pôster gigante do líder, omnipresente, a representar os “vencedores”. A autoria desta fotografia é desconhecida.



51



Portugueses em Lourenço Marques
Fundamentalmente serviços e funcionalismo

Ficha técnica

Data da publicação: 27-6 a 3-7-1975

País: Moçambique

Autor: Arquivo

Título do texto: “A alegria explosiva de um povo vitorioso”

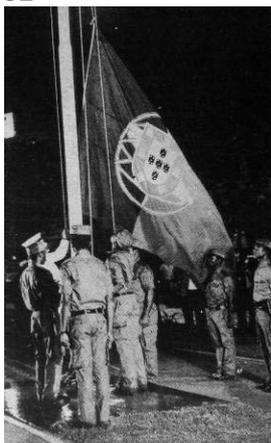
Legenda: “Portugueses em Lourenço Marques. Fundamentalmente serviços e funcionalismo”

Posição no Jornal: página interior, centro canto esquerdo.

Análise: Esta fotografia, publicada no dia 27 de Junho de 1975, acompanhava um texto sobre os funcionários e demais emigrantes portugueses que abandonaram Moçambique e deixaram o país sem quadros administrativos para os substituírem. A feição do homem, em primeiro plano, é séria e concentrada, aparentemente incomodada com a presença do fotógrafo. Já a expressão da mulher é descontraída, apesar dos braços cruzados. O único indiferente ao que se passava naquele instante era o homem negro que vinha a observar as montras do estabelecimento que guardava em suas prateleiras imagens de líderes da FRELIMO que indicavam o período pós colonial.



52



O arriar do colonialismo
A bandeira portuguesa desce em Moçambique e com ela
500 anos de exploração

Ficha técnica

Data da publicação: 27-6 a 3-7-1975

País: Moçambique

Autor: Joaquim Lobo

Título do texto: “Razões para uma alegria”

Legenda: “Arriar do colonialismo. A bandeira portuguesa desce em Moçambique e com ela 500 anos de exploração”

Posição no Jornal: Página Interior, canto superior esquerdo.

Análise: Esta fotografia acompanhou o editorial de *O Jornal* na edição do dia 27 de Junho de 1975. O arriar da bandeira portuguesa no dia 25 de Junho daquele ano foi realizado durante a noite e registado por Joaquim Lobo, que estava presente no evento realizado no estádio Manchava, na antiga capital Lourenço Marques. Na imagem, sete homens estão presentes: quatro moçambicanos em posição cerimonial e outros dois a ajudar no arriar da bandeira. Atrás dos moçambicanos um português, vestido com um uniforme branco da marinha, arriando a bandeira portuguesa.



53



Machel abraça Vasco Gonçalves
O compromisso político de dois movimentos de libertação.

Ficha técnica

Data da publicação: 27-6 a 3-7-1975

País: Moçambique

Autor: Joaquim Lobo

Título do texto: “A alegria explosiva de um povo vitorioso”

Legenda: “Machel abraça Vasco Gonçalves. O compromisso político de dois movimentos de libertação”

Posição no Jornal: página interior, canto superior direito.

Análise: A noite da cerimônia de independência contou com a presença de Vasco Gonçalves, uma delegação portuguesa e demais representantes mundiais. Perante as câmeras e filmadoras, Samora Machel, com o seu habitual uniforme de campanha, abraça o representante português em sinal de união, na presença dos *media* e outras autoridades mundiais. Brancos e negros compunham a tribuna onde os dois líderes se abraçavam, o que evidencia uma certa paz entre vencidos e vencedores na noite das comemorações da independência de Moçambique. A legenda refere-se a “dois movimentos de libertação” – uma alusão ao MFA, de Gonçalves e a FRELIMO, de Machel.



54



Soldados da Frelimo saúdam a independência
Um combate multissecular

Ficha técnica

Data da publicação: 27-6 a 3-7-1975

País: Moçambique

Autor: Joaquim Lobo

Título do texto: “A alegria explosiva de um povo vitorioso”

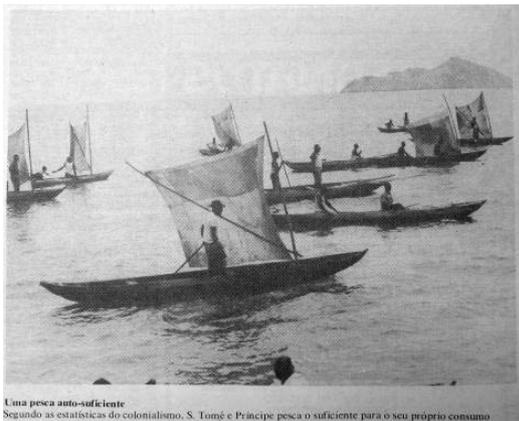
Legenda: “Soldados da FRELIMO saúdam a independência. Um combate multissecular”

Posição no Jornal: página interior, canto superior direito.

Análise: Nesta fotografia guerrilheiros da FPLM manifestam-se durante as comemorações da proclamação da independência de Moçambique. O festejo naquele dia 25 de Junho foi tamanho que os guerrilheiros, dentro e fora do estádio disparava balas tracejantes, tarde e noite adentro. A fotografia e o relato desses acontecimentos são de Joaquim Lobo e a data da realização da imagem é o dia 25 de Junho de 1975. Na fotografia, guerrilheiros da FPLM estão focados em primeiro plano a festejar empunhando as suas espingardas ao ar, e ao fundo, desfocados, outra dezena de guerrilheiros, todos fardados. Entre eles vemos um homem branco a assistir os festejos.



55



Uma pesca auto-suficiente
Segundo as estatísticas do colonialismo, S. Tomé e Príncipe pesca o suficiente para o seu próprio consumo

Ficha técnica

Data da publicação: 11 a 17-7-1975

País: São Tomé e Príncipe

Autor: Arquivo

Título do Texto: “*São Tomé e Príncipe: Nas vésperas da independência, mas a luta continua*”

Legenda: “*Uma pesca auto-suficiente. Segundo estatísticas do colonialismo, S. Tomé e Príncipe pesca o suficiente para o seu próprio consumo*”

Posição no Jornal: página interior, canto inferior direito

Análise: Na fotografia acima, assim como todas as quatro imagens sobre São Tomé e Príncipe publicadas em *O Jornal* durante o ano de 1975, acompanham uma série de textos publicados na semana do dia 11 de Julho, semana do dia da proclamação da independência de São Tomé e Príncipe, o 12 de Julho de 1975. Nesta fotografia observamos a presença de cidadãos santomenses a navegar, porém, não a pescar, como suscita a legenda. É notório o cuidado na composição e no enquadramento da imagem. Possivelmente uma fotografia de arquivo, mais precisamente, do arquivo do SNI, presumido pelos antigos membros de *O Jornal* entrevistados para esta pesquisa.



56



Nativos de São Tomé, com bandeiras de paz.
Foi com a prisão e a morte que lhes responderam.

Ficha técnica

Data da publicação: 11 a 17-7-1975

País: São Tomé e Príncipe

Autor: Arquivo

Título do Texto: “*Um massacre em São Tomé: para que a história não esqueça*”

Legenda: “*Nativos de São Tomé, com bandeiras de paz. Foi com a prisão e a morte que lhes responderam*”

Posição no Jornal: página interior, centro esquerdo.

Análise: Nesta fotografia temos cinco cidadãos santomenses em fileira e em posição erecta, militarmente em ordem, com ternos e calças de cor clara, pouco ou nada acessíveis para a maioria dos cidadãos daquela ex-colônia. Na fotografia também encontramos dois homens brancos (um ao fundo e outro à esquerda da fileira), que pelos uniformes e a posse de armas assemelham-se aos capatazes colonizadores, posicionados ali para “orientar” a pose para uma fotografia que se contradiz e afirma-se a si mesma: a contradição entre a bandeira da paz erguida pelos cidadãos e a posse de armas dos capatazes; e a afirmação do consentimento do fotógrafo que estava ali a criar a imagem de um país exótico sob uma espécie de controlo harmonioso do poder colonial. Uma fotografia tecnicamente bem elaborada e útil para os fins propagandísticos do Estado Novo. No entanto o texto que acompanha esta fotografia cita a opressão colonial portuguesa e lembra o massacre de 1953.



57



Ficha técnica

Data da publicação: 11 a 17-7-1975

País: São Tomé e Príncipe

Autor: Arquivo

Título do Texto: “Um massacre em São Tomé: para que a história não esqueça”

Legenda: “Artesanato Típico, Fazer cestos, mas em que condições?”

Posição no Jornal: página interior, centro inferior esquerdo.

Análise: Nesta fotografia, realizada com apuro técnico, observamos santomenses sentados em bancos confeccionando artesanato com palha, todos bem vestidos com peças brancas e concentrados no seu ofício, num cenário arranjado com o objetivo de deixar à mostra algumas peças já confeccionadas. De acordo com a opinião dos integrantes de *O Jornal* entrevistados para este estudo, a autoria desta fotografia acima supõe-se ser do SNI, órgão de comunicação português criado em 1933 para a produção de material propagandístico e informativo de Portugal e do Ultramar.



58



Ficha técnica

Data da publicação: 4 a 10-7-1975

País: Timor-Leste

Autor: Desconhecido

Título do texto: “Negociar com timoratos”

Legenda: “Os representantes da APODETI... a independência através da integração...”

Posição no Jornal: página interior, centro canto direito.

Análise: Na imagem acima vemos o recinto onde decorreu a cimeira realizada em Macau, no dia 30 de Junho, para as negociações de autodeterminação e descolonização progressiva de Timor-Leste num prazo de três anos. No lado direito da mesa da delegação portuguesa, chefiada por Vitor Alves, estão os representantes da APODETI. O boicote e o não comparecimento da FRETILIN em Macau foram atribuídos a presença desse partido nesta cimeira organizada pela delegação portuguesa. A intenção da delegação chefiada por Vitor Alves era a de manter nas negociações todos os três partidos timorenses. A APODETI, financiada e orientada por Jacarta, defendia a integração de Timor à Indonésia e a adoção da língua bahasa como língua oficial, sob o argumento da inviabilidade econômica de uma independência para Timor-Leste.



59



Ficha técnica

Data da publicação: 4 a 10-7-1975

País: Timor-Leste

Autor: Desconhecido

Título do texto: “Negociar com timoratos”

Legenda: “Os delegados da UDT
«in médium virtus est»”

Posição no Jornal: página interior, centro

Análise: Nesta fotografia, posicionada à esquerda da mesa da delegação portuguesa, vemos a delegação da UDT, o partido que defendia a autonomia progressiva de Timor e a manutenção dos laços com Portugal. Dos quadros da UDT faziam parte membros da elite e da administração local, como proprietários de plantações de café, empresários e grupos ligados aos poderes coloniais portugueses. Mesmo depois da promulgação da lei 7/75, discutida na Cimeira de Macau e apoiada pelo partido, a UDT, no dia 11 de Agosto, lança um golpe armado em Díli. A autoria desta fotografia se desconhece, mas a data da sua realização situa-se no dia 30 de Junho de 1975.



60



Ficha técnica

Data da publicação: 31-12-1975

País: Timor-Leste

Autor: Desconhecido

Título do Texto: “Timor-Leste: ONU condena e Indonésia reincide”

Legenda: “Horta agradece medicamentos. Povo de Timor e Povo de Portugal – uma mesma luta”

Posição no Jornal: página interior, canto superior direito.

Análise: Nesta fotografia temos José Ramos Horta durante uma conferência dada por ele na sede do MRPP, em Lisboa, no mês de Dezembro de 1975. Na data da publicação desta fotografia Horta já tinha completado 26 anos (nasceu a 26 de Dezembro de 1949) e o que se sabe é que o representante timorense tinha deixado Timor-Leste no dia 4 de Dezembro e que estava a caminho da Europa durante a invasão indonésia à Díli, no dia 7 de Dezembro. Como se descreve no texto que acompanha a fotografia acima, Horta estava em Lisboa, já tinha estado em Nova York, e estava de regresso aos EUA após saber, ainda em solo português, sobre o 2º ataque indonésio perpetrado no dia 10 de Dezembro (captura da cidade de Baucau). No dia 17 de Dezembro Ramos-Horta é aceito como porta-voz do povo timorense, no mesmo dia em que a Indonésia empossa um governo provisório em Timor-Leste. Ramos-Horta fora nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros no dia da declaração de independência unilateral manifestada pela FRETILIN, a 28 Novembro de 1975. Nesta imagem vemos Ramos-Horta cumprimentando o advogado e chefe do MRPP, Arnaldo Matos, e outros membros daquele movimento da extrema-esquerda portuguesa. A autoria e a data exata desta fotografia se desconhece.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da metodologia empregada neste estudo alcançamos as seguintes conclusões: A imagem dos cidadãos dos países de língua portuguesa, ou, “*Lusófono*”, que *O Jornal* estampou em 1975 pode ter sido entendida pela sociedade portuguesa como a de povos livres, independentes e terceiro mundista, em vias de estabilidade política e económica, ora em meio à pobreza, ora em meio a cenários de guerras ou de negociações. A caracterização pela sociedade portuguesa do *Outro*, ex-colonizado, ex-português dentro de um quadro terceiro mundista é o resultado, em 1975, de uma ruptura mental, necessária ao abandono da identidade colonial e à construção de uma nova forma de estar no mundo.

Esta conclusão é atingida com a observação dos elementos iconográficos e iconológicos onde é demonstrada a quantidade de vezes que esses cidadãos aparecem em fotografias como militares, representantes de movimentos de libertação, diplomatas e políticos. Outro resultado obtido é através dos espaços na paginação do jornal onde as fotografias eram publicadas: além das fotografias referentes a Angola e Moçambique conservarem o maior número de imagens presentes no corpus desta pesquisa, são também os países dos cidadãos que mais foram representados nas capas de *O Jornal*, também como militares e/ou políticos. Este tipo de representação é ainda mais observada através dos trabalhos realizados por “enviados especiais” de *O Jornal* para as cerimónias de proclamação de independência de Angola, Moçambique e Cabo Verde. (Assim mesmo não podemos deixar de ressaltar que a vestimenta dos cidadãos representados neste período é muito influenciada pelo contexto histórico desses países).

O interesse do semanário em destacar “enviados especiais” para a cobertura das cerimónias de independência de Angola e Moçambique explica-se pelo facto deste mesmo interesse representar, em grande parte, uma preocupação nacional, tendo em conta que o ano de 1975 foi o período em que retornaram milhares de portugueses vindos das ex-colónias e que ali deixaram para traz anos de trabalho, amigos ou familiares que resistiram às adversidades ou perderam a vida em confrontos.

No caso de São Tomé e Príncipe a imagem do cidadão daquele país foi representada com fotografias provenientes de arquivos. A inexistência de uma maior cobertura fotojornalística sobre São Tomé e Príncipe em 1975 reflecte o pacato processo

de descolonização pelo qual passou o arquipélago, em comparação ao que se passou nas outras ex-colónias. As únicas três fotografias publicadas em *O Jornal* em 1975 são provenientes dos arquivos do SNI. Sendo estas fotografias originárias de um órgão de informação sob a tutela do Estado Novo, é possível afirmar que a composição das imagens obedece uma construção propagandística, apesar do conteúdo do texto e das legendas que acompanham as fotografias criticarem a má gestão do arquipélago por parte do governo colonial durante 500 anos de colonização portuguesa (ANÁLISE 55, 56 e 57).

Três são as fotografias publicadas sobre o cidadão de Timor-Leste. Duas delas foram feitas em Macau e uma terceira em Lisboa, as três fotografias de representantes de partidos políticos timorenses (ANÁLISE: 58, 59, 60). Sobre a escassez de imagens realizadas em Timor-Leste Joaquim Letria apontou a falta de recursos para a deslocação como principal motivo da inexistente cobertura fotojornalística de *O Jornal* em território timorense, além de apontar o preenchimento desta lacuna informativa na imprensa portuguesa pelas imagens que a televisão portuguesa enviava desde o território (ver ANEXO 1).

No que toca a representação fotojornalística dos cidadãos brasileiros, as únicas três fotografias publicadas em *O Jornal* apresentam, respectivamente, quatro trabalhadores na primeira fotografia, um cadáver, na segunda e um polícia assassino (identificado na legenda), na terceira. Se fossem as únicas fotografias publicadas na imprensa portuguesa poderíamos afirmar que essas imagens teriam contribuído para a construção estereotipada de um povo violento, e ao mesmo tempo, vítima do crime organizado. Porém o contexto histórico entre os dois países nessa época era diferente. O cidadão brasileiro nessa altura tinha uma representação diferenciada perante a sociedade portuguesa devido ao aprofundamento das relações entre Brasil e Portugal no âmbito das indústrias culturais (ver ANEXO 1 e 2). A existência de poucas notícias e imagens sobre o Brasil em *O Jornal* no ano de 1975 justifica-se com o facto das atenções da sociedade e dos *media* portugueses estarem mais voltadas aos desfechos das descolonizações em África e à política nacional (ver ANEXO 1).

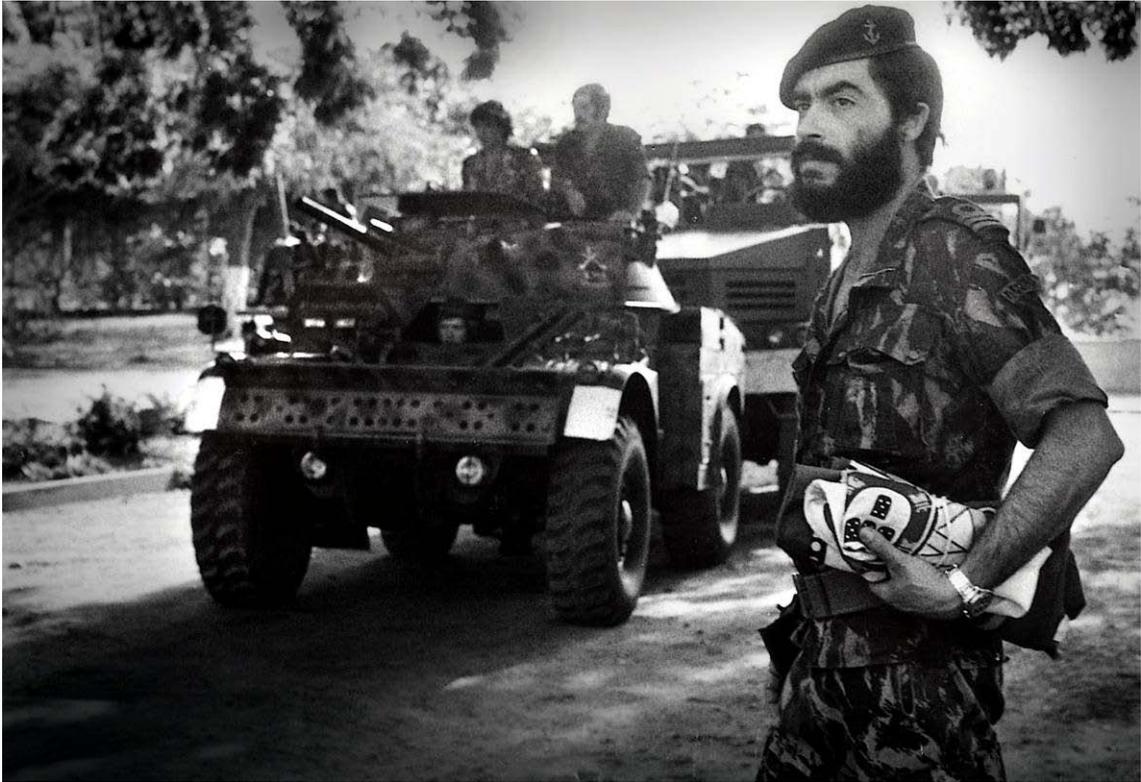
Sendo assim, consideramos que com o fim da ditadura, funda-se um marco importante na sociedade portuguesa, uma mudança de consciências e atitudes. É o fim da ideia do EU/NÓS *Império*, e o início da percepção do *Outro*, e da ideia do *Outro*

como ELES, o ex-colonizado, ELES, o nativo, negro, indígena, assimilado, ELES, o terceiro mundista. A consciência do EU/NÓS *Império* desaparece e aos poucos dá lugar ao EU/NÓS *Europa*. Daí em diante vemos o surgimento da preocupação portuguesa de se posicionar ao centro, voltado para um futuro, ao Norte, e de costas para um passado, ao Sul. Um posicionamento mantido até a entrada de Portugal na CEE, em 1986. Porém, com o fim da década de 80, o mesmo período que marca o fim da Guerra Fria, e o preenchimento por parte dos EUA do vazio político e económico deixado com a queda da URSS, dá-se o nascimento de uma nova ordem pós colonial e capitalista. Portugal então *Europa*, do centro, volta-se mais uma vez ao Sul – agora sob a roupagem de *Facilitador* entre o mundo e os países de língua portuguesa – e procura adequar a sua recente identidade EU/NÓS *Europa* à uma nova identidade cheia de oportunidades, o EU/NÓS *Lusófono*. Assim como os textos, a fotografia apresentou-se como afirmação de uma realidade em *O Jornal*, uma realidade recortada, fragmentada, que por mais que a tribo jornalística defendesse com toda a sua honestidade deontológica, o seu real transmitido nunca foi e nunca será completo, seja por motivos ideológicos, políticos, económicos ou pelas limitações do tempo e do espaço.

Através das imagens de *O Jornal* vimos a história narrada de um passado com personagens, cenários e acontecimentos verídicos, mas o que realmente se passou entre a existência destes elementos e a história contada com imagens e palavras pela comunicação social, permanecerá nas brumas da memória humana.

Com base nos resultados obtidos neste trabalho acreditamos que um projecto sólido que visa a criação de uma cidadania *Lusófona, solidária e justa*, só será possível com a compreensão do passado e a vigilância nas atitudes, nas palavras e nas imagens do presente.

Se com este trabalho conseguimos de alguma forma alertar para a importância da imagem fotojornalística como suporte de um processo de criação de realidades para as gerações vindouras, o objectivo deste estudo foi alcançado.



Joaquim Lobo © O Jornal

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MORIN, Edgar (1970). O cinema ou o homem imaginário. Ensaio de antropologia. Moraes Editores, Lisboa.
- GEERTZ, Clifford (1978). A interpretação das culturas. Zahar Editores Rio de Janeiro.
- HARDY, Francisco (1979). Kazukuta - Crônicas do terceiro mundo, Editorial Livramento, São Paulo.
- RELATÓRIO DO CONSELHO DE IMPRENSA (1979). A Imprensa Escrita em Portugal, Abril de 1974 a Julho de 1976. Lisboa
- PANOFSKY, Erwin (1982). Estudios sobre la iconologia. Uni. Alianza, Madrid.
- BARRETO, João Loff (1982). The Timor Drama, Timor Newsletter, Lisboa.
- CUNHA, Isabel Ferin (1986). A informação de e sobre África: linguagem/ideologia colonial. IEJ - Universidade de Coimbra.
- JOLLIFFEE, Jill, (1989) Timor. Terra sangrenta, Edições o Jornal, Lisboa.
- BAZIN, André (1991). O cinema: Ensaio. Ed. Brasiliense. São Paulo.
- KOSSOY, Boris, CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (1994). O olhar europeu, o negro na iconografia brasileira do século XIX. EDUSP. São Paulo.
- SOUSA, Jorge Pedro (1994). Fotojornalismo. Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- SOUSA, Jorge Pedro (1998). Uma História Crítica do Fotojornalismo Ocidental - Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas (1998). A construção social da realidade: tratado de Sociologia da Conhecimento: Ed. Vozes, Petrópolis.
- ARNHEIM, Rudolf. (1998). Arte e Percepção Visual, Thompson Pioneira, São Paulo
- KOSSOY, Boris (2000). Realidades e Ficções na Trama Fotográfica. 2º Edição Atelier Editorial. São Paulo.
- SKIDMORE, Thomas E. (2000). A History of Brazil, 3º Edição, Paz e Terra, São Paulo.
- JODELET, Denise - ORG. (2001) As Representações Sociais: Um domínio em Expansão, UERJ. Rio de Janeiro.
- KOSSOY, Boris, (2001). Fotografia e História. 2º Edição Revisada. Atelier Editorial. São Paulo.
- ANDRADE, Rosane de (2002). Fotografia e Antropologia - Olhares fora-dentro. Estação Liberdade, EDUC, São Paulo.

CHABAL, Patrick, com BIRMINGHAM, David, FORREST, Joshua, NEWITT, Malyn, SEIBERT, Gerhard, e ANDRADE, Elisa Silva (2002). *A History of Post Colonial Lusophone Africa*. Ed. Hurst and Co. Londres.

SOUSA, Jorge Pedro (2004). *Forças por Trás da Câmara. Uma Perspectiva Sobre a História do Fotorjournalismo das Origens até ao Final do Século XX*. Minerva. Coimbra.

SONTAG, Susan (2004). *Sobre Fotografia*. Cia das Letras, São Paulo.

ALVES, Ana Cristina Araújo, (2003). *Regionalismo e (re) invenção das identidades nos*

MOSCOVICI, Serge. (2004), *Representações Sociais – Investigações em Psicologia Social*, trad. Pedrinho A. Guareschi, col. «Psicologia Social», Vozes. Petrópolis.

MEDEIROS, Paula Cristina Pacheco (2005). *Lusofonia, discurso e representações*. Revista Electrónica de Mestrados e Doutoramentos do CES, Nº1. Coimbra.

FILHO, Willy (2006). *Imagem do Imigrante brasileiro no jornalismo televisivo português – 2004:2006*. IEJ. UC. Coimbra.

KOSSOY, Boris (2007). *Os Tempos da Fotografia, o efémero e o perpétuo*. Ateliê. SP

CUNHA, Isabel Ferin (2008). *Metodologias de Investigação*. IEJ. UC. Coimbra.

FURTADO, Joaquim. (2008). *A Guerra Colonial e de Libertação*. RTP, Lisboa.

SUMICH, Jason (2008). *Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana*. *Análise Social*, vol. XLIII (2.º), Londres.

WOOLLACOTT, John (1983) *A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal*. *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79) University of Manchester

BENJAMIN, Walter (1994). *Pequena História da Fotografia – Obras escolhidas, vol1, Magia e Técnica, arte e política*. São Paulo.

COSTA, Márcia Regina (1999). *A Violência urbana é particularidade da sociedade brasileira? São Paulo em Perspectiva*, São Paulo.

MELO, Ovídio de Andrade (2000). *O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975*, VII, nº2, Maio/Agosto 2000, *Revista Comunicação & Política*, Cebela, Brasil.

RUAK, Taur Matan (2001). *A importância da língua portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia*, *Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, Instituto Camões, Lisboa.

FONTOURA, Luís: CPLP. *A Importância do Brasil no Espaço Lusófono*. In: *Revista Portuguesa de Instituições Internacionais e Comunitárias*, 2002, No. 4. Lisboa

LARANJEIRA, Pires (2002). *Que Lusofonia? Das Artes das Letras*, Lisboa.

MARTINS, Moisés de Lemos (2004). Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários, Universidade do Minho, Braga.

MEDEIROS, Paula Cristina Pacheco (2005). Lusofonia: discursos e representações CHEGA (2005), Relatório da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação, Díli

SANTOS, Boaventura Sousa (2005). Oportunidades Lusófonas, Via Latina, Coimbra.

LEAL, Eliane Alves (2005). Não era criminoso nem subversivo, poderia se explicar: A história de Vladmir Herzog por Paulo Markun, UFU, Uberlândia.

CUNHA, Isabel Ferin (2005). Das imagens dos *Media* aos *Media*. IEJ. UC. Coimbra.

SOUSA, Julião Soares (2006) “Os movimentos unitários anticolonialistas (1954-1960). Estudos do Século XX, nº 3, Quarteto Editora, Coimbra.

CUNHA, Isabel Ferin (2007). Lusofonia, *Media* e Conteúdos. IEJ. UC. Coimbra.

PINHEIRO, Letícia (2007). “Ao vencedor, as batatas”: o reconhecimento da independência de Angola, Janeiro nº39, Estudos Históricos, Rio de Janeiro.

SANTOS, José Vicente Tavares dos (2007). As lutas sociais contra as violências, Dossiê Nº 11 – Outubro de 2007 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ROSÁRIO, Lourenço (2007). Lusofonia: Cultura ou ideologia? - IV Simpósio Internacional de Língua Portuguesa, Maio 2007, Maputo.

VAZ, Claudio Vitor Mariano (2009). A relação da imagem estática com a imagem em movimento no foto-documentário contemporâneo. USP, São Paulo.

SITES CONSULTADOS

O Acordo de Lusaka - Centro de Documentação 25 de Abril -
www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php - acesso dia 24/04/2010

Jornal Independent – <http://www.independent.co.uk/news/world/americas/the-rise-and-rise-of-brazil-faster-stronger-higher-1793848.html> - acesso dia 27/04/2010

Cronologia e noções de Fotojornalismo - Manuel Correia
<http://www.manuelcorreia.paginas.sapo.pt/nocoos.html> - acesso dia 05/05/2010

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - www.cplp.org - acesso dia 05/05/2010

Jornal El País - <http://www.elpais.com/articulo/economia/Brasil/pais/cansado/ser/emergente/elpepico> - acesso dia 05/05/ 2010

Fundação Mário Soares - <http://www.fmsoares.pt> - acesso dia 17/05/2010

ANEXO 1

ENTREVISTA COM JOAQUIM LETRIA

CO-FUNDADOR E PRIMEIRO DIRECTOR DE O JORNAL EM 1975

Lisboa, Março de 2010

por Claudio Vaz

1. Porque “O Jornal”?

A minha sugestão para o nome era *Tribuna*, mas havia outras propostas como por exemplo, *O intransigente*, e outros títulos baseados em títulos que já tinham existido em Portugal, como *A Batalha*, *A Palavra* etc. A minha escolha era sobretudo porque era para ser o um semanário e isto que tinha que ser como uma tribuna, aberta. Quem ganhou foi um colega que era o José Silva Pinto, que era o tipo das modas, e em Itália a grande moda era um jornal de direita, que era o italiano *Il Giornale*. Pensamos ainda que não funcionava por ser uma palavra que liga a ideia do diário. Enfim, todos gostaram e este foi o título escolhido. Para mim foi bom, porque o título dava uma certa confusão nas ruas. Confusão porque perguntavam nas bancas “me de ai o jornal”. E o vendedor perguntava, “mas que jornal?” e então diziam “o Jornal, o Jornal do Letria!” e aquilo pegou e ficou. Por isso digo que isso calhou bem para mim, até hoje isso ainda tem alguma piada.

2. Fale um pouco sobre a fundação do Jornal?

O jornal acaba por sair depois do primeiro de Maio de 1975. Antes disso eu trabalhava em Londres, na BBC quando recebi um convite para vir trabalhar na RTP, a única televisão nacional. Quando voltei comecei a trabalhar na televisão, mas a televisão, assim como todos os media da altura, eram controlados pelo Estado. Por uma razão muito simples: todos os jornais da altura eram controlados por bancos. Houve uma nacionalização na banca, e por arrasto, todos os jornais foram nacionalizados. E ai deu uma situação interessante que era, por um lado era uma luta política onde cada partido queria dominar um jornal, por outro eram os militares que se punham por cima do poder político que estava a nascer e a repartir-se. Resultado, era um *frete* trabalhar na televisão

ou em qualquer outro órgão. Então numa noite a sair da televisão sou procurado por dois antigos colegas o José Beça Múrias e o Hernâni Santos. E os dois perguntaram, “Então, Joaquim, estás felizes? Gostas de trabalhar na televisão? Que acha de fundarmos um jornal? E foi assim que nasceu o Jornal. Nenhum de nós tinha dinheiro para fazer um jornal! Mas não foi difícil encontrarmos crédito. Por causa da televisão eu era uma figura na altura muito conhecida em Portugal. Então procurei o António Pedro Ruela Ramos, que era na altura o proprietário do Diário de Lisboa. Conteí então a história, que não concorreríamos com o seu jornal, que queríamos criar um semanário, um semanário desligado de todas essas manobras políticas etc. Então ele disse: vocês fazem o jornal e mais logo estudamos uma forma de irem-me pagando. Entretanto, não tínhamos dinheiro para juntarmos as pessoas. Então criamos o sistema chamado da “Bola Preta”.

3. Como funcionava esse sistema?

Funcionava assim: eu indicava um jornalista, se alguém não concordava ou não gostava de trabalhar com esse jornalista, bastava uma bola preta no saco para que esse jornalista estar fora do projecto. Assim eu, o Hernâni e o Beça Múrias fomos alargando até 15, escolhendo gente que nós os três, juntos, ou cada um de nós já tinha trabalhado no passado e sabíamos que o sujeito era bom e que tinha que vir para o projecto. Se houvesse objecção, bastava uma bola preta para o sujeito estar fora. Portanto todos os 15 foram aceites por todos. Passamos então a pensar como essa gente ia ser paga. Já tínhamos como imprimir o jornal, e tipografia e tudo isso, mas não sabíamos como resolver a questão dos salários. Então resolvemos o assunto de uma forma original que foi dividir o capital entre os 15 (sociedade) para garantir a independência do Jornal. Dividimos os lucros a 4% para cada um, que dava 60% dos lucros. Então fomos ter com o Eduardo Fortunato de Almeida ele que assumiu os restantes 40%”, mas quem mandava no conteúdo do Jornal éramos nós!

4. Existia algum “senso comum” sobre orientações políticas entre os fundadores?

Nenhum de nós tinha ligações partidárias ou partidos políticos. Eu pessoalmente tinha passado pelo Partido Comunista, uma coisa que ainda hoje me honra muito, mas na altura eu estava desligado, na altura de 1968, mas claro, todos nós éramos de esquerda,

Digamos, éramos ligados ao Partido Socialista (PS), que não tem nada que ver com este PS que existe hoje (risos), Na altura o PS era um partido mais socialista, e andávamos próximo disto, de um socialismo democrático. Na Europa se falava muito no Euro Comunismo, e isso tudo corresponde um pouco a esta nossa fase. Portanto, éramos todos livres, politicamente livres, e a nossa intenção era mesmo essa, pois todos os outros jornais na altura estavam subjugados, pronto, eram do Estado. Diziam quase todos a mesma coisa, o Governo e os Governos do dia iam controlando os jornais. Então aparecemos, com um jornal completamente diferente, e livre.

5. Como compararia os outros jornais da época com o Jornal?

Existiam os jornais diários que eram muito pesados e uníssonos, eram sobretudo o *Diário de Notícias* e *O Século*, esses eram os dois grandes jornais portugueses, que foram reduzidos a uma só voz. No fundo, os jornais eram escritos por uma mesma agência, que era a Agencia Noticiosa Portuguesa (ANOP). A ANOP foi uma grande e ótima agência, mas foi politicamente controlada. Você não tinha censura, mas tinha os jornais todos a dizer a mesma coisa! Os jornalistas, mais que jornalistas, eram todos funcionários, estavam-se nas tintas. Os jornais não tinham interesse nenhum, E então aparece um jornal jovem, novo, irreverente e a dizer as verdades. Para ter uma ideia, nós em pouco tempo, em dois meses apenas, estávamos a vender mais de 150 mil exemplares, e isto era muito jornal para aquela época.

6. Qual era a situação do jornalismo impresso em Portugal na época do nascimento do Jornal?

A maior parte dos jornalistas na altura estava submetida ao conformismo, ou seja, a grande maioria trabalhava como se fosse um funcionário, e se acostumaram a isso. Era como se chegassem ao trabalho e perguntassem o que se devia escrever, e escreviam. Ou seja, era uma chatice. Não valia a pena comprar jornais ou assistir a televisão. Já sabíamos o que diziam ou o que iam dizer, qual era posição etc. Como lhe disse era quase tudo vindo ANOP. O que a agência dizia, publicavam. Depois ao mesmo tempo havia poucos jornalistas. Quando saímos damos como concorrente do jornal Expresso, que também era um semanário. De repente existiram três semanários, que eram *O Jornal*, *o Expresso* e *O Tempo*, este ultimo um semanário de direita, criado quase na

mesma época do Jornal. O que correspondia muito com o que existia em França: que era o *Novel Observateur*, que tinha a mesma linha do Jornal, o *Lipuan*, que era uma linha mais a direita, que correspondia ao *Tempo* e o *Express*, que seria o nosso *Expresso*. Havia então esses três que ideológica e editorialmente correspondiam muito ao que existia cá em Portugal.

7. Como eram os maiores diários nacionais?

O Diário de Notícias passou um período difícil no seu interior, na sua redacção, houve uma altura que saíram 24 jornalista, numa operação penso que ter sido anti-Partido Comunista Português (PCP). Havia acusações de actos de censura e tal, mas acho difícil, pois o director na altura não aceitava essas coisas. Saíram os 24 e criaram um jornal de direita, alias, extrema-direita, que foi o jornal *O Dia*, e depois houve mais uma dissidência, e então foi criado o jornal *A Nação*. Era uma época apaixonante, foi sem dúvida os melhores anos da minha vida. Houve problemas no jornal *O Século*, mas nesse caso foi por causa do desemprego. Foi na altura que o partido socialista, através do Manuel Alegre, decretou o encerramento do jornal *O Século*, isso foi muito complicado porque atirou muita gente para o desemprego.

8. Qual era a relação do Jornal com o Governo da época?

Posso dizer isso porque a maior parte dessa relação passava por mim. Como eu era o director, os ministros telefonavam-me, convidavam-me para almoçar e conversar. Era uma relação de algum medo e de “charme” por parte deles. Escutava sempre elogios sobre o Jornal; diziam que estávamos a fazer um jornal fantástico, faziam charme. E procuravam sempre influenciar, tirar partido e, de vez em quando, ameaçar um pouco também. Mas era uma relação muito respeitosa (risos) Uma relação do tipo “pá, cuidado que esses gajos são malucos, ninguém os controla” (risos). E essa era mesmo um pouco a ideia que tínhamos para o projecto. Nós próprios sentíamos esse “respeito” quando íamos a conferências de imprensa, cerimónias etc. Quando diziam que éramos do Jornal, era algo como “Pá, está ali um fulano do Jornal...” (risos). E esse respeito vinha não só dos políticos, mas também dos outros profissionais.

9. Como foi pensada a fotografia para o Jornal?

O mesmo critério utilizado para a escolha dos redactores foi utilizado para a escolha dos nossos fotógrafos. Os colegas fotógrafos eleitos foram, no início, o Joaquim Lobo, e mais tarde, em 1976, o Inácio Lugero. No início do Jornal era só o Joaquim Lobo, que era também fotógrafo de uma revista Ilustrada, a *Flama*, e tinha trabalhado com o José Beça Múrias e comigo na mesma revista no passado. Fizemos-lhe o convite, ele aceitou, veio trabalhar connosco e tornou-se nosso sócio. Criticávamos muito o Joaquim Lobo porque, as tantas, era o único fotógrafo patrão do país (risos). Portanto ele agarrou num sistema que não fazia fotografias (risos). Nós nos zangávamos com ele nas reuniões porque ao invés dele ir para Angola, por exemplo, ele queria encontrar alguém que lá estivesse para comprar as fotografias. Ele mesmo não ia, e em pouco em pouco foi deixando de fotografar (risos).

10. De onde eram provenientes as imagens que não eram da autoria do Lobo?

Trabalhávamos com agências. Na altura comprávamos fotografias de uma agência portuguesa chamada *Dias da Silva*, penso que esta agencia ainda existe se não mudou de nome, de resto trabalhávamos com a ANOP e agências internacionais, *Reuters*, *AP* e a *France Press*. Entretanto tínhamos uma preocupação era ter ou enviar gente nossa para o campo. Mesmo quando não eram os nossos fotógrafos, contratávamos profissionais, isso para termos serviços exclusivos, para ter coisas nossas. Mesmo quando não tínhamos meios, ou existia pessoal mais qualificada lá fora para fazer o serviço fotográfico, contratávamos as pessoas para fazer tais serviços.

11. Qual era a preocupação do jornal com o conteúdo da fotografia?

Não escolhíamos imagens para ilustrar, escolhíamos imagens que passassem uma mensagem, não escolhíamos um boneco só para ilustrar um texto. Para a ilustração tínhamos o José Abel Manta, e mesmo ele não era um ilustrador, era de facto um grande cartoonista. Para nós, a fotografia era para dizer coisas.

12. Como foi a cobertura fotográfica dos acontecimentos em África?

Em África, por exemplo, comprávamos fotografias muitas vezes. Em 1975 aconteceu muita coisa em África, independências, segunda guerra de Angola, MPLA, UNITA...

eu tive lá na pior fase daquilo. Bombas pela janela todas as noites etc. Na primeira vez estive lá com um fotógrafo local e ia até o aeroporto pedir aos tripulantes da TAP (Transportes Aéreos Portugueses) para levar os rolos das fotografias para o Jornal, em Lisboa. O Joaquim Lobo esteve lá, mas não muitas vezes, pois ainda havia Timor Leste, Moçambique... não dava para ele estar em todo lado. Ainda assim ele fez muita coisa em Angola. Em Moçambique eu fiz algumas fotografias durante a viagem com o Samora Machel do norte ao sul. Em Angola quase todas as imagens foram feitas pelo Joaquim Lobo, ou na companhia do José Beça Múrias, ou com o Cárceres Monteiro. Entretanto ele voltou mais vezes para Angola e fez por lá muitos trabalhos. As fotografias de São Tomé e Príncipe são nitidamente de arquivo. São imagens do antigo regime, provavelmente do arquivo de imagens do SNI. O SNI não só tinha fotógrafos próprios como também comprava quase todas as imagens feitas nas colónias. Eles tinham ótimas fotografias. Sobre as ex-colónias as imagens eram um bocado propaganda, nessas imagens aqui se vê um bocado isso: “Nativos de São Tomé”... Depois do 25 de Abril era só pedir imagens para o SNI, Quando precisávamos de imagens era lá que íamos buscar. Apesar de ter sido o SNI um órgão do regime havia muita gente de esquerda por lá, e muitos bons artistas também.

13. Como foi a cobertura fotográfica no caso de Timor Leste?

Estive em Macau a fazer a cobertura da Cimeira de Timor-Leste que falhou porque a FRETILIN não apareceu. Como as despesas com as viagens eram altas, não foi fotógrafo do jornal. Estive na cimeira de Macau a serviço da RTP e aproveitei para fazer o texto para *O Jornal*. Lá comprei algumas fotografias. Recordo-me que nesta cimeira a convicção das delegações presentes era que já não havia mais nada a fazer. Naquela altura todos ali já sabiam que mais cedo ou mais tarde a Indonésia iria invadir Timor-Leste. O entendimento deles era mais encontrar uma solução sobre o que fazer à aquela distância, sem dinheiro e sem meios. O que fazer em relação a descolonização, política e psicologicamente, pois como aconteceu nas restantes ex-colónias, os soldados queriam voltar. O MRPP tinha criado um slogan “nem mais um soldado para o ultramar” e foi isso que aconteceu, nenhum soldado foi mais para lado algum.

14. Como era visto o Brasil pelos jornalistas de «O Jornal»?

O Brasil estava sempre no segundo plano. Sabíamos que estava sob ditadura, mas havia muita coisa acontecendo nas antigas ex-colónias africanas, facto que fez o Brasil ficar assim num segundo plano, mas não por outro motivo. Simplesmente por não ser notícia, não havia mais nada, ou pouco mais, mesmo assim publicávamos o que enviavam-nos. Víamos o Brasil sob uma ditadura muito semelhante daquela que tínhamos aqui tido. Acompanhávamos aqui as notícias e sentíamos aqui o que as coisas estavam a caminhar para a mudança. Isso era interessante porque o mesmo era sentido por todo o mundo. No Jornal tínhamos muita ligação com a música brasileira. O Chico Buarque era muito amigo do José Carlos Vasconcelos. Ele tinha essa ligação com o Chico que nem sequer era a música, era sobretudo a poesia. Não era muito normal ver brasileiros nas ruas nessa altura, para já não havia. Mas havia uma situação muito simpática na minha opinião com relação ao povo brasileiro. Ou seja, os portugueses antes de conhecer os brasileiros ao vivo, conhecíamos os brasileiros através das novelas. E falar sobre as novelas brasileiras é um bocado difícil. O impacto que as novelas brasileiras tiveram no país é um bocado complicado. Não tínhamos novelas nenhuma em Portugal, quando apareceram as primeiras novelas brasileiras aqui o país parava! (risos). Era o país inteiro! Até cancelavam-se sessões no parlamento! Você andava na rua e não via ninguém, estavam todos a assistir as novelas! A Gabriela foi a maior, ainda mais porque havia uma ligação muito forte com o trabalho do Jorge Amado aqui em Portugal, outro visitante assíduo da redacção do Jornal.

15. Que imagem pensa ter passado o Jornal para a sociedade portuguesa sobre os cidadãos de países de língua portuguesa e retornados das ex-colónias?

Penso que não foi negativa. Acho que havia implicitamente uma censura em relação àquilo que devíamos mostrar, do mal que fizemos para aquela gente durante quinhentos anos, e não mostramos. Havia situações que devíamos mostrar e assumir o que fizemos, mas havíamos absorvido 10% da nossa população (retornados) e esses 10% tinham vindo de lá sem nada e contra o que nós tínhamos feito aqui que provocou a saída deles de lá. Então havia aqui uma preocupação muito grande em não chocar ainda mais essa gente, e de não termos mais conflitos com essa gente dos que já tínhamos. Então houve em Portugal uma certa preocupação em mostrar o que havia de mais

positivo nos novos países, mas acho que nos censuramos, ignoramos e não mostramos o que de mal tínhamos lá tínhamos feito. Existiu aqui uma grande pressão por parte dos retornados, eles exerciam e exercem uma certa influência, até mesmo hoje. Se fomos ver, os mesmos que retornaram naquela época ocupam hoje lugares chaves da administração, dos negócios e em todo lado... Naquela altura sentia-se muito isso. E mesmo o lado mais violento daquilo partiu muito dessa gente. Acho que isso contribuiu muito para a tal “auto-censura” e a preocupação de mostrar – e isso eles já não gostavam – o bom que esses novos países (ex-colónias) poderiam ser. Infelizmente estávamos enganados. Enfim, o país agora é deles (os africanos) e eles que façam do país deles o que bem entenderem.

ANEXO 2

ENTREVISTA COM JOSÉ CARLOS VASCONCELOS

CO-FUNDADOR E SEGUNDO DIRECTOR DE O JORNAL EM 1975

Lisboa, Junho de 2010

por Claudio Vaz

1 - Fale-me sobre a fundação do Jornal e o seu percurso profissional.

O Jornal só é possível aparecer após uma revolução, o 25 de Abril. Antes havia uma ditadura e uma censura que se podem considerar brutais, ao contrário do que se possa pensar. Conheço bem isso porque estou a trabalhar com a imprensa desde os 14 anos de idade. Colaborei na imprensa regional, depois imprensa estudantil, depois trabalhei na revista *Vértice*, *Diário de Coimbra*. Só a partir de 70 que deixei o jornalismo, por causa da censura, e me dediquei então ao direito. Portanto, depois do 25 de Abril, fui convidado para trabalhar em alguns órgãos de comunicação. No *Diário de Notícias* eu era, na prática, um director de redacção e escolhia as pessoas para a redacção. Na altura a escolha chamava-se “sanear” alguém, isto é, era apenas afastar as pessoas ligadas ao antigo regime. Foi no *Diário de Notícias* onde nasceu a ideia de fazer o Jornal e a ideia partiu do Beça Múrias e do Silva Pinto, meus antigos subchefes de redacção. Isso só foi possível por um lado por passarmos para a liberdade, por estarmos a entrar na democracia, e por outro porque nessa época não era preciso muitos meios económicos

para fazer um jornal. E pronto, tínhamos um jornal que correspondia a um velho sonho, o sonho de qualquer jornalista que era trabalhar num jornal que dependesse dos jornalistas, e que esses tivessem totalmente o controlo editorial. Uma ideia que eu escrevia e defendia a nível sindical e nas conversas sobre jornalismo no meu tempo como sindicalista e presidente da comissão de liberdade de imprensa do sindicato dos jornalistas. A partir dos primeiros camaradas, com outros do *Diários de Notícias* e do *Diário de Lisboa* e de uma outra empresa, que se fez o grupo inicial para se constituir *O Jornal*. A nossa participação financeira foi paga com três meses de trabalho não remunerado e mais algum apoio de um outro accionista de uma empresa ligada também a revista *Flama*. Essa pequena empresa tornou-se a nossa associada com 40% e nós, os 15 jornalistas, ficamos com os outros 60%. Havia uma cláusula na qual dizia que tudo que era de matéria editorial dependia totalmente dos nossos 60%, assim como o conteúdo da publicidade. Depois de um ou dois anos a tal empresa associada, por causa de falhas na parte comercial, saiu do capital e ficamos com os 100%. Nessa altura entraram mais duas pessoas para o grupo, elas estavam mais ligadas a área comercial.

2 - Qual era o seu papel no início do Jornal?

Depois do “11 de Março”, demiti-me do *Diário de Notícias*. Estava para ser o director do *Diário de Notícias*, mas fiz aquilo em solidariedade ao Ribeiro dos Santos, que também demitira-se. Fui chamado pelo MFA para a direcção de informação da RTP, junto com o Joaquim Letria, em 1975. Depois saí em Abril da RTP e fizemos o Jornal. Nessa altura era tudo colectivo no Jornal, as decisões eram todas colectivas. Escolhemos o Joaquim Letria para o primeiro director, por ser ele uma grande figura da televisão e muito conhecido em Portugal. Do ponto de vista do lançamento do Jornal o Joaquim Letria era uma grande atracção. Depois o Joaquim Letria saiu do Jornal e fui eleito Director, por unanimidade, e continuei até 1985, tornando-me também director editorial. Nessa fase criamos uma série de publicações, como o Sete, o Jornal de Letras, e o Jornal da Educação. Fizemos uma editora, editamos obras de autores portugueses e brasileiros como o Carlos Drummond de Andrade e o João Ubaldo Ribeiro. A partir dessa altura propus que a empresa fosse reformulada, e que os próprios autores que publicássemos virassem sócios. Uma defesa empresarial sem prejuízo do conteúdo. As pessoas não

quiseram e isso foi uma pena. Como aquilo estava a dar muito dinheiro e a ideia inicial da propriedade por parte dos funcionários foi se perdendo.

3 - Como foi a escolha do grupo inicial do Jornal?

Inicialmente, as duas pessoas que iniciaram isso foram o Beça e o Silva Pinto, no Diário de Notícias. Sugeriram algumas pessoas falaram em outras... penso que apenas três pessoas não aceitaram participar, como o Luís de Barros, que tinha sido sub-secretário de Estado para a Comunicação Social, e viria ser director do Diário de Notícias em 1975. Neste ano, quando estávamos a iniciar o Jornal, eu estava para assumir a direcção do *Diário de Notícias*, com o aval do governo da altura, o MFA, e o Luís de Barros como seria o meu adjunto. O Luís era do PCP, e eu da esquerda, mas não pertencia partido algum.

4 - Qual era a orientação política dos 15 jornalistas iniciais do Jornal? Partilhavam uma visão política parecida?

Politicamente, obviamente, havia diferenças. Em princípio eram todos contra ditadura, mas havia pessoas com formação católicas que hoje são liberais ou sociais-democratas, como o Sarsfield Cabral, que foi depois director da *Rádio Renascença*, por exemplo. Até pessoas que ao tempo eram mais ou menos esquerdistas, sobretudo o Silva Pinto, que tinha uma posição marcada. Até começou no Diário da Manhã, que tinha sido um jornal da União Nacional, mas porque era um tipo que gostava muito do jornalismo e não tinha lado para trabalhar. Depois o levamos para o Diário de Notícias. O jornal foi desde o início um jornal de esquerda independente. O que importava nessa altura era defender a democracia e a revolução do MFA, não pelas suas vertentes e orientações que só com o tempo foram se definindo, mas por aquilo que o MFA representava: a libertação e o progresso, e se quiser, até a uma aspiração do socialismo-democrático. Em 1975 a coloração ideológica com que o Jornal apareceu foi muito devida a ligação a ala dos *Documento dos Nove*, o *Salvismo* etc. A partir de 1976, o Jornal já aparecia como uma espécie de consciência crítica de uma esquerda independente.

5 - Qual era o panorama do jornalismo impresso em 1975?

Havia vários jornais, sobretudo com mais força como os jornais da tarde, como o *Diário de Lisboa*, o *Capital* e o *Diário Popular*. Jornais da manhã havia: o *Século*, o *Diário de Notícias* e o *Jornal do Comércio*. No Porto havia três jornais: o *Jornal de Notícias*, o *Comercio do Porto* e o *Primeiro de Janeiro*. Os semanários eram o *Expresso*, fundado em 1973, o *Jornal Novo* que apareceu um pouco depois de *O Jornal*, no mês de Maio de 1975, e também apareceu um outro jornal, *O Tempo*. *O Jornal* revolucionou por ser apresentado como *O jornal dos jornalistas*, com um orçamento próprio, liberdade e independência.

6 - Em 1975 existia alguma pressão do Governo na comunicação social?

Nessa altura as pressões eram quase impossíveis de se existir. Tivemos 45 anos de censura, na madrugada de Abril de 1974 isso acabou. Os governos militares não intervinham, mas tentavam ter alguma influência, como no caso que andavam a convencer a comunicação social a tratarem o lema do MRPP – “Nem mais um soldado para as colónias” – com prudência, para que o tema não atrapalhasse as negociações da descolonização no Ultramar.

7 - O que pode dizer sobre a orientação política dos jornais existentes em 1975?

O *Diário de Notícias* não tinha direcções políticas, porém era muito officioso, um pouco ou mais ou menos de esquerda, pois nessa altura tudo era de esquerda. O *Século* era um jornal tradicionalmente forte fora de Lisboa, com muitos correspondentes etc., e perdeu muito por isso. Havia também dentro do *Século* uma grande confusão e uma luta interna entre o PCP e a extrema-esquerda, e aquilo foi descendo de tal maneira que deu no que deu. O *Diário de Lisboa* era mais tradicional, porém com uma forte influência do PCP. O *Capital* era mais popular, embora com bons profissionais, e não tinha, assim, uma orientação bem definida. O *Jornal Popular* acabou, e no Porto os jornais eram menos marcados. O *Expresso* era um semanário, dito, independente. Nasceu das mãos do Francisco Balsemão, que era da ala liberal do antigo regime. Não alinhava com o Governo, mas também não eram da oposição. No Governo do Marcelo Caetano ele foi convidado para ser deputado na assembleia da ala liberal. Então, o Francisco Balsemão,

o Sá Carneiro, o Moraes Mota entre outros, fundaram o Partido Popular Democrático (PPB), que deu origem ao Partido Social Democrata (PSD).

8 - Como foi pensada a imagem fotográfica para o Jornal?

Convidamos o Joaquim Lobo para ser o editor de fotografia e fotógrafo do Jornal. Ele trabalhava na revista *Flama*, era da turma da linha *Flama*, e esteve na construção de *O Jornal* desde o início.

9 - O grupo tinha alguma opinião sobre as escolhas das fotografias no Jornal ou todas as decisões eram do editor de fotografia?

Não, o Joaquim Lobo tinha um feitio um bocado complicado, por isso seria um bocado difícil escolher as fotografias em grupo. Basta olhar a fotografia no Jornal em 1975 para constatar que a fotografia tinha uma presença pouco relevante, excepto em um ou outro acontecimento, como por exemplo, o 25 de Novembro. Nessa edição saímos com uma bela fotografia do Lobo na capa. O Joaquim Lobo também foi responsável pelas fotografias de Angola. Tínhamos preocupações com a fotografia, mas a fotografia naquela época era muito menos valorizada do que é hoje.

10 - Havia alguma preocupação editorial com o conteúdo das fotografias que o Jornal publicava?

Não, as imagens eram com o Lobo e com quem fazia o trabalho redactorial ou com quem estava a fazer o fecho do jornal. Se fosse a da capa, aí sim, era discutidíssima e a aprovação ia madrugada a dentro. O que era terrível a determinada altura... aquilo de se escolher tudo no colectivo não funcionava muito bem (risos). Mas foi uma época fantástica.

11 - De onde eram provenientes as imagens que não eram da autoria do Lobo?

De agências. As imagens das agências não eram assinadas, e a maioria das restantes ou eram do Joaquim Lobo ou de arquivos, como as do SNI. Se não eram de agências ou do SNI não podiam ser de outra coisa. As agências que consumávamos comprar imagens eram a *AP* e a *Dias da Silva*. Na Altura, a agência *Dias da Silva* representava outras agências e levavam-nos as fotografias em papel para o Jornal para que as

escolhêssemos. Passavam na redacção do Jornal quase todos os dias a levar as fotografias em uma pasta para que as escolhêssemos.

12 - Na sua opinião, qual a imagem que os jornais de 1975 passaram sobre os cidadãos de países de língua portuguesa e os retornados da ex-colónias?

Não tenho uma ideia formada para opinar sobre o assunto. Mas as imagens dos retornados, quer deles a saírem de lá, querem as imagens deles a viver em contentores frente ao rio, isso posso dizer que contribuiu para dar uma imagem negativa a descolonização e para atacar o 25 de Abril. A situação transmitida através das imagens contribuiu para alguns atacarem, indirectamente, o 25 de Abril e as descolonizações. Os retornados voltaram mas não exerciam explicitamente alguma influência na sociedade. Alguns sim, mas tarde, entraram para partidos políticos mais de direita, mas a maioria estava mais preocupada com a integração das pessoas retornadas na sociedade. Portugal conseguiu resolver em pouco tempo o que a França, por exemplo, demorou para resolver com os seus retornados da Argélia.

ANEXO 3

ENTREVISTA COM JOAQUIM LOBO

CO-FUNDADOR, REPORTER FOTOGRAFICO

E EDITOR DE FOTOGRAFIA DE O JORNAL EM 1975

Lisboa, Março de 2010

por Claudio Vaz

1. Intitula-se se fotojornalista ou fotografo?

Fotojornalista. Não consigo e nem tenho capacidade para ser fotógrafo. Hoje em dia há fotojornalistas que se auto intitulam *Paparazzi*, e nem sabem direito o que é um *Paparazzo*. O *Paparazzo* entrou num filme do Felini. Era um fotógrafo que ganhava a vida a fazer fotografias as vedetas na via *Veneto*, depois vendia-as para os jornais e ganhava assim o seu dinheiro. *Paparazzi* somos todos!

2. Na sua opinião, como um repórter de imagem deve portar-se na profissão?

A coisa mais importante para um repórter fotográfico era estar no local certo, onde “cai a bola”. As coisas corriam bem nos meus trabalhos porque eu estava sempre bem colocado. Fiz fotografias que colegas chamavam-me de génio, eu não era nada génio coisa nenhuma, eu só era inteligente e sabia me mexer! Uma vez, quando a selecção brasileira veio a Portugal, fui fotografar o Jairzinho e fiquei sem *flash*. Estávamos todos numa casa de fado onde com o Jairzinho e pedi emprestado um flash a um colega fotógrafo que também estava ali. Ele não me emprestou. Aproveitei então a luz do *flash* dele para fazer as minhas fotografias. No dia seguinte, depois de ver as fotografias publicadas no jornal onde eu trabalhava, aquele colega, quem não emprestou-me o flash, chamou-me por telefone e disse: “Aldrabão! Como pôde fazer essas fotos se não tinha *flash*?”. Não havia ali nada de aldrabão ou génio. Tudo o que fiz foi lembrar-me da vida dos antigos fotógrafos. Naquela altura, dos flashes de magnésio, quando um disparava o *flash*, todos os outros fotógrafos, em sincronia, faziam as suas imagens, e aproveitavam assim a mesma luz.

3. O que as imagens do fotojornalismo dizem para si?

Penso que se não souber ler uma fotografia um profissional no terreno não vai saber o que fazer. Sobretudo quando um tipo é um editor fotográfico e nem sequer vai a rua fazer os serviços. Muitas vezes esses editores nem são fotógrafos, vão a rua, olham para uma cena e pensam a fotografia como um objecto para ilustrar. E há a mania da cor! Eu prefiro o preto e branco, pois a fotografia a preto e branco obriga-nos a dar muito mais atenção a composição da imagem do que a fotografia a cor. As fotos a cores são sempre bonitas. O António Xavier, um amigo fotógrafo que trabalhou comigo na revista *Flama* costumava a dizer que a desgraça é a preto e branco. Para mim há uma fotografia muito forte que fiz em Angola: a fotografia do soldado português com a bandeira nacional debaixo do braço... preto e branco.

4. Qual era a sua orientação política na altura da criação de *O Jornal*?

As máquinas fotográficas não têm correntes políticas, têm negativos.

5. Mas as pessoas que estão atrás das máquinas sim, pois não?

Não tenho correntes políticas. Com a minha máquina fotográfica estava isento de tudo isso. Só depois de revelar as fotografias e vê-las fotografias publicadas é que se começava a analisar... mas no momento, com a máquina na mão, eu sou a máquina.

6. Como era o seu relacionamento na redacção de *O Jornal*?

Eu mandava na minha equipa e orientava tudo aquilo. Sou conhecido por ter mal feitio. Para mim há uma coisa que as pessoas se não podem esquecer: quando se escolhe uma profissão se escolhe por livre vontade. Isso é pior que casamento! Eu sempre tive um temperamento difícil, mas nunca traí ninguém, nunca despedi ninguém. Porém castigava-os que não trabalhavam bem para mim. Quando eu gritava ou reclamava na redacção e um ou outro se ria, botava-os a trabalhar na noite durante dois, três meses para fazer serviços. A única coisa que eu exigia era que os profissionais que trabalhavam comigo cumprissem a profissão que escolheram. Esta a ver um médico cirurgião, com uma operação marcada, a dizer que não lhe convinha? Quando alguém trabalhava para mim e ia fazer um trabalho e depois voltava com as mãos vazias eu ficava furioso. A última coisa que faz o retrato é a máquina fotográfica, onde se faz o retrato primeiro é na cabeça. Numa situação desentendi-me com o presidente Ramalho Eanes. Estava a trabalhar no local onde caiu o avião do Sá Carneiro e o presidente mandou um guarda da GNR para chamar-me a atenção por estar ali. Depois de eu ter brigado com o guarda xinguei o presidente, afinal eu estava ali a trabalhar! Mais tarde pedi-lhe desculpas, mas disse-lhe que se fosse preciso fazia de novo, pois estava no local a desempenhar a minha profissão.

7. Recebia alguma instrucao da redacao antes de sair para fazer os servicos?

Ai deles se me dessem instrucoes sobre o que fotografar! Eu não admitia! Uma vez, já em 1976, mandei um fotografo para o Algarve e ele voltou de lá com uma fotografia de um político famoso numa posicao um tanto caricata. Eu discuti com o editor da altura e disse-lhe que queria aquela imagem publicada. O editor achava que não devia ser. Discuti até publicarem aquela fotografia! E foi.

8. Quando editava ou fazia as fotografias para *O Jornal*, havia alguma preocupacao da sua parte no que estava mostrar ao público?

Foi sempre o que eu estava ali a fazer, a minha preocupacao foi sempre essa. Eu tenho a minha opiniao, obviamente, fazia os meus trabalhos, independente sim, mas nunca absorto. Fotografo o que tenho que fotografar e dou a minha opiniao, não verbal, mas sim, visual.

9. Lembra da fotografia do menino a segurar uma metralhadora de madeira?

Lembro-me do dia que fiz esta fotografia tão bem como hoje. Esta fotografia é a cores. Foi também capa da revista Manchete e foi o Jornal que a vendeu. Tudo o que os gajos pudessem pegar para fazer uma arma de brinquedo faziam na. Era a festa da independência, e isto era uma situacao consentida e incentivada. As crianças costumavam marchar com uniformes com o dobro do tamanho delas.

10. Como foi para si, como profissional, estar presente em Angola nesta altura?

Quando estava em campo a trabalhar não conseguia sentir mais nada. Uma vez fui fazer as imagens de um acidente para um outro jornal onde trabalhava. Como a policia ainda não tinha chegado, fiz todas as imagens no local. Só depois, quando fui baixar as mãos para entregar as imagens para o chefe de redacao, foi que senti-me mal. Atrás de uma máquina fotografica eu estava sempre defendido. Fosse plena guerra de 1968, ou mesmo no mato, com os soldados, não conseguia sentir nada, estava sempre concentrado.

11 - No retrato de Vítor Alves em Angola, estava ele a fazer pose e a pedir-lhe para tirar esta fotografia?

Não, eu é que a quis tirar daquele jeito. Isto foi em 1968, na altura o Vítor Alves era capitão num aquartelamento N'Riquinha, sudoeste de Angola. Na ocasião tivemos um almoço ali mesmo no barracão. No almoço o Vítor Alves chamou um empregado que trouxe uma carta de vinhos, num lugar onde não existia uma pedra do tamanho de um tostão. Pensei que estavam a gozar comigo, pois era uma carta de vinho que na altura nem o restaurante mais fino de Lisboa tinha. Nunca mais me esqueço: pedi um Elve Tinto de 1966 e o vinho apareceu. O Vítor Alves mais tarde me explicou: eu sou o capitão desta região e todos nós temos as nossas idiossincrasias, e eu, em toda a possibilidade de carga que posso pedir, mando vir vinho.

12. Foi você que fez as fotografias na Guiné-Bissau e em Cabo Verde?

Na Guiné-Bissau só estive de passagem, conheço basicamente o aeroporto. Em Cabo Verde já estive, é capaz de algumas imagens serem minhas.

13. E as imagens no Brasil e Timor-Leste?

Nunca estive lá. Essas fotografias são provavelmente de agências.

14. E a São Tomé e Príncipe?

Sim, já lá estive lá, mas quando voltava de Luanda, na primeira vez em que estive em Angola na década de 60. O avião onde eu estava precisou parar no arquipélago quando saímos de Luanda por causa de uma avaria no motor. Essas fotografias publicadas em *O Jornal* em 1975 devem ser de arquivo.

15. E as fotografias relacionadas a Moçambique?

As fotografias da independência são minhas. Na noite da independência apanhei um grande susto, pois todos os soldados começaram a disparar balas tracejantes e o ambiente estava um bocado tenso naquela noite, as pessoas estavam um bocado receosas... Foi bonito, mas na altura ninguém sabia o que estava a acontecer.

16. Quando não era você a fotografar de onde vinham as imagens dos países de língua portuguesa que eram publicadas?

Fotografias históricas que tinham acontecido no tempo do Estado Novo normalmente vinham de arquivos fotográficos, como o SNI. Quando não era eu a fazer as fotografias elas vinham de África, por exemplo, íamos busca-las a agências como a *ANOP*, a *Reuters*, *AP*. Quando precisávamos de imagens para trabalhos de menor expressão utilizávamos as fotografias da *Dias da Silva*, que chegavam a redacção trazidas por um sujeito que as levava numa pasta para que as escolhêssemos. Fotografias para eram feitas por mim, principalmente as de África. Eu mandava-me a mim próprio.

17. Que tipo de equipamento fotográfico costumava utilizar?

Trabalhava com Duas Nikon F e uma *Roleflex*, cada uma com um tipo de lente para não ter que ficar a trocar de lentes no meio do serviço. Trabalhava normalmente com uma 135mm, uma grande angular e uma lente de foco médio. Trocava as vezes de 135mm por uma 200mm ou uma 300mm. Em Angola foi a ultima vez que trabalhei com a *Rolerflex*, mas para coisas mais oficiais. Trabalhava com filme HP3 da *Ilford*, e na cor trabalhava com os filmes a *Kodak*. Em Angola entregava os rolos aos comissários de bordo da TAP para que entregassem os rolos a alguém de *O Jornal* que ia até a casa deles buscar. Os rolos eram revelados na própria sede de *O Jornal*.

18. Trabalhava sozinho na redacção de fotografia de «O Jornal»?

Comigo trabalhavam freelancers, como o Inácio Lugero, mas em 1975 pouco ou nada foi feito por ele. Em África ou era eu ou eram fotografias compradas em agências.

19. Como era o trabalho com as agências de fotografia, era você a pessoa responsável pela escolha das fotografias vindas das agências ou dos arquivos?

A paginação cuidava da selecção das imagens e da edição das fotografias. Naquela altura quem paginava o jornal eram outros dois sócios de «O Jornal», o João Segurado, o José Pinto Nogueira e mais alguns ajudantes. Eu tratava de todo o resto, reportagens, entrevista, selecção de imagens etc. Quem designava fotógrafos e coordenava o serviço da fotografia era eu.

20. No ano de 1975, ano de tantas transformações em Portugal e nas ex-colónias, acreditava que a publicação de certas fotografias relacionadas às descolonizações poderia produzir algum efeito na sociedade portuguesa?

Sim, sem dúvida nenhuma. Estivemos durante muitos anos sob a censura do Estado Novo. Não estávamos acostumados com isso. Não acredito que as fotografias tenham contribuído para a descolonização, pois a descolonização já estava em curso e foi um desenrolar de acontecimentos, mas pode ter existido fotografias que mexeram mais, principalmente aquelas fotografias das crianças a marchar e a do soldado a carregar a bandeira portuguesa. A aquela bandeira não era uma simples bandeira, era o símbolo do fim do colonialismo.